



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

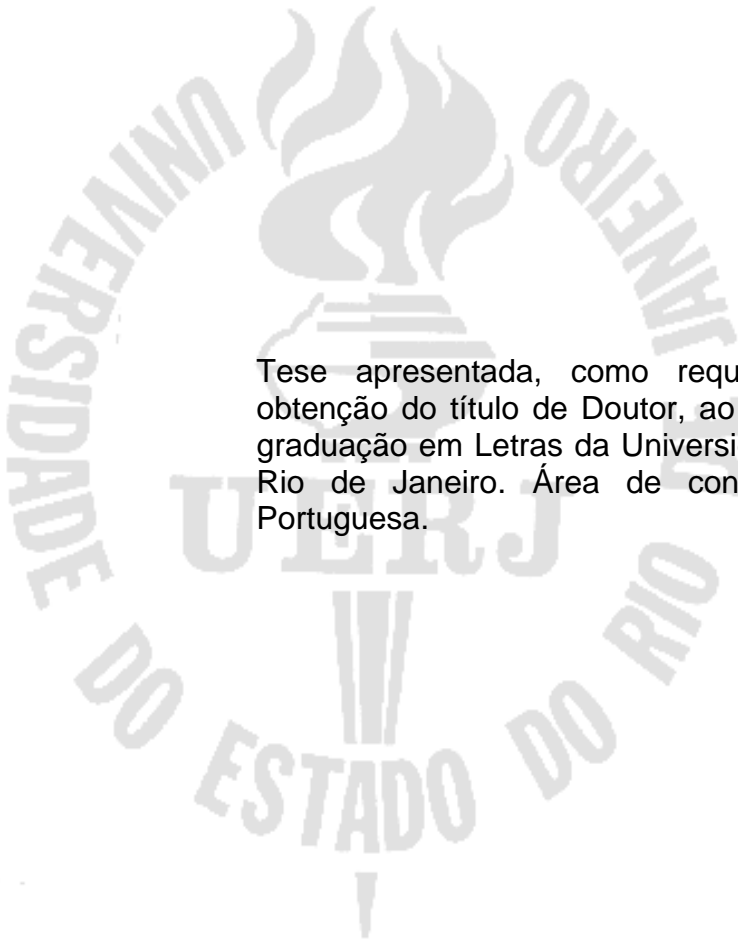
Marcos Antônio Gonçalves

**A facultatividade da concordância:
português formal real *versus* gramática escolar**

Rio de Janeiro
2010

Marcos Antônio Gonçalves

**A facultatividade da concordância:
português formal real *versus* gramática escolar**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira

Rio de Janeiro
2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

G635	<p>Gonçalves, Marcos Antônio. A facultatividade da concordância: português formal <i>versus</i> gramática escolar / Marcos Antônio Gonçalves. – 2010. 155 f.</p> <p>Orientador: Helênio Fonseca de Oliveira. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Concordância – Teses. 2. Linguística de corpus - Teses. 3. Língua portuguesa – Português escrito – Teses. 4. Norma linguística - Teses. 5. Língua portuguesa – Estudo e ensino - Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-564</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese

Assinatura

Data

Marcos Antônio Gonçalves

**A facultatividade da concordância:
português formal real *versus* gramática escolar**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Língua Portuguesa.

Aprovado em : 31 de março de 2010.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Ph.D. Tânia Maria Granja Shepherd (co-orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Paulo César Costa da Rosa
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dr^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis
Faculdade de Letras da UFRJ

Prof^a. Dr^a Mônica de Toledo Piza Costa Machado
Faculdade de letras da UFRRJ

Rio de Janeiro
2010

DEDICATÓRIA

À minha família, pela vivência do compromisso solidário, pelo aprendizado da humildade e pelo exemplo de amor e fé.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir, mais do que sonhar, realizar mais uma etapa da vida;

Aos meus pais, pelo exemplo e pelo apoio – além de palavras, além do amor;

Ao professor Helênio Fonseca de Oliveira, pela confiança e por ter sido muito mais que um orientador, pelas inestimáveis contribuições nos diferentes momentos deste trabalho, por saber compartilhar sucessos e elogios como “nossos”, pela perda de horas de lazer em prol de uma orientação segura e pertinente até o fim desta etapa;

À Professora Tânia Maria Granja Shepherd, pelo apoio e reflexões críticas;

À UERJ, instituição que contribuiu na minha formação como pesquisador;

Aos professores que fizeram parte da banca examinadora: Prof. Dr. Paulo César Costa da Rosa, Prof^a. Dr^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Prof^a. Dr^a Mônica de Toledo Piza Costa Machado, Prof^a. Dr^a Vânia Lúcia Rodrigues Dutra e Prof^a. Dr^a leda Maria Pereira Fonseca de Oliveira, pelas valiosas contribuições que possibilitaram o direcionamento deste trabalho;

À minha filha pelo amor e compreensão;

À Ana Paula, pela compreensão;

Aos amigos que me ajudaram a concretizar mais um objetivo.

Aos professores, alunos e funcionários das Faculdades Integradas Simonsen, pelo incentivo e apoio nas horas em que precisei me afastar para conclusão desta tese;

Ao chefe e amigo José Cláudio, pela confiança e compreensão na concessão de dispensas de horas de trabalho;

Ao amigo Jose Vicente Brazil, pela confiabilidade em nosso trabalho;

Aos amigos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pelo incentivo e apoio nos serviços do dia a dia na caserna.

Aos irmãos da Igreja Batista Nova Filadélfia em Guadalupe, pelas orações e amizade;

Aos alunos e diretoria do colégio Estadual Raul Seixas, pelo apoio nessa nossa jornada;

À secretaria da pós-graduação do Instituto de Letras da UERJ, pelas orientações burocráticas;

A todos os meus alunos e ex-alunos, pelas reflexões do dia a dia em sala de aula, as quais contribuíram para nortear nossa visão sobre os conteúdos de ensino em nossa prática docente;

À minha avó Rosa, pelas orações e ensinamentos;

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse processo de pesquisa;

Meu muito obrigado.

Tudo se transforma.

No caso das palavras, próprias da natureza, tudo se transforma realmente, de acordo com a latitude, a hora, o momento, o ambiente, a circunstância, a inflexão, o gesto, o tom, mil e um fatores, mil e uma nuances.

Pedro Bloch

RESUMO

GONÇALVES, Marcos Antônio. *A facultatividade da concordância: português formal real versus gramática escolar*. 2010.155f.Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

No ensino de língua nacional, concordância é um dos tópicos em cujo aprendizado observa dificuldade por parte dos discentes, principalmente pelo grande número de regras facultativas das gramáticas, que muitas vezes não levam em conta o uso formal real da língua. Este trabalho visa a descrever esse uso, a partir da observação de um *corpus* do caderno opinião de jornais de grande circulação, confrontando os resultados com as prescrições da norma gramatical escolar, a fim de separar, em tais prescrições, a parte “aproveitável” da não coincidente com a realidade do *corpus*, se for o caso. Pretende-se, dessa forma, contribuir para a boa qualidade do ensino da língua portuguesa nos níveis fundamental e médio, especificamente no que se refere à concordância.

Palavras-chave: Concordância verbal. Linguística de Corpus. Ensino.

ABSTRACT

In first language teaching, topics related to verbal agreement present a high degree of difficulty for students to master, mainly because of optional rules that only emphasize a strictly grammatical teaching and disregards reality in the standard use of language. Through the analysis of a language corpus extracted from O Globo and Folha de São Paulo, the two most notorious newspapers in Brazil, this work aims at verifying trends in the standard use of language as to verbal agreement, comparing the corpus data with rules prescribed by traditional grammarians. The final goal is to demonstrate that it is possible to minimize the overwhelming number of optional rules whose main application is to establish paradigms that hinders the performance of students proficient in their language. In short, the research was conducted both qualitatively and quantitatively, and is based on prescriptive and descriptive approaches to language teaching and also on the author's experience in educational institutions. The conclusion is that, with the help of this comparative study, the construction of a quality teaching can be achieved through more interaction.

Keywords: Verbal agreement. Corpus Linguistics. Teaching.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de ocorrências por tipo de <i>corpus</i> com sujeito “ <i>um dos que</i>	138
Tabela 2	Número de ocorrências por tipo de <i>corpus</i> com sujeitos ligados por “nem.....	139
Tabela 3	Número de ocorrências por tipo de <i>corpus</i> com sujeitos ligados por “nem.....	140

LISTA DE FIGURA

Figura 1	Tela do programa <i>WordSmth Tools</i> mostrando linhas de concordâncias da expressão indefinida “um dos que”.....	40
Figura 2	Tela do programa <i>WordSmth Tools</i> mostrando linhas de concordâncias da expressão indefinida “um dos que” com contexto ampliado.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação relativa do tamanho de <i>corpus</i> de Sardinha.....	37
Quadro 2	Configuração do <i>corpus</i>	38
Quadro 3	Quantidade de ocorrências e formas lexicais nos diferentes <i>subcorpora</i>	39
Quadro 4	Funções desempenhadas por cada uma das três ferramentas do programa de análise <i>WorsSmith Tool</i>	43
Quadro 5	Conceito de sujeito da visão prescritiva.....	59
Quadro 6	Conceito de sujeito da visão descritiva.....	59
Quadro 7	Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “com.....	71
Quadro 8	Visão geral das regras sobre sujeitos representados pela expressão quantitativa indefinida “um dos que.....	76
Quadro 9	Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “nem.....	81
Quadro 10	Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “ou.....	86
Quadro 11	Visão geral das regras sobre sujeitos formados por pronomes neutros em construções estativas com o verbo <i>ser</i>	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais	16
LOB	Lancaster Oslo Bergen	27
BNC	British National Corpus	27
KWIL	Key Word in Context	41
PB	Português do Brasil	45
GT	Gramática Tradicional	45
CV	Concordância Verbal	45
NURC	Norma Urbana Oral Culta	47
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio	51
NdP	Núcleo do Predicado	52
SN	Sintagma Nominal	54
DGimp	Doutrina Gramatical Implícita	64
MEC	Ministério da Educação	65

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
1.1	Breve histórico da Lingüística de <i>Corpus</i>	26
1.2	Conceitos centrais à Lingüística de <i>Corpus</i>	28
1.3	Metodologia ou abordagem	33
1.4	<i>Corpus</i>-driven e <i>Corpus</i>-based	34
1.4.1	<u>Abordagem conduzida por <i>corpus</i> (<i>corpus</i>-driven)</u>	34
1.4.2	<u>Abordagem baseada em <i>corpus</i> (<i>corpus</i>-based)</u>	35
1.5	Tamanho e representatividade do <i>corpus</i>	36
1.6	Seleção e descrição dos <i>corpora</i>	38
1.7	O programa WordSmth tools	39
1.8	Passo a passo de extração e análise	43
2	REFERENCIAL TEÓRICO	45
2.1	Preliminares	45
2.2	O conceito de sujeito	48
2.3	A regra geral da concordância	61
2.4.	Alguns casos facultativos de concordância verbal	68
2.4.1	<u>Sujeito ligado por “com”</u>	69
2.4.2	<u>Expressão quantitativa indefinida “um dos que”</u>	72
2.4.3	<u>Sujeitos ligados por “nem”</u>	78
2.4.4.	<u>Sujeitos ligados por “ou”</u>	83
2.4.5	<u>Sujeito representado por pronomes neutros</u>	88
2.5	Oposição língua falada <i>versus</i> língua escrita	94
3	ANÁLISE E RESULTADOS	103

3.1	Contornos estruturais para identificação das concordâncias.....	103
3.2	O caso I.....	104
3.3	O caso II.....	107
3.4	O caso III.....	118
3.5	O caso IV.....	124
3.6	O caso V.....	136
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se dizer que o ensino de Língua Portuguesa ainda não vem alcançando, nos níveis fundamental e médio, a sua finalidade básica, que é a de capacitar o aluno a produzir e interpretar textos.

Nota-se, ainda, muitas vezes, um ensino que parece ter como objetivo central levar o estudante a classificar palavras, sintagmas e frases, limitando a uma taxionomia estéril e descontextualizada, que em nada contribui para a aquisição de habilidades. O aluno ou raramente é levado a produzir textos ou, quando é, tem de fazer redações sem a menor correlação com o real.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa do terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, o ensino de língua tem sido, desde os anos 70, o centro de discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país. O eixo dessa discussão no ensino fundamental centra-se, principalmente, no domínio da leitura e da escrita pelos alunos, que são de fato os dois grandes objetivos gerais da disciplina.

Os PCNs apresentam uma perspectiva mais crítica de ensino de língua, salientando a leitura e a produção de textos como a base para a formação do aluno, e nessa nova perspectiva, criticam o que se costuma chamar de “ensino descontextualizado de metalinguagem” (pág 18), em que o texto é usado como pretexto para retirar exemplos de regras gramaticais e do “bom uso” da língua descontextualizados, mostrando uma “teoria gramatical inconsistente”. Quando falamos em texto, reportamo-nos à definição de Fávero (2002, p. 7):

...qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão. Trata-se, pois, de um contínuo comunicativo contextual, caracterizado pelos fatores de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade, e intertextualidade.

Portanto, para uma aplicação das ideias defendidas pelos PCNs, é necessário basear o foco do ensino de Língua Portuguesa na compreensão e produção de textos, com ênfase a textos reais. É preciso que o aluno tenha contato com textos escritos, os quais funcionarão como modelos a serem seguidos o que é perfeitamente válido e “saudável”.

Convém, ainda, sensibilizá-lo para o fato de que a língua varia no tempo, no espaço geográfico, no espaço social etc., levando-o a desenvolver uma atitude de respeito para com todas as variedades do português, sem deixar de, ao mesmo tempo, levá-lo a adquirir domínio da variedade formal culta, isto é, da língua padrão, sem a qual o acesso do indivíduo ao mercado de trabalho fica prejudicado.

Para isso, o puro e simples ensino da gramática – mesmo quando bem feito e sensível à variação linguística – não é suficiente. É preciso, além de ensinar (bem) as regras gramaticais, ajudar o aluno a amadurecer sua competência comunicativa, como salientam Fonseca & Fonseca (1977, p. 60), Travaglia (2000, p. 17) e Oliveira (1999), entre outros.

O ensino ideal de Língua Portuguesa tem, pois, os seguintes atributos:

1. Enfatiza as atividades de produção e interpretação de textos (escrita e leitura), o que deve ser levado a efeito de forma prazerosa;
2. Inclui atividades metalinguísticas (descrição da língua) e epilinguísticas (julgamento de valor sobre ela, do tipo “você usou bem, ou mal, a língua nesse texto”), mas sempre a serviço da leitura e da escrita;
3. Abriga também um ensino bem feito da variedade padrão do português, sem tratá-la como única opção, respeitando as demais variedades e estimulando o seu uso nos diversos gêneros textuais em que são adequadas.

A partir do suporte teórico sobre as mudanças dos paradigmas de ensino de Língua Portuguesa apresentado até aqui, percebemos um enfoque substancial no que se refere a práticas de ensino-aprendizagem voltadas para o texto, em suas múltiplas análises. Porém, salientamos, conforme apresentado no parágrafo anterior, que as práticas metalinguísticas devem ser consideradas nesse processo, pois, quando falamos em textos, não podemos deixar de considerar que tanto o processo de produção quanto o de leitura mobiliza uma série de recursos profundamente relacionados à competência gramatical. Nesse sentido, corroboramos a afirmação apresentada nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias) de que “o ensino de gramática não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como um

mecanismo para a mobilização de recursos úteis à implementação de outras competências, como a interativa e a textual” (p.81).

Nota-se, portanto, que a prescrição gramatical se faz importante quando articulada com as práticas de leitura e produção de textos orais e escritos, pois é a partir dessas práticas que se busca levar o aluno a adquirir as competências gramatical e textual para que possa participar de um convívio social que lhe dê oportunidades de se realizar como cidadão, sabendo: informar-se, comunicar-se, argumentar, compreender e agir. Neste ponto, apropriamo-nos da afirmação de Possenti (1996) segundo a qual “o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido” (p.17).

Apesar de nossa ênfase ao texto, este trabalho enfoca a gramática em seu aspecto normativo, entendida, de forma sucinta, como sendo:

...o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Dizer que alguém sabe *gramática* significa dizer que esse alguém *conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente*. (FRANCHI,1991,apud MENDONÇA, 2001,p.234)

Numa definição um pouco mais abrangente, citamos Azeredo (2008, p.130) quando faz alusão à gramática prescritiva:

A prescrição linguística é tarefa inerente à atividade pedagógica, mas – convém que se enfatize – não se resume ao ‘ensino de gramática’. O alcance do ensino da língua com finalidade normativa compreende ainda pronúncia, ortografia, vocabulário, tipos de texto, técnicas de leitura e de construção textual etc. Enfim, um conjunto de competências e instrumentos que podemos adquirir por acréscimo a tudo o que já se aprendeu espontaneamente em toda espécie de convívio social.

Porém, há de se ressaltar que a norma escolar está, sob alguns aspectos, ultrapassada. Nossa intenção é contribuir para a correção de tais falhas. Um dos aspectos dessa norma em que ela precisaria ser revista é o excesso de regras desnecessariamente (e inexatamente) facultativas. Outro é a quantidade demasiada de exceções por “culpa” da descrição dos gramáticos. Não confundindo, porém, com as exceções inerentes à própria língua.

Entendemos que há as exceções evitáveis, que decorrem da má qualidade da descrição linguística, e as inevitáveis, que correspondem a aspectos

verdadeiramente anômalos da língua. Tudo o que é ligado ao léxico (a saber, formação de palavras e flexão verbal e nominal) é mais sujeito a anomalias (exceções) do que os aspectos fonológicos e os sintáticos (o artigo vem sempre antes do substantivo, sem exceção); em português brasileiro, /a/ tônico seguido de consoante nasal se nasaliza e, nas variedades geográficas da língua em que essa regra existe, ela não tem exceções. A ortografia pode apresentar ou não exceções, dependendo da língua. A do italiano, por exemplo, é bastante regular, já a do inglês é bem mais irregular.

Quanto à facultatividade, o ideal é que ela se reduza ao mínimo inevitável, mas há casos em que temos de admiti-la. E a concordância é um aspecto da língua que, embora sendo 'basicamente' sintático, por envolver também fenômenos semânticos e discursivos, apresenta certa inconsistência, sobretudo no sentido de conter aspectos facultativos, mas parece que, no português formal real da atualidade, está havendo uma tendência a aparar essas arestas, com a predominância de uma das opções, nos casos facultativos. É o que os resultados desta pesquisa demonstram.

Dito de outra forma, as regras gramaticais devem orientar-se por formas simples, objetivas, oriundas do que Perini (1985) denomina de padrão técnico-jornalístico, salientando que a uniformidade desse padrão favorece a elaboração de regras mais precisas e menos expostas às famosas exceções; diferentes, portanto, das que aparecem em nossos compêndios gramaticais. Considerando esse aspecto, entendemos que a delimitação de um *corpus* que sirva de base para a formulação de regras que digam respeito, principalmente, à modalidade escrita é de suma importância.

(...) Não só as formas e construções encontradas nos jornais e revistas são as mesmas dos compêndios e livros científicos, mas também não se percebem variações regionais marcadas: um jornal de Recife usa sensivelmente a mesma língua de um jornal de Porto Alegre ou de Cuiabá. Isto é, existe um português-padrão altamente uniforme no país; e podemos contar encontrá-los nos textos jornalísticos e técnicos (...)

(...) Sou de opinião de que os dados que fundamentarão a gramática devem ser retirados desse padrão técnico-jornalístico. (PERINI, 1985, p. 86-87 apud PEIXOTO FILHO, 2001, p.22)

Em nossa prática docente (em relação ao ensino de língua materna), constatamos que os tópicos referentes à concordância (nominal e verbal) são os que, na maioria das vezes, apresentam um maior grau de dificuldade de

aprendizado por parte dos discentes, principalmente, pelo grande número de regras facultativas, as quais, muitas vezes, só contribuem para ratificar mais ainda um ensino puramente gramatical, não levando em conta a realidade do uso formal da língua.

Baseando-se nesse pressuposto, neste trabalho, tem-se como objetivo mostrar, a partir da ferramenta *da Linguística de Corpus*¹, a defasagem, se houver, entre o padrão formal escolar e o padrão formal real no que tange à concordância em *corpora* da língua formal escrita, extraídos de cadernos de opinião de um dos principais jornais do Rio de Janeiro (O Globo) e de São Paulo (Folha de S. Paulo), a fim de confrontar tais construções com as prescrições gramaticais, tentando com isso, com base nos resultados obtidos, mostrar em que medida, pode-se ou não, minimizar o número excessivo de regras facultativas em relação à concordância, que, na verdade, no ensino atual, só contribuem para a manutenção de paradigmas que em nada facilitam a formação do aluno proficiente em relação à língua materna.

Em suma, a pesquisa será realizada de forma qualitativa e quantitativa, e está baseada em leituras, no que tange a essa questão, tanto de autores prescritivos quanto descritivos e em nossa vivência nos estabelecimentos de ensino como professor de Língua Portuguesa, objetivando demonstrar que, por meio de um estudo comparativo, se pode, com mais interação, contribuir para a construção de um ensino de qualidade.

A motivação para este trabalho adveio, principalmente, de nossa experiência como docente na ministração de aulas de Língua Portuguesa e de redação no Ensino Médio, Ensino Superior² e em cursos preparatórios, onde pudemos constatar, em nossa prática, algumas deficiências dos alunos quanto às competências gramatical³ e textual⁴, principalmente, no que tange à produção de textos (redações). Esse fato nos levou a repensar algumas metodologias⁵, à luz das

¹ O capítulo 1 desta tese apresenta uma explicação mais abrangente do que se entende por Linguística de Corpus.

² Atuamos como professor da graduação e pós-graduação das Faculdades Integradas Simonsen. Trabalhamos também como professor contratado da UERJ no ano letivo de 2004, onde tivemos a experiência de ministrar a disciplina Técnicas de Comunicação e Expressão, dentre outras.

³ O ensino de gramática não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como um mecanismo para a mobilização de recursos úteis à implementação de outras competências, como a interativa e a textual. Cabe à escola aprimorar a competência gramatical dos alunos, de modo a levá-los a gerar sequências próprias, consideradas como admissíveis e aceitáveis no interior da Língua Portuguesa, bem como compreender enunciados distintos. (PCNEM: 57-81)

⁴ É a capacidade de, em situações de interação comunicativa, produzir e compreender textos considerados bem formados. (TRAVAGLIA, 2000, p.18)

⁵ Neste trabalho, as propostas metodológicas visam a fomentar a aplicação de algumas regras gramaticais voltadas para o uso formal real. Esse ponto será retomado no capítulo 4.

propostas dos PCNs, que viessem a minimizar as falhas mais recorrentes e, em nosso caso, aquelas que dizem respeito à facultatividade em relação à concordância verbal.

De acordo com o arco teórico apresentado sobre ensino-aprendizagem de língua materna, baseamo-nos numa concepção de que é no texto que as palavras ganham vida e de que é dentro dele que devem ser estudadas, compreendidas e analisadas. Por isso, uma teoria deve ser geral, colocando-nos à mão um instrumento que nos permita reconhecer, identificar todos os objetos da mesma natureza e não apenas um deles, e nesse ponto citamos Geraldi (1993 apud TRAVAGLIA, 2000, p.107):

...aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em uma sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação e acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição e funcionamento da língua.

Com isso, enfatizamos uma concepção de ensino da Língua Portuguesa voltada para uma teoria e uma prática que possibilitem ao aluno dominar a leitura e a escrita de textos em sua própria língua, concepção esta distante de uma outra, ainda generalizada, fundamentada, principalmente, em regras aplicadas a frases soltas.

Sabemos, portanto, que a amplitude de uso e produtividade⁶ de formas facultativas em relação à concordância verbal determinam uma dificuldade também na sua análise teórica. Porém, entendemos que as escolhas linguísticas de qualquer falante atendem às necessidades comunicativas, dentro de determinada função discursiva. A partir dessa perspectiva, esta tese buscará levantar a produtividade dessas formações através da investigação de amostras em *corpora* eletrônicos, de natureza escrita⁷. A finalidade do trabalho, portanto, é detectar, entre as possibilidades de uso, qual a mais frequente e produtiva entre os *corpora* escritos.

Tendo em vista que até o presente não há trabalhos sobre a facultatividade da concordância verbal baseados em *corpora* eletrônicos, a pesquisa relatada aqui enfatiza que são os exemplos advindos do *corpus*, sua distribuição e tipologia que formam a base da investigação. Para tanto, foram adotadas algumas noções centrais à área da Linguística conhecida como Linguística de *Corpus* (BIBER et al., 1998, SINCLAIR, 1991 e SARDINHA, 2004).

⁶ Definimos neste trabalho o termo produtividade como sendo a habilidade de um falante produzir novas formas, sendo equivalente à frequência, ou frequência relativa de uma forma.

⁷ A composição dos *corpora* será explicitada no capítulo 1 deste trabalho.

A Linguística de *Corpus* é uma área que “se ocupa da coleta e exploração de *corpora*, ou conjuntos de dados linguísticos textuais, em formato legível por computador, que foram coletados criteriosamente com propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística” (SARDINHA, 2004, p. 3). Tendo por base a conceituação Hallidayana (HALLIDAY, 1985) da língua como um sistema probabilístico, a Linguística de *Corpus* entende que as ocorrências lexicais se dão dentro de certa frequência e distribuição dentro de qualquer língua, combinando-se e associando-se a outras ocorrências que definirão suas funções e seu uso.

Como sistema probabilístico, portanto, não é necessário analisarem-se todas as instâncias de determinado padrão linguístico para se poder calcular a probabilidade de esse padrão ocorrer numa língua como um todo. Uma amostra representativa da variedade que se quer estudar pode servir para dimensionar como o léxico se comporta e como se distribui dentro da língua como um todo.

Desse modo, pretendemos analisar esse tema relevante em relação ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, baseando-se numa abordagem funcional⁸ mais abrangente do que as explicitadas nas gramáticas tradicionais, que enfocaremos mais adiante. O trabalho enfatiza a importância da Linguística de *Corpus* na descrição dos fenômenos linguísticos, por meio da análise do fenômeno da concordância verbal, a partir de *corpora* eletrônicos de onde se extraem as regularidades manifestas.

Dentre os trabalhos já realizados sobre esse tema, podemos citar Peixoto Filho (2001) com o título “*A concordância verbal na gramática escolar*”. Seus objetivos principais eram verificar mais detidamente a relação sujeito/verbo e os mecanismos gerais de concordância. O autor utilizou um *corpus* com 400 textos de cunho argumentativo e expositivo publicados entre janeiro de 2000 e março de 2001, distribuídos da seguinte maneira: 100 editoriais do *Jornal do Brasil*; 100 matérias do jornal *O Globo* (entre editoriais e textos assinados); 100 matérias da revista *Isto É* e 100 da revista *Veja*. Esse pesquisador considerou em sua análise os seguintes casos de concordância verbal: a) o sujeito constituído por expressão partitiva (parte de , a maioria de etc.); b) o sujeito é posposto e possui dois ou mais núcleos; c) o

⁸ Definimos ‘funcional’ como “uma abordagem linguística direcionada para o uso da língua, cujo interesse está centrado na língua como instrumento de interação social e não apenas como um sistema isolado.” (NEVES, 1997, p.56)

sujeito da oração na voz passiva sintética é composto ou possui o núcleo no plural; d) o sujeito apresenta expressões de percentagem.

Convém salientar: (1^o) que toda a análise do *corpus* foi feita de forma manual sem nenhum mecanismo eletrônico; (2^o) que as regras enfocadas por Peixoto Filho não são as que enfocamos.

Outro trabalho é o de Silva (2005), que estudou a concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil, construindo um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia. Podemos citar também o trabalho de Gonçalves (2007), que estudou, à luz da teoria variacionista, a variável linguística de presença e de ausência de concordância entre o verbo e o sujeito de 3^a pessoa do plural na fala de Braúnas, Vale do Rio Doce, Minas Gerais.

Há, ainda, o trabalho de Bellaguarda (1983), que abordou a concordância verbal no ensino-aprendizagem da língua materna no 1^o e 2^o graus.

Embora haja uma série de publicações e de trabalhos que se baseiam em *corpus*, não se encontrou nenhuma pesquisa que utilizasse a metodologia da Linguística de *Corpus* para investigar a facultatividade da concordância verbal, por isso, torna-se relevante nossa pesquisa pelas contribuições e inovações que possa vir a trazer para o estudo desse tema na Língua Portuguesa.

Nossa hipótese inicial é de que fatores como as influências linguísticas de um grupo, o tipo de registro (formal, informal) e o tipo de modalidade (oral e escrita) podem determinar algumas escolhas linguísticas que, na maioria das vezes, confrontam os paradigmas prescritos na tradição gramatical. Pode-se incluir, aqui, a questão da concordância verbal que, apesar de ser uma abordagem sintática, apresenta aspectos facultativos (mais de uma opção de concordância) os quais, segundo nossa hipótese, no português formal real, como já dissemos, tendem a ser minimizados com predominância para uma das opções.

Observa-se, portanto, que as abordagens tradicionais delimitam-se a prescrever as opções de escolhas possíveis, não enfocando, de maneira mais exaustiva, qual a predominância quando se insere o texto no contexto de uso formal real.

Tomando como base as considerações até aqui apresentadas, a presente tese faz as seguintes perguntas de pesquisa:

- a) Ao investigarmos quantitativamente *corpora* eletrônicos de natureza escrita formal do gênero jornalístico, qual a frequência, em relação a alguns casos de facultatividade na concordância verbal, do emprego do verbo no singular e no plural?
- Que tipo de concordância prevalece e como se distribuem nos casos analisados?
- b) Como se comporta a concordância, contrastivamente, em termos de frequência e distribuição nos dois *corpora*?

O tema proposto e as perguntas de pesquisa abrangem questões sintáticas e semânticas e requerem abordagem complexa do ponto de vista teórico, metodológico e empírico. Para tal, organizamos nossa discussão nesta tese em quatro capítulos. O capítulo de Introdução, além de apresentar as motivações da pesquisa, comenta as questões relevantes sobre os paradigmas educacionais com suas evoluções no que concerne ao ensino-aprendizagem de língua materna.

No capítulo 1, sobre materiais e métodos empregados nesta tese, apresentamos aspectos históricos e definimos os conceitos que embasam a Linguística de *Corpus*, apresentando, ainda, a descrição e a definição dos *corpora* de estudo, o programa concordanciador *WordSmith Tools* e os procedimentos para análise dos dados.

No capítulo 2, denominado “Referencial Teórico”, faz-se um levantamento das questões teórico-gramaticais relacionadas à concordância verbal, bem como, a algumas discussões sobre sujeito. Também nesse capítulo fundamentamos aspectos referentes à oposição língua falada vs. língua escrita, com vistas ao fornecimento de mais subsídios teóricos sobre o tipo de *corpus* escolhido para concretização deste trabalho.

No capítulo 3, apresentamos os resultados obtidos, cotejando-os com a prescrição gramatical.

Por fim, no capítulo 4, fazemos as considerações finais, retomando o estudo desenvolvido, apresentando suas limitações, contribuições e possíveis implicações, bem como os prováveis encaminhamentos da presente tese. A Bibliografia constitui a parte final do trabalho, que se situa, dessa forma, numa região medial desse arco em relação às questões concernentes a alguns paradigmas que envolvem, ainda, o ensino puramente voltado às prescrições gramaticais, ou seja, pretende, de maneira

crítica, fornecer subsídios para que os níveis de concretização necessários para a efetivação de uma política de educação linguística consistente possam ser consolidados.

Trata-se, portanto, de uma opção política que vê, na ocupação dos espaços possíveis – desde que haja um mínimo de pressupostos gerais compartilhados –, alguma viabilidade de mudança. Mais especificamente, dentro de seu campo aplicado, esse trabalho pretende contribuir para os níveis de concretização previstos pelos PCNs – no que diz respeito ao ensino de língua materna - levando-se em conta as práticas sociais, inerentes ao uso da língua.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, será apresentada a metodologia de pesquisa adotada neste estudo. Primeiramente, serão reiterados os objetivos que norteiam o trabalho. A seguir, apresentaremos a Linguística de *Corpus* de forma histórica e conceitual calcada em Sardinha (2004), seguida por algumas informações importantes que embasam o trabalho como um todo. Em seguida, será traçado o perfil do *corpus* de estudo e, finalmente, serão descritos os procedimentos metodológicos de análise de dados, bem com as ferramentas computacionais utilizadas nesta investigação.

1.1 Breve Histórico da Linguística de *Corpus*

Segundo Sardinha (2004), a tradição de observarmos os fenômenos linguísticos a partir da compilação de dados empíricos de linguagem remonta há muitos anos e, dentre os vários exemplos, podemos citar o trabalho de Kading em 1897. Esse autor, utilizando um *corpus* de alemão contendo 11 milhões de palavras, verificou a frequência da distribuição e a sequência das letras no idioma. Na metade do século XX, concomitantemente às preocupações chomskyanas sobre “competência” (língua e não a fala), Randolph Quirk liderou a fundação do “*Survey of English Group*” em 1959, tendo iniciado a compilação do último grande *corpus* coletado de forma manual (posteriormente digitalizado). A partir das amostras de linguagem obtidas, Quirk e seus colaboradores criaram, dentre mais de 200 publicações, gramáticas de suma importância como *A Grammar of Contemporary English* de 1972 e *A Comprehensive Grammar of Contemporary English* de 1985.

No final dos anos 50, com o lançamento de *Syntactic Structures*, Chomsky prepara a linguística para um novo paradigma em que a intuição do falante nativo é suficiente para a análise da linguagem, não sendo necessário coletar dados de outros falantes. O impacto causado pela onda Chomskiana e sua premissa de desvinculação entre a análise linguística e a observação de dados empíricos obscureceu o lançamento do primeiro *corpus* eletrônico de linguagem escrita do mundo, o *corpus* Brown.

Com a popularização dos computadores nos anos 80, aumentou-se a capacidade de analisar e armazenar *corpora* maiores e de executar tarefas mais complexas. Conseqüentemente, diminuíram as possibilidades de erros na verificação dos dados e reacendeu-se a visão empirista da linguagem, dando origem ao que conhecemos modernamente como Linguística de *Corpus*. O desenvolvimento dos computadores e o da Linguística de *Corpus* estão intimamente ligados, uma vez que grandes quantidades de dados necessitam ser analisados rápida, correta e eficazmente, além de prestarem-se à verificação de outros pesquisadores.

Pode-se dizer que o surgimento da Linguística de *Corpus* está relacionado com o aumento da capacidade dos computadores de armazenar dados e com o crescimento do tamanho dos *corpora* (Leech, 1991), e que teve como ponto de partida o processamento eletrônico de grandes amostras de linguagem, sendo o *corpus* Brown, com um milhão de palavras do inglês americano, seu marco inicial.

Depois desse, houve a compilação de um número cada vez maior de *corpora* eletrônicos com tamanhos cada vez mais elevados. Entre eles, Sardinha (2004) destaca o LOB (Lancaster-Oslo-Bergen) de 1978, com um milhão de palavras, composto por textos escritos em inglês britânico, que consiste de 500 amostras de textos subdivididos em quinze categorias da língua escrita, e também o *Birmingham Corpus*, que em 1987 já tinha vinte milhões de palavras e hoje possui mais de 480 milhões, provenientes do inglês britânico escrito e falado. Esse *corpus*, chamado de *Bank of English*, é um dos projetos mais representativos de *corpus* de monitoramento da linguagem, tendo sido levado a cabo pelo projeto Cobuild, liderado por John Sinclair (cf. SARDINHA, 2004, p. 8).

Esse tipo de *corpus*, como o *Bank of English*, é relevante para pesquisas na área de lexicografia, já que pode proporcionar ao pesquisador a oportunidade de observação da ocorrência de novas palavras na língua, a morte ou o acréscimo no uso de tantas outras ou a observação de novos significados de palavras já conhecidas. Sardinha (op.cit.) aponta também outro *corpus* contemporâneo de dimensões grandes. É o BNC (British National *Corpus*) de 1995, com cem milhões de palavras do inglês britânico tanto falado como escrito.

Para Leech (1991), desde os anos 60, a Linguística de *Corpus* tem aumentado gradualmente seu campo de atuação e influência, e quase se tornou uma corrente principal em si própria. O autor destaca, entre as principais vantagens, a possibilidade que a Linguística de *Corpus* tem de encontrar informações

específicas e de testar hipóteses linguísticas. Para esse autor, nenhum *corpus* contém todas as informações linguísticas. Entretanto, Fillmore (1992, apud SANDINHA, 2004) afirma que não há nenhum *corpus* que contenha todas as informações que ele quer, mas todo *corpus* o ensinou coisas sobre a linguagem que ele não teria descoberto de nenhum outro modo. Nesse sentido, o pesquisador pode deparar-se com um mundo de informações e fatos novos que não foram previamente hipotetizados por ele, revelando características da língua com muito mais credibilidade.

1.2 Conceitos centrais da Linguística de *Corpus*

Conforme mencionado no capítulo de introdução, a Linguística de *Corpus* é uma área que estuda a linguagem por meio de grandes quantidades de dados empíricos, mediante o uso de computador. Convém destacar, portanto, o que se considera por observação empírica. Sob um ponto de vista filosófico, empirismo é uma abordagem ligada à psicologia, declarando que o desenvolvimento da teoria deve estar relacionado a fatos e experiências observáveis, ou que todo conhecimento humano advém da experiência. (cf. RICHARDS, C. et al. 1992, p.123).

Um contraste entre empirismo e racionalismo pode melhor esclarecer a definição acima. A teoria racionalista baseia-se em todos comportamentos artificiais e em julgamentos introspectivos, assim como em afirmações teóricas baseadas em reflexões sobre a fala emitida pelo próprio pesquisador. Portanto, a grande diferença entre racionalismo e empirismo consiste na observação dos dados, sejam eles artificialmente induzidos ou naturalmente ocorrentes, respectivamente. Assim, a abordagem empírica serve de base para a Linguística de *Corpus*, uma vez que a própria palavra *corpus*, nesse contexto, significa coleção de textos que ocorrem naturalmente.

Convém destacar, ainda, como já dissemos, a importância e a necessidade do uso de computadores na Linguística de *Corpus*, pois estes trazem, como principais vantagens para a investigação da língua, a rapidez e a precisão das informações obtidas, sendo possível a utilização de programas como os

concordanciadores⁹, em que o usuário pode fazer a busca de uma palavra específica, trazendo todas as ocorrências da palavra selecionada no *corpus* de estudo, e a observação das palavras que co-ocorrem com essa forma selecionada. Além disso, há a possibilidade de anotação no *corpus*, isto é, o acréscimo de informações como, por exemplo, se uma palavra pertence à classe gramatical dos verbos, substantivos ou preposições, e anotações dos mais diferentes tipos, dependendo da pesquisa que está sendo realizada¹⁰.

Kennedy (1998) também adiciona à utilização de computadores a rapidez, a exatidão, a confiabilidade estatística e a habilidade de manusear grandes quantidades de dados. Com isso, os computadores têm permitido aos linguistas trabalhar com uma grande variedade de textos e, dessa forma, procurar generalizações sobre a língua, não restritas ao uso de textos específicos ou da intuição de um linguista. A quantificação dos elementos da língua através de estudos baseados em *corpus* tem ajudado a renovar ou fortalecer a ligação entre a descrição linguística e outras áreas de estudo, como por exemplo, o ensino de línguas estrangeiras (Granger, 1998).

Assim, para os estudiosos desse ramo da Linguística, *corpus* não é simplesmente uma coleção de textos usada como base para se desenvolver uma pesquisa de análise ou descrição linguística.

Sardinha (2004:18) cita a definição de “*corpus*”, feita por Sánches (1995, p.8-9) como a mais completa:

Um conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise.

Ainda segundo Sardinha (Ibid), trata-se da definição mais completa por contemplar vários pontos importantes, quais sejam:

- (a) a origem: os dados devem ser autênticos
- (b) o propósito: o *corpus* deve ter a finalidade de ser um objeto de estudo linguístico

⁹ O Concordanciador *Wordsmith* será discutido mais adiante na seção 1.7.

¹⁰ Um *corpus* sem anotação é considerado “cru”.

- (c) a composição: o conteúdo do *corpus* deve ser criteriosamente escolhido
- (d) a formatação: os dados do *corpus* devem ser legíveis por computador
- (e) a representatividade: o *corpus* deve ser representativo de uma língua ou variedade
- (f) a extensão: o *corpus* deve ser vasto para ser representativo.

Já para McEnery & Wilson (1996), o termo *corpus* deve considerar quatro fatores principais: em primeiro lugar, amostra e representatividade, isto é, na construção de um *corpus*, deve-se considerar que a amostra seja representativa das tendências de uma determinada variedade da língua, incluindo suas proporções. Esse último item, como veremos na discussão de nossos resultados, é particularmente importante. A segunda característica destacada pelos autores é quanto à forma legível por computadores, sendo esse fator considerado indispensável para a investigação da língua, uma vez que, por meio desse instrumento, é possível investigar informações sobre traços linguísticos de áreas diversas, como traços morfológicos, morfossintáticos e semânticos.

Outro fator relevante destacado pelos autores é a possibilidade que a pesquisa realizada através de *corpus* eletrônico pode trazer para uma descrição objetiva da língua, além da possibilidade de descoberta de fatos novos. A última característica destacada pelos autores é a referência padrão, isto é, um *corpus* é considerado como referência padrão da variedade da língua que representa.

Assim, vários *corpora* têm sido coletados com diferentes propósitos, representatividades e formatos. Dentre os diferentes tipos de *corpora* encontrados, destacam-se o *corpus* geral e o especializado. Um *corpus* geral é uma coletânea de textos utilizados para explorar a linguagem e é também usado como base para respostas a perguntas específicas sobre vocabulário, gramática ou estrutura do discurso de uma língua como um todo. Deve, portanto, conter textos de diferentes gêneros e domínios, incluindo textos falados e escritos, particulares ou públicos. (KENNEDY, 1998, p.20).

Já um *corpus* especializado é desenvolvido para atender às necessidades específicas de um trabalho de pesquisa em particular, de acordo com seus objetivos, como, por exemplo, uma coletânea de textos de propaganda de escolas de línguas,

coletado com o intuito de se verificar a variedade lexical e gramatical mais utilizada por esse gênero. Assim, um *corpus* especializado geralmente define claramente a população estudada, os objetivos de pesquisa, o gênero ou gêneros contidos no *corpus* e pode especificar o período de tempo de sua compilação.

Dessa maneira, os resultados obtidos não caracterizarão a língua estudada como um todo, mas apenas em relação ao *corpus* de estudo específico (McEnery & Winson, 1996, p.64). Cabe ressaltar que nosso *corpus* de análise, apesar de se restringir a um tipo de gênero discursivo (opinião), pode ser caracterizado como *corpus* geral por conter textos formais escritos não específicos a determinados grupos, sendo portanto, passível de nele (no *corpus*) se explorarem alguns aspectos da linguagem, inferindo-se generalizações e particularidades.

Sinclair (1991) também identifica a linguagem como um sistema probabilístico em sua pesquisa. Esse autor não dissocia as ocorrências lexicais das gramaticais. Para ele, há um vínculo entre suas ocorrências, isto é, um padrão que carregará o sentido do que está sendo enunciado e que depende das escolhas feitas pelo falante.

A preocupação da Linguística de *Corpus* está em proporcionar evidências de que determinados itens ou estruturas, sejam eles lexicais ou gramaticais, apesar da possibilidade de sua ocorrência, conforme proposto pela teoria de Chomsky (1957), não ocorrem com a mesma frequência ou aleatoriamente, apresentando-se, dessa forma, ligados ao contexto de sua ocorrência. Assim, tais possibilidades têm sido investigadas pela Linguística de *Corpus* e suas descobertas têm sido crescentemente utilizadas em diferentes pesquisas de diversas áreas da linguística.

Kennedy (1998, p.8) aponta para a ênfase de estudos que priorizam a probabilidade de ocorrência de estruturas e itens lexicais, dividindo os pesquisadores da Linguística de *Corpus* em quatro tipos: 1) aqueles que coletam e produzem *corpora*; 2) aqueles que desenvolvem ferramentas para a análise dos *corpora*; 3) os linguistas descritivos, os quais usam os *corpora* computadorizados para descrever a linguagem; e 4) aqueles que aplicam as descrições linguísticas baseadas em *corpus* em diversas áreas, como o ensino de línguas e a tradução entre outras. A pesquisa aqui apresentada encaixa-se nos itens 3 e 4 acima.

Como se pode observar, a Linguística de *Corpus* pode ser utilizada para uma enorme variedade de pesquisas linguísticas, tais como “pesquisas sobre palavras isoladas, características gramaticais, linguagem de homens e mulheres, aquisição

de linguagem por crianças, estilo de determinado autor, padrões de registro” (BIBER, et al, 1998, p.11).

Ainda, de acordo com Biber, a Linguística de *Corpus* pode ser utilizada em qualquer área de investigação linguística empírica como:

- Lexicografia – associações linguísticas e não linguísticas. Além de fornecer os significados das palavras, os dicionários podem apresentar os usos mais comuns, a frequência e o contexto de determinadas palavras (BIBER, et al, 1998, p.11). Como o Longman Dictionary of Contemporary English, baseado do BNC.
- Gramática – como a gramática de referência desenvolvida pelo próprio Biber: *Longman Grammar of Spoken and Written English* (1999).
- Sociolinguística – dialetologia e registro, co-ocorrências de padrões em diferentes registros.
- Estilística – estilos de diferentes autores podem ser investigados através dos períodos históricos, assim como o desenvolvimento desses registros.
- Linguística educacional – confecção de materiais e promoção de atividades para colocar o aprendiz em contato com a língua em uso.

No que tange ao ensino, essa área de investigação linguística tem trazido contribuições para a elaboração de currículos de cursos de graduação e pós-graduação que consideram a importância da observação dos dados compilados em um *corpus*, como por exemplo, os estudos da descrição histórica da língua¹¹ (OLIVEIRA, 2005).

Nesse sentido, entendemos que a compilação dos dados extraídos de um *corpus* ou *corpora* pode evidenciar construções gramaticalizáveis, permitindo ao aprendiz a reflexão sobre o funcionamento da língua em um contexto de aprendizagem significativa, partido de dados reais e analisáveis. Como ferramenta didática, o professor tem condições de realizar atividades didáticas que incentivem o levantamento de hipóteses a partir das evidências apresentadas pelos insumos.

¹¹ O Ministério da Ciência e da Tecnologia de Portugal fomenta, através da Fundação para a Computação Científica Nacional, um projeto de pesquisa linguística dos *corpora* disponíveis do português (Linguateca). Maiores informações podem ser encontradas em <http://www.linguateca.pt/>.

Baseando-se nessa ótica, corroboramos a visão de Sardinha (2000), segundo a qual a conscientização da complexidade funcional da língua permite que o indivíduo se posicione de forma crítica nas diferentes perspectivas teóricas sobre as concepções de língua. Ainda, assim, entendemos também, segundo (OLIVEIRA, 2005) que o discurso comunicativo é organizado, contextualmente, considerando as adequações e as convenções linguísticas estabelecidas pelo senso comum.

1.3 Metodologia ou abordagem

Segundo Tognini-bonelli (2001, p. 01), Uma das questões amplamente discutidas entre os teóricos da Linguística de *Corpus* relaciona-se ao *status* desta, ou seja, se ela é simplesmente uma base metodológica ou uma área de pesquisa.

McEnery e Wilson (1996, p.02) não a consideram como sendo um ramo da linguística, à maneira da sintaxe ou da sociolinguística, pois tais disciplinas descrevem/explicam algum aspecto do uso da linguagem, ao passo que a Linguística de *Corpus* parece funcionar como uma metodologia que pode ser usada em quase todas as áreas sem se constituir como uma área em si mesma.

Já Biber, Conrad e Reppen (1998, p.09) conferem à Linguística de *Corpus* o *status* de abordagem complementar e recomendam que ela seja utilizada concomitantemente a abordagens mais tradicionais. Assim, desenvolve-se esta tese, a qual parte de pressupostos teórico-gramaticais sobre a facultatividade da concordância, confrontando-a com uma análise mais funcional através de uma abordagem baseada na Linguística de *Corpus*.

Kennedy (1998, p.07), oferecendo um outro posicionamento, considera que a Linguística de *Corpus* não deve ser vista como uma teoria de linguagem, contrapondo-se a outras como, por exemplo, a Gramática Transformacional, mas sim como uma fonte de evidência que pode servir a qualquer teoria linguística que aceite a riqueza de dados empíricos. O autor também determina que o escopo da Linguística de *Corpus* pode ser definido em termos do que as pessoas fazem com os *corpora*.

Por fim, este trabalho corrobora a posição de Hoey (1997), citado por Sardinha (2004), que considera a Linguística de *Corpus* como uma “forma de se chegar à linguagem”, uma abordagem e não somente um instrumental.

1.4 ***Corpus-driven e corpus-based***

Pelas características teóricas e metodológicas deste trabalho, convém, nesta subseção, definir dois tipos de abordagens que norteiam a Linguística de *Corpus*, as quais serão definidas abaixo, sendo, portanto, uma dessas abordagens de fundamentação importante para esta tese.

Um *corpus* pode ser usado de diferentes maneiras para validar, exemplificar ou construir uma teoria da linguagem. Diferentes termos têm sido usados por diferentes estudiosos, mas todos estão centrados em torno de uma distinção básica. Os termos mais frequentemente usados são “*corpus-based*”, em oposição a “*corpus-driven*”.

1.4.1 Abordagem conduzida por *corpus* (*corpus-driven*)

Na abordagem conduzida por *corpus* (“*corpus driven*”), o LINGUISTA usa um *corpus* para sustentar um argumento linguístico ou para validar um discurso teórico. Nessa abordagem, o compromisso do LINGUISTA é com a integridade dos dados como um todo, e a descrição de qualquer fenômeno linguístico tem o objetivo de ser abrangente o suficiente com relação à evidência do *corpus*. O *corpus* é, portanto, visto como muito mais que um depósito de exemplos ou um arquivo de textos para apoiar teorias já existentes. Qualquer teoria tem de refletir diretamente a evidência extraída do *corpus* propriamente dito.

A novidade desta abordagem pode não ter sido prevista 20 anos atrás, pois não havia consciência da necessidade de construirmos uma abordagem direcionada por *corpus*, e os pequenos *corpora* da época produziam grande quantidade de informações interessantes quando vasculhados através de estratégia baseada em

corpus (Johanson & Hofland). Foi apenas gradualmente que os pesquisadores reconheceram que a descrição tradicional de pré-*corpus* da linguagem estava sendo implicitamente questionada pela evidência de *corpora* maiores. O projeto *Cobuild*, já descrito na seção 1.1. que reflete a posição de Sinclair na teoria da linguagem e na metodologia descritiva (1987), pode ser visto como o primeiro estudo em *corpus* dirigido à lexicografia.

O trabalho de *corpus* pressupõe uma abordagem empírica à descrição do uso da língua, assumindo um contexto, a teoria funcional dos significados e fazendo uso de novas tecnologias. Esta definição não se aplica necessariamente à abordagem baseada em *corpus* (“*corpus-based*”), que veremos adiante, onde o relacionamento entre um item e seu contexto não é tomado como sistemático e determinante na definição das categorias linguísticas. A abordagem direcionada por *corpus* (“*corpus-driven*”), de outro lado, combina bem com a definição que objetiva derivar categorias linguísticas sistematicamente de padrões recorrentes e a distribuição de frequências que emerge da língua em contexto.

A plataforma de pesquisa estabelecida por Sinclair como direcionada por *corpus* tem começado a publicar trabalhos referência de gramática – *The Cobuild Grammar Patterns*, que apresenta seleção em nomes, verbos e adjetivos, mostrando uma semântica correlacionada, o que era obscurecida quando a perspectiva era exclusivamente gramatical.

1.4.2 Abordagem baseada em *corpus* (“*corpus-based*”)

Estudos “*corpus-based*” é base para muitos trabalhos que se relacionam ou são extraídos de um *corpus*. O termo “*corpus-based*” é usado para fazer referência a uma metodologia que se utiliza prioritariamente de *corpus* para explicar, testar ou exemplificar teorias e estudos da linguagem.

Pode-se dizer que os linguistas “*corpus-based*” estabelecem uma relação de confiança entre dados e teorias que eles acreditam ser fundamentalmente adequadas. Eles distinguem e analisam o *corpus* com base nessas categorias (teorias) e peneiram os dados. O *corpus* é considerado importante porque, em algumas ocasiões, indica onde devem ser feitas correções secundárias e ajustes no

modelo adotado e, naturalmente, pode ser valioso como fonte de evidência quantitativa. Estudos “*corpus-based*” servem para refinar categorias pré-existentes, mas nunca estão realmente em uma posição de desafiá-las

Portanto, as duas posições às quais nos estamos referindo em relação ao trabalho com *corpus*, ou seja, “*corpus-based*” e “*corpus-driven*”, refletem duas ideias opostas deste assunto. Enquanto o linguista “*corpus-based*” testa uma teoria tentando separar, unificar e reduzir os dados; o linguista “*corpus-driven*” constrói categorias a partir dos dados.

Nossa tese, por seu escopo e enfoque, pode ser denominada de “*corpus-based*”. Partiremos de algumas categorias existentes em relação à facultatividade da concordância e testaremos essas categorias em evidência proporcional com *corpora* jornalísticos.

1.5 Tamanho e representatividade de um *corpus*

Assim como o modo de abordar dados varia, o tamanho dos *corpora* tem variado bastante. Por exemplo, há *corpora* pequenos, com poucos milhares de palavras, até coleções com dezenas de milhões de palavras. A construção de um *corpus* com um milhão de palavras, foi, no passado, um sonho, e esse tamanho já foi substituído por *corpora* bem maiores, como o BNC e o COBUILD. Ao mesmo tempo, a importância dos *corpora* pequenos está sendo cada vez mais enfatizada como fontes legítimas e informativas de análise linguística e de aplicação pedagógica (Ghadessy et al, 2001).

Porém, pouco se tem concluído quanto aos critérios mínimos para definição do tamanho ideal de um *corpus* geral de uma língua para que ele seja representativo. Sardinha (2004) sugere uma classificação baseada na observação dos *corpora* utilizados segundo quatro anos de eventos de Linguística de *Corpus*, de acordo com o quadro 1 abaixo:

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Quadro 1: Classificação relativa do tamanho de *corpus* de Sardinha (2000b:346)

Tal classificação está baseada na observação dos *corpora* efetivamente empregados pela comunidade de linguistas de *corpus* segundo estudos apresentados nas principais conferências de Linguística do *Corpus*. (SARDINHA, 2000).

O tamanho e a representatividade de um *corpus* têm estado totalmente associados. Sinclair (1991) afirma que quanto maior for este, mais representativo da língua em uso ele será. Porém, a compilação de um *corpus* geral totalmente representativo de uma língua é considerada estritamente impossível, pois o tamanho que tenha essa pretensão é infinito, uma vez que a língua está constantemente mudando – palavras novas são criadas e a frequência do uso de certas expressões varia com o decorrer do tempo e com o contexto.

Enfatizamos, portanto, que a contribuição de Chomsky para a Linguística de *Corpus* está exatamente onde se baseavam suas críticas, no fato de a língua não ser finita. Segundo Chomsky (1957), um *corpus* não pode representar uma língua em sua totalidade; conseqüentemente, ele não pode ser representativo dessa língua. Porém, para se estudar o infinito, o pesquisador cria uma amostra. Essa amostra, no caso da linguística, é o *corpus* de estudo. Além disso, pelo fato de a linguagem, como já dissemos, ser probabilística.

1.6 Seleção e descrição dos *Corpora*

Acreditamos que as estruturas linguísticas obedecem às intenções e aos objetivos do falante que com elas constroem e/ou reiteram o seu discurso para informar e/ou tentar convencer o seu interlocutor, com que interage em maior grau.

Entendemos que qualquer porção significativa em relação aos aspectos concernentes à facultatividade no uso da concordância atribui-lhe significado funcional que, por sua vez, é indexado à língua como reflexo do ato da fala. Por essas razões, tentamos descrever a variedade formal do português, em que esse emprego ocorre e, para isso, foram utilizados *corpora* do português formal real, de natureza escrita, para que pudéssemos levantar a frequência e a distribuição desse aspecto da língua e fazer uma análise contrastiva entre o padrão formal escolar e o padrão formal real, verificando a relevância desse estudo para o ensino de língua materna.

O *corpus* a ser utilizado para esta pesquisa é o conjunto de textos extraídos da seção opinião dos jornais O Globo (Rio de Janeiro) e F. de São Paulo (São Paulo), contendo cartas do leitor, editoriais e artigos de opinião. Portanto, nosso *corpus* apresenta a seguinte configuração, conforme quadro abaixo:

<i>CORPUS</i>	QUANTIDADE DE TEXTOS	PERÍODO
O Globo	1946	2008 a Janeiro de 2010
Folha de S. Paulo	20423	2005 a 2009

Quadro 2: Configuração do *corpus*

Escolhemos esse tipo de *corpus*, em função dos objetivos desta pesquisa, pela sua relevância em relação ao prestígio social de que goza por representar, mais eficazmente, a variedade padrão da língua.

Para tanto, os sub-*corpora* da seção opinião (Jornal O Globo e Folha de S. Paulo) foram salvos em arquivos txt, para poderem ser lidos pelo programa de análise textual *WordsmithTools* (SCOTT, 1999), que será descrito mais adiante.

É importante salientar que qualquer comparação entre os *corpora* tem que ser fundamentada em uma normalização, isto é, os dados têm de ser transformados em percentagens. Portanto, os *corpora* utilizados neste trabalho podem ser

considerados *médio-grande* (conforme tabela 1), pois apresentam a seguinte configuração, conforme quadro 3 abaixo:

<i>CORPUS</i>	Ocorrências (<i>tokens</i>) ¹²	Formas (<i>types</i>) ¹³
Folha de S. Paulo	7.352.735	303.818
O Globo	1.127.113	48.013

Quadro 3: Quantidade de ocorrências e formas lexicais nos diferentes *subcorpora*

1.7 O programa WordSmith Tools

Nesta seção, descrevemos o programa computacional selecionado para uso na pesquisa. Há várias ferramentas de análise para *corpora* eletrônicos (Sardinha, 2004). Dentre elas, foi escolhido o programa computacional *WordSmith Tools*. Esse programa, criado por Mike Scott e comercializado pela Oxford University Press (Scott, 1998), é de simples utilização, além de rápido e poderoso. Além disso, e de acordo com Sardinha (op.cit.), o programa atende às exigências de análise linguística por ser de fácil manuseio, por apresentar flexibilidade e pela possibilidade de contextualização das palavras selecionadas para análise.

O programa coloca à disposição do analista uma série de recursos, os quais, se bem usados, são extremamente úteis e poderosos na análise de vários aspectos da linguagem. Entre esses aspectos, estão a composição/densidade lexical e a temática de textos selecionados, além de, através da comparação entre dois *corpora*, possibilitar o levantamento das palavras-chave de cada um dos *corpora* analisados. A única exigência do programa é que os textos compilados para fazerem parte do *corpus* de estudo estejam disponíveis em formato que possa ser lido por computador, ou seja, txt ou em ASCII.

Tendo como ponto de partida alguns princípios da linguística de *corpus*, o programa *WordSmith Tools* oferece várias ferramentas. Uma delas, o *Concord*, tem a função de concordanciador (nome pelo qual ficou conhecida essa função de extração) e extrai concordâncias (lista contendo uma palavra específica – palavra de

¹² Número de itens (ou ocorrências); por exemplo, a frase *o João viu o Pedro* possui cinco itens: o, João, viu, o, Pedro.

¹³ Número de formas (ou vocábulos); a frase acima possui quatro formas: o, João, viu, Pedro.

busca ou nódulo – juntamente com parte do texto ao seu redor – o cotexto) a partir de um ou mais *corpora* selecionados. Convém esclarecer que “concordância”, aqui, é termo de informática e nada tem a ver com a concordância em gramática, que é nosso objetivo de estudo.

Assim, a partir do alinhamento que o programa dá a uma palavra de busca, é possível ver se ela estabelece padrões de aparecimento em determinadas estruturas lexicais ou gramaticais repetidas. Abaixo, um típica tela contendo palavras de busca com a expressão quantitativa “um dos que” todas alinhadas ao centro, extraídas do *corpus* de editorias (opinião) do jornal *Folha de S. Paulo*.

N	Concordance	Set	Tag\Word No.	File	%
5	ros no Brasil e no exterior constitui um dos vetores que contribuem par		416	~1758.txt	83
6	ia chinesa aponta a educação como um dos fatores que explicam "por		174	2~169.txt	52
7	-se de costas para a parede quando um dos passarinhos, que estava n		106	~169e.txt	32
8	cálculo desse indicador, em 1947. Um dos fatores que inibem o investi		208	3~eca.txt	76
9	esse nível de ensino. Essa queda é um dos fatores que pesaram na re		62	4~f88.txt	7
10	cadear o choque hemorrágico. Mas um dos fatores que parecem predi		199	~1440.txt	62
11	iante do dólar, no entanto, fragiliza um dos elementos que reanimaram		284	5~57d.txt	64
12	política dos aumentos do mínimo foi um dos fatores que contribuíram par		98	~1d42.txt	14
13	"A esperança venceu o medo" era um dos lemas que embalaram multi		587	~13b6.txt	77
14	rnador o que ele faz no PFL, que é um dos partidos que mais represen		642	~1595.txt	57
15	oeing-737/800 da Gol há um mês é um dos fatores que determinaram o		56	1~100.txt	20
16	sticamente se explica por conterem um dos ingredientes que formam a		100	~1d20.txt	35
17	lação própria relativa ao terrorismo. Um dos fatores que vêm acelerand		348	~15da.txt	55
18	ndo melhor as atribuições de cada um dos agentes que atuam na área		131	~12b8.txt	21
19	berto Michiles (PL-AM), oriundo de um dos Estados que mais têm a g		99	3~e18.txt	32
20	gendas -muitas delas de aluguel- é um dos motivos que torna as negoc		125	5~5c8.txt	43
21	de pública paulista. Curiosamente, um dos cursos que darão início à U		600	~1708.txt	87
22	ros nessa discussão do álcool. Sou um dos otários que, na década de		879	3~2a5.txt	84
23	nguém teve dúvida." Declaração de um dos jurados que participaram do		116	~1544.txt	72
24	listou Vanderlei Luxemburgo como um dos técnicos que o dirigiu na s		112	~100a.txt	92
25	culo antes. Ocorre que a China é um dos países que mais crescem n		242	1~cbb.txt	45
26	s está para ser implantada no setor UM DOS ELEMENTOS que vêm co		26	~1770.txt	5
27	ção para depois das férias, porque um dos países que visito em julho e		80	~16d8.txt	9
28	pósito ressaltar esse ponto, porque um dos fatos que, segundo se sab		473	~1d27.txt	62
29	erdização que vai arruinando o país UM DOS fenômenos que mais se t		35	~1c2d.txt	4
30	olutamente insustentável. Esse foi um dos fatores que contribuíram pa		68	6~700.txt	17
31	estrado- confirmaram o que dissera um dos empresários que denunciou		156	3~28f.txt	42
32	P) "O quixotesco Oscar Niemeyer, um dos "problemáticos" que ainda i		283	~12bd.txt	29
33	tenha tendência a desenvolvê-la. E um dos fatores que aumentam a pr		177	~20ca.txt	55
34	uk toca diretamente. O escritor é um dos intelectuais que ousam que		125	~1151.txt	53
35	Passo temerário Passo temerário UM DOS TEMAS que mais marcar		3	4~486.txt	1
36	planeta vai afetar os demais países UM DOS itens que hoje em dia mai		25	~1472.txt	5
37	entinho, ex-presidente da entidade, um dos poucos que se preservara		650	~1d40.txt	83
38	nto que vêm ocorrendo pelo país" é um dos itens que a esquerda defen		105	~1ee3.txt	32
39	nseqüências sociais e econômicas. Um dos motivos que pode explicar		663	2~15a.txt	77

Figura 1: Tela do programa *WordSmith Tools* mostrando linhas de concordâncias da expressão quantitativa indefinida “um dos que”.

Através do mesmo programa concordanciador, foi possível a ampliação das linhas de observação, isto é, em vez de se observar o item selecionado inserido em um contexto de apenas uma linha com cinco palavras à esquerda e cinco à direita, optou-se pela visualização de um contexto ampliado com um ou mais parágrafos. Essa opção foi feita para uma melhor visualização do emprego da facultatividade em

relação à concordância, conforme figura abaixo extraída do *corpus* do jornal *O Globo*.

The screenshot shows the WordSmith Tools interface with a concordance table. The table has columns for 'N', 'Concordance', 'Set', 'Tag', 'Word No.', 'File', and '%'. The concordance entries are as follows:

N	Concordance	Set	Tag	Word No.	File	%
1	'Acabaram com as vans e voltei à selva' Publicada no O Globo em 16/09/2009. Artigo do leitor Eiel Martins Sou um dos que estão sofrendo com a falta das vans. Morador de São Gonçalo, as usava diariamente. Como outro o articulista que escreveu sobre este assunto, vi e vivi muitas das bandalhas e irresponsabilidade			20	d:\200 ~1cc0.txt	8
2	a - segunda coluna: ...foi um dos que desaparecerem sem deixar rastros. Crítica: erro na forma do verbo Certo: ...foi um dos que desaparecerem sem deixar rastros. 2) p. 41 - "Não impediremos a exumação dos corpos" - final da apresentação da entrevista: "Ainda assim, afirmou Laura, a família, em princípio, não			421	d:\200 8~7cd.txt	26
3	favoráveis ao presidente Morales. HISTÓRIA / CIÊNCIA 1) p. 41 - Um túmulo para García Lorca - segunda coluna: ...foi um dos que desaparecerem sem deixar rastros. Crítica: erro na forma do verbo Certo: ...foi um dos que desaparecerem sem deixar rastros. 2) p. 41 - "Não impediremos a exumação dos corpos" - final			406	d:\200 8~7cd.txt	25
4	que todos eles são gravíssimos e deveriam ser herculeamente enfrentados a fim de salvaguardar o futuro do país. Contudo, um dos que figuram entre os gritantemente graves e que mais assustam é o da agressão aos professores. E quando se fala em agressão aos professores é preciso fazer algumas considerações			154	d:\200 ~244d.txt	16
5	de que se tem conhecimento. REVISTA DA TV (10/08) 1) p. 2 - A extravagância de um cafajeste - O figurino de Dodi é um dos que eu mais gosto, porque deu certo... Crítica: erro de regência no emprego do relativo Certo: O figurino de Dodi é um dos de que eu mais gosto, porque deu certo... Ou então: O figurino de Dodi é			339	d:\200 8~4ef.txt	62
6	ca da água, que ocorre com frequência Crítica: falta do demonstrativo "o" Melhor: Adelson Rodrigues, morador do Tauá, é um dos que reclamam da pressão fraca da água, o que ocorre com frequência 2) p. 10 - Livros bons, baratos e perto de casa - legenda da foto: O local conta com livros raros, clássicos e até auto-ajuda			483	d:\200 ~152c.txt	67
7	(26/04) 1) p. 7 - Cedaê promete grandes obras - legenda da foto no alto à direita: Adelson Rodrigues, morador do Tauá, é um dos que reclamam da pressão fraca da água, que ocorre com frequência Crítica: falta do demonstrativo "o" Melhor: Adelson Rodrigues, morador do Tauá, é um dos que reclamam da pressão fraca da			458	d:\200 ~152c.txt	63
8	ca econômica de Fernando Collor de Mello deu em milhões de cidadãos que tiveram suas poupanças surrupiadas. Eu fui um dos que votaram em Collor para			48	d:\200	13

Figura 2: Tela do programa *WordSmith Tools* mostrando linhas de concordâncias da expressão quantitativa indefinida “um dos que” em seu contexto ampliado.

Em outras palavras, o programa disponibiliza ao usuário, a partir de uma palavra de busca específica, todas as ocorrências dessa palavra, juntamente com o seu cotexto próximo (palavras ao redor). O ponto de partida dessa ferramenta é o conceito de KWIC (ou palavra-chave em seu contexto). Dessa forma, é no contexto¹⁴ que se constroem os significados de qualquer palavra.

O concordanciador também permite a extração de ‘colocados’, isto é, dos itens lexicais mais frequentes que ocorrem com determinado item de busca. Isto

¹⁴ Convém salientar que a palavra contexto, aqui, está relacionada ao termo *Key Word in Context*, ou palavra-chave no contexto, na qual a palavra de busca aparece centralizada e ladeada por porções contínuas de texto de origem. Nada tem a ver com a visão pragmática da linguagem.

pode indicar se o item de busca ocorre mais frequentemente sozinho ou em grupos lexicais compostos de multipalavras, por exemplo.

Outra ferramenta computacional que integra o programa *WordSmith Tools* é o *Wordlist*, que gera uma lista de frequência de todas as palavras de um item ou mais textos selecionados. O programa disponibiliza ao pesquisador informações quanto ao total de palavras (*token*) do *corpus* de pesquisa e também quanto ao número de palavras diferentes (*type*), disponibilizando dados estatísticos. O pesquisador pode obter a lista de palavras tanto em ordem alfabética quanto em ordem de frequências.

A lista de frequência de palavras é valiosa para o estudo da Linguística de *Corpus*, pois revela a ocorrência de cada palavra em um *corpus* específico, além de listar todas as palavras que o compõem. Partindo destes dados, pode-se então determinar quais palavras são mais ou menos frequentes no *corpus* sob estudo.

O levantamento de listas de frequência foi feito por pesquisadores em várias línguas. Em Língua Portuguesa, destacamos o Frequency Dictionary of Portuguese Words, elaborado por Ducan (1972) como parte de sua tese de doutorado em Standford, “a partir de um corpus de português europeu com 500 mil palavras” (cf. DUCAN, 1972, apud SARDINHA, 2004, p.161).

Segundo Gonzalez (2007), no Brasil, as primeiras listas de frequência foram realizadas por Maria Tereza Camargo Biderman, uma das responsáveis pela compilação do Corpus do Português Brasileiro Contemporâneo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), considerado em 2001 como o maior banco textual do português brasileiro (Época, 2001). Este trabalho serviu de base para a preparação do Dicionário Didático de Português (1998), com especial atenção à explicitação dos significados a partir de usos linguísticos contextualizados.

As listas de palavras, bem como as frequências indicadas nas mesmas, podem oferecer ao pesquisador um *raio-x* dos textos que compõem seu *corpus*. Além disso, é possível proporcionar resultados reveladores quanto à descrição do contexto das palavras selecionadas, por meio do exame de co-ocorrência, o que foi primordial neste trabalho para a análise e interpretação dos dados apresentados no *corpus*.

Para melhor compreensão da potencialidade do programa, listamos abaixo as dezesseis funções desempenhadas pelas três ferramentas do programa citadas por Sardinha (2004), mantendo entre parênteses os nomes em inglês usados no programa:

a) Wordlist:

1. Lista de palavras individuais (Wordlist);
2. Lista de multipalavras (Wordlist, cluster activated);
3. Lista de palavras de consistência individuais (detailed consistency);
4. Lista de dimensões e densidade lexical (statistics). Apresenta várias contagens relativas aos textos do *corpus*, tais como o tamanho em itens (*tokens*) e formas (*types*), número de parágrafos, comprimento do parágrafos, etc

b) Concord:

1. Concordanciador (Concordance);
2. Lista de colocados (Collocates);
3. Lista de agrupamentos lexicais (Clusters);
4. Lista de padrões de colocados (patterns);
- 5 Gráfico mostrando ONDE no texto ocorre palavra de busca (plot).

c) KeyWords:

1. Lista de palavras-chave (keywords);
2. Banco de dados de listas de palavras-chave (database);
3. Lista de palavras-chave chave (key keywords);
4. Lista de palavras-chave associada (associates);
5. Lista de agrupamentos textuais (clumps);
6. Gráfico de distribuição de palavra-chave (keyword plot);
7. Listagem de elos entre palavras-chave (keyword plot links).

Quadro 4: Funções desempenhadas por cada uma das três ferramentas do programa de análise *WorsSmith Tools*, (adaptado de SARDINHA, 2004).

Para análise dos *corpora* de nosso trabalho, foram utilizados os recursos a) 1 e b) 1 do quadro acima, ou seja, lista de palavras individuais e concordâncias (no sentido que o termo tem em informática, conforme já foi esclarecido).

1.8 Passo a passo da extração e análise

O primeiro passo da compilação foi dar um comando ao programa para que extraísse, separadamente, todas as ocorrências com os tipos sujeitos que foram selecionados para este trabalho (conforme será explicitado no capítulo 2) de cada um dos *corpora*. Nosso objetivo era coletar, dentro do *corpus*, todas as ocorrências e analisá-las de acordo com a concordância escolhida (verbo no singular ou plural).

Uma vez analisada cada ocorrência, nosso objetivo era quantificá-las para depois comparar esses números e distribuição.

Como já descrevemos, além do estudo das frequências, o estudo de *corpus* eletrônico com ajuda de programa concordanciador permite o levantamento sistemático de padronização, ou seja, das regularidades formadas pela ocorrência de itens co-ocorrentes. Desta forma, o primeiro comando dado ao Concordanciador foi o de buscar o item sujeito selecionado, conforme o escopo desta pesquisa. Após a extração de todas as linhas de concordâncias nas quais constava o tipo de sujeito selecionado, em cada um dos *corpora*, foram eliminados todos aqueles itens repetidos. Uma vez feita essa limpeza, foram conservados somente aqueles, verdadeiramente, previstos na tese.

Por fim, cada uma dessas instâncias foi analisada de acordo com o critério estabelecido. Para cada linha foi então atribuída uma identificação de classificação: “s” para verbo no singular e “p” para verbo no plural.

A partir da compilação de todos os ‘s’ e todos os ‘p’, de nossas classificações, foi possível quantificar não só a distribuição de itens formados em relação ao tipo de sujeito por *corpus*, mas também fazer um contraste entre os *corpora*.

Neste capítulo, fizemos uma breve revisão sobre a Linguística de *Corpus* e seus aspectos mais importantes, mostramos também o passo a passo de nossa análise, enfatizando, portanto, a noção de probabilidade ou frequência de ocorrência e a observação empírica da linguagem dentro de um contexto específico como sendo os conceitos centrais dessa área de investigação, os quais, também, serviram de base para nossa investigação. Passemos agora, então, ao nosso capítulo teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos alguns conceitos teóricos que permeiam e embasam o presente trabalho. Inicialmente, faremos uma descrição de algumas visões atuais sobre o ensino normativo desvinculado das práticas sociais, em seguida trataremos das questões concernentes à definição de sujeito e de alguns casos facultativos em relação à concordância (verbal) na Língua Portuguesa numa visão teórico-gramatical e descritiva, bem como a algumas concepções sobre a oposição língua falada vs. língua escrita.

2.1 Preliminares

Esta seção faz um levantamento do estado da arte sobre as concepções e as definições que se tem, tanto de cunho descritivo quanto prescritivo, sobre as questões que envolvem o ensino-aprendizagem a respeito dos tópicos ligados à concordância (verbal). Convém enfatizar que o objetivo deste trabalho, como já dissemos, é analisar alguns casos facultativos de concordância verbal, doravante CV, em um *corpus* escrito formal, com o intuito de contrastar os resultados com as prescrições gramaticais.

De acordo com a gramática tradicional (GT), a concordância entre o verbo e o sujeito, no português brasileiro (PB), é uma regra, na maioria das vezes, obrigatória; contudo, diversos estudos feitos por gramáticos, sociolinguistas, dialetólogos, linguistas, dentre outros têm demonstrado que esta é uma regra variável, a qual pode provir de diferentes grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos. Diante dessa premissa, mostraremos, neste capítulo, a visão de alguns autores sobre a questão da CV em alguns casos em que esta se torna facultativa.

No que concerne à CV, as gramáticas de cunho prescritivo postulam regras a serem seguidas segundo o padrão linguístico considerado culto, lidando com conceitos de certo e errado. Daí, talvez, provêm algumas das críticas que pouco a

pouco vão conquistando um lugar nos cursos de Letras e nas variadas pesquisas sobre o ensino tradicional de língua materna.

Concordamos até certo ponto com Perini (2007) que, em alguns casos, a doutrina gramatical é ultrapassada, incoerente e muitas vezes simplista, colaborando, apenas, para que os alunos se sintam desencantados com uma disciplina que só tem a lhes oferecer um conjunto de afirmações aparentemente gratuitas e sem grande relação com fatos observáveis.

Segundo esse autor, as falhas da gramática tradicional recaem principalmente sobre três pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna, seu caráter predominantemente normativo e o enfoque centrado em uma variedade da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes. Essas incoerências, a nosso ver, exemplificam uma contradição bastante clara entre a definição explícita e a prática de análise em casos concretos, ou seja, em nosso caso, o uso formal real.

Muitas vezes, quando nos referimos, em sala de aula, aos casos facultativos de CV, sentimos, por parte dos alunos, certa indignação em razão de estarem expostos a uma regra gramatical, até certo ponto inconsistente, sem explicações bem explícitas para as práticas sociais e de uso obrigatório segundo a norma culta, que, ao invés de facilitar a aprendizagem, só contribui para desfavorecer a formação intelectual e aumentar a aversão pela matéria. Com isso, entendemos, juntamente com Perini (op.cit, p.21), que:

Uma formação gramatical intelectual sadia só pode ser atingida através de um exame racional e rigoroso do fenômeno da linguagem e da estrutura da língua, nunca através de princípios desconexos e, o que é pior, ministrados dentro de um esquema de autoridade. Mas isso pressupõe a existência de uma teoria gramatical que possa dirigir o esforço de análise e compreensão do funcionamento da língua. E antes de ser possível trabalhar com essa teoria, será preciso desenvolver (nos alunos e em nós mesmos) a atitude intelectual conveniente... .

Apropriamo-nos do excerto acima, para postularmos que este trabalho não visa a apontar argumentos contra a gramática tradicional, mas sim, fornecer dados empíricos e bem estruturados para que, de certa forma, sirvam de base para uma reflexão gramatical baseada na análise e na compreensão do funcionamento da língua, ou seja, nos tópicos ligados à facultatividade da CV, propomos um ensino voltado para o padrão formal, porém com regras que, realmente, demonstrem o uso formal real nas práticas sociais, desmistificando todo preconceito que se tem, em

alguns casos, em relação ao ensino de Língua Portuguesa e, no que concerne a esse aspecto, fazemos duas citações pertinentes:

Não se trata de recusar toda norma – nenhuma sociedade passa sem isso – mas sim de supervisionar a sua construção pela análise científica e compreender a atividade normativa, isto é, de modificá-la como um setor da prática social menos inocente do que parece. (REY, 1972:26 apud SILVA 2005: p.9)
 A normatividade linguística faz parte da preocupação de todos quando se valem da linguagem para a expressão de ideias nas áreas educacional, cultural e jornalística. Também se preocupam com ela segmentos dos meios de comunicação, de área técnico-científica etc. (VALENTE, 1997, p. 231)

Com efeito, este trabalho se vale dessas concepções para tecer as reflexões sobre a prática social, para além da pedagogia escolar no que se refere à regulação linguística e, no caso desta tese, à facultatividade da CV. Com isso, valemo-nos ainda de Corbeil (1972 apud SILVA 2005, p.9), quando afirma que:

O paradoxo de uma língua de grande difusão é de integrar a variação ao mesmo tempo em que respeita uma norma unificadora. O paradoxo parece resolver-se mais facilmente no exercício da língua pelos locutores do que nas reflexões daqueles que falam disso oficialmente.

Demonstramos, portanto, até aqui, a preocupação pedagógica desta pesquisa que tem como objetivos, já explicitados anteriormente, confrontar o ensino de Língua Portuguesa tradicional, no que tange à facultatividade na CV, a uma realidade linguística concreta no uso formal da língua, através do estudo contrastivo entre o padrão escolar e o padrão formal real. Nesse sentido, apropriamo-nos de dois objetivos que foram formulados pelo Projeto NURC (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Linguística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras), que, apesar de ter como prioridade essencial a descrição dos usos orais cultos, aponta objetivos claros que se enquadram perfeitamente na proposta desta tese:

- i. Ajustar o ensino da Língua Portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país.
- ii. Superar o empirismo na aprendizagem e ensino da língua-padrão pelo estabelecimento de uma norma culta real.
- iii. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista. (SILVA, 2005, p.42)

Ainda, assim, encerramos estas preliminares aludindo ao questionamento de Castilho (1980, p.9): “O que é certo em matéria de uso linguístico? O que é errado? A tarefa desta geração está em resolver esse impasse da cultura nacional, desvendando nossa realidade linguística e reajustando a norma pedagógica no que for necessário.”

2.2 O conceito de sujeito

Quando falamos de concordância verbal, não podemos deixar de mencionar as questões concernentes à definição de sujeito, tanto na visão tradicional quanto na descritiva, pois, entendemos que, nos estudos sintáticos, via de regra, na CV, há variabilidade do verbo para conformar-se ao número e pessoa do sujeito.

Normalmente, as gramáticas escolares tradicionais não costumam dar uma definição satisfatória de sujeito. Nesse ponto, mesclam-se os níveis sintático e semântico, criando-se, com isso, uma dificuldade de compreensão dessa função sintática pelos menos iniciados nos estudos da língua materna.

Começemos com algumas definições tradicionais dessa função. Bechara, nas suas *lições de Português pela análise sintática*, (2005b, p. 26) faz alusão à noção de tópico/comentário como referência a sujeito/predicado:

Sujeito é o termo da oração que indica o tópico da comunicação representado por pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação ou uma qualidade.
Predicado é o comentário da comunicação, é tudo o que se diz na oração, ordinariamente o que se diz do sujeito.

Em sua gramática (2005, p. 409-410), o autor muda sua concepção de sujeito, como podemos perceber abaixo:

Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. É na realidade, uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal.
Sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de agente e paciente. Assim o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal.

Notamos, na citação acima, que ele expande sua definição anterior em relação ao sujeito como sendo pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma

ação ou uma qualidade, para atribuir-lhe uma noção gramatical. Segundo a definição apresentada, o autor contrapõe-se a algumas concepções tradicionais, em relação ao que chamamos de agente e paciente, pois afirma que o sujeito pode representar o paciente do processo designado pelo núcleo verbal. Dá como exemplo a seguinte frase: “Extraordinários romances foram escritos por Machado de Assis” (p.410). Continua afirmando que a característica fundamental do sujeito é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo do predicado, ou seja, se adapte (concorde) ao seu número, pessoa e gênero (no caso de haver participio no predicado) como em : “Elas não eram nascidas” (p.410).

Lima (2005) dá uma definição muito sucinta dessa função, o que, a nosso ver, não cobre todos os casos da língua. Afirma que sujeito é “o ser de quem se diz algo” (p.234). Logo abaixo, na mesma página, o renomado professor diz que o predicado é “aquilo que se diz do sujeito”. Como dissemos, essa definição é muito simplista, e traz algumas incertezas, pois, numa frase como “Ninguém foi à festa.”, fica difícil identificar o sujeito pela conceituação apresentada, principalmente para um aluno iniciante, pois não se consegue enxergar o referente do pronome indefinido *ninguém* como um ser, palavra que em geral pressupõe a especificação [+ animado].

Verificamos que a definição de Lima (op.cit.) é redundante em outras gramáticas tradicionais. Cunha & Cintra (2007) afirmam que sujeito “é o ser sobre o qual se faz uma declaração; predicado é tudo aquilo que se diz do sujeito” (p.136). Explicitam, ainda, que “podem ocorrer muitos sintagmas nominais (SN) na oração, mas somente um deles será o sujeito” (p.137). Segundo esses autores, a posição do sujeito, na ordem direta e lógica, do enunciado, é à esquerda do verbo, sendo os demais sintagmas nominais encaixados no predicado.

Cegala (2008, p. 324) também afirma que “sujeito é o ser do qual se diz alguma coisa”. Para Ernani & Nicola (2002:158), “sujeito é o elemento sobre o qual se declara algo; na natureza da oração, o sujeito é o termo que estabelece concordância com o verbo”. Medeiros (2009) define essa função de forma um pouco mais abrangente quando diz que “sujeito é um termo da oração que pode sofrer uma ação, praticá-la, assumir ambas as posições, ou deixar de praticá-la ou recebê-la” (p.243). Segundo o autor, a definição tradicional de dar a qualidade ao sujeito, definida na gramatical tradicional, como sendo o ser que pratica a ação, é acidental, ou seja, não faz parte de sua essência. Continua sua definição, salientando que o sujeito é o único termo da oração que é subordinante, jamais subordinado, o

princípio e o fim de todas as relações sintáticas; tudo parte dele e para ele tudo tende.

Barros (1986 apud MEDEIROS, 2009, p. 243) esclarece que: “sujeito é o único termo determinado sem função determinante”. Explicita ainda:

Na oração, os termos, de modo geral, enquanto são determinantes de uns, são determinados de outros. Assim, enquanto o verbo é determinante do sujeito, o objeto é determinante do verbo, que, por sua vez, em relação a este, passa a ser determinado. O único termo que é somente determinado é o sujeito.

Infante (2001, p. 422) define sujeito como sendo o termo da oração que concorda com o verbo. Complementa dizendo que:

o sujeito é uma função substantiva da oração porque são os substantivos e as palavras de valor substantivo (pronomes e numerais substantivos ou outras palavras substantivadas) que atuam como núcleos dessa função nas orações da Língua Portuguesa” (p.422).

Sacconi (1994, p. 288) diz que:

A definição que muito se vê sobre sujeito: “é o ser de que se declara algo” se afigura um tanto ou quanto falha, porque não leva em consideração as orações interrogativas, imperativas e optativas, além de existirem sujeitos que não são seres, mas estados, qualidades, fatos ou fenômenos.

Percebe-se que o autor fundamenta sua crítica, mas, em sua definição dessa função sintática, não oferece subsídios teóricos que diferenciam sua visão das concepções tradicionais, pois, segundo ele, sujeito é definido como o ser ao qual se atribui a ideia contida no predicado. Tal definição, a nosso ver, não piora, mas também não melhora as definições anteriores, ou seja, as tradicionais.

Ainda assim, valemo-nos das exposições de Nicola & Infante (1995, p. 247):

Muita gente diz ser o sujeito “aquele que pratica a ação expressa pelo verbo”. Essa definição, dentre muitos, apresenta dois inconvenientes muito sérios, pois não leva em conta o fato de que muitos verbos não exprimem ação, e deixa de lado o fato de muitos sujeitos sofrerem a ação.

Numa frase como “O garoto levou um beliscão da namorada”, temos oportunidade de perceber esses dois inconvenientes. O verbo levar, na frase acima, não exprime propriamente uma ação; além disso, o sujeito garoto, sofre (...) a ação, não deixando, no entanto, de ser sujeito.

Por isso preferimos, em nosso livro, apresentar o sujeito como o termo que concorda com o verbo. (...) quem pratica a ação expressa pelo verbo é o agente (literalmente, aquele que age) do processo verbal, que pode ou não coincidir com o sujeito.

Percebemos que o autor abandona o prisma semântico, dando maior ênfase, de forma mais categórica, à noção morfossintática. Nesse ponto, ele se aproxima da visão de Bechara (op.cit) que corrobora a qualidade do sujeito de poder representar o paciente do processo designado pelo núcleo verbal, e que sua característica fundamental é estar em consonância com o sujeito gramatical do verbo do predicado, ou seja, se adapte (concorde) ao seu número, pessoa e gênero.

Luft (2002, p. 46) define sujeito da seguinte forma:

Sujeito – ‘ser de quem se diz alguma coisa’, elemento com o qual concorda o verbo: **Eu** trabalho. **Tu** descansas. **Pedro e Paulo são** irmãos. **O moleque** apanhou uma surra. Tem por núcleo um substantivo (nome, pronome ou palavra substantivada). A classe que o manifesta é sempre um sintagma substantivo (ou sintagma nominal), mesmo que seja uma só palavra.

Contemplamos também Cereja & Thereza (2003), em sua obra para o ensino médio aprovada pelo PNLEM, quando afirmam, de maneira pouco explícita, que sujeito é o assunto da oração, ou seja, a parte da qual se diz alguma coisa.

Em obra mais recente (2005, p.252), esses autores reconhecem a pobreza da definição anterior e, talvez, apropriando-se de alguns pressupostos de Luft (op.cit.) reformulam-na da seguinte forma:

Sujeito é o termo da oração que:
 - concorda com o verbo;
 - constitui seu assunto central;
 - normalmente apresenta como núcleo um substantivo, um pronome ou uma palavra substantivada.

A definição acima, apesar de não ser a mais completa, é a mais plausível para uma gramática normativa de ensino médio, pois foge à tradição de alguns autores tradicionais que ainda postulam a definição de sujeito como sendo o ser de que se declara algo.

Complementando as visões tradicionais sobre a função sintática *sujeito*, contemplamos a visão de Infante (1995, p.350) em sua definição:

(...) O termo da oração que concorda em número e pessoa com o verbo recebe o nome de sujeito.
 Só faz sentido falar em sujeito quando estamos lidando com orações, ou seja, quando é possível perceber uma relação entre um determinado termo de uma oração e o verbo dessa mesma oração. Sujeito é, portanto, o nome de uma função sintática – o que significa dizer que é o nome que se atribui a um dos papéis que as palavras podem desempenhar quando se relacionam umas com as outras.

Como vimos, o autor também resgata a relação morfossintática sujeito/verbo. Entendemos, portanto, que, na definição desses dois últimos autores, há um pequeno equívoco de hierarquia gramatical, pois, via de regra, concordamos com Ribeiro (2003, p. 246) quando diz que “ O sujeito de uma oração é o termo que determina o número e a pessoa do verbo”. Dessa forma, não é o sujeito que concorda com o verbo, mas o contrário: o verbo é que se flexiona a partir do número e da pessoa do sujeito.

Convém, agora, abordar essa questão dentro da visão descritiva. Para tanto, valemo-nos das concepções de Perini (2002,2008), Pontes (1986) e Azeredo (2000, 2001, 2008).

Segundo Perini (2002, p. 77), “sujeito é o termo da oração que está em relação de concordância com o NdP”. O autor afirma não estar preocupado com o termo que exprime o agente de uma ação, nem com o termo que exprime a entidade sobre a qual se faz uma declaração, mas sim, trata-se de um dos **constituintes** da oração, vinculado a ela através de uma relação formal bem definida. Numa abordagem mais sintática, assim se expressa: “a função de sujeito é um dos aspectos da organização formal da oração, e não um dos aspectos da mensagem veiculada pela oração” (p.77).

A essa propriedade de estar em relação de concordância com o NdP, que define o sujeito, é chamada pelo autor de **traço** que o constituinte tem na oração, ou seja, esse traço é abreviado da seguinte forma: [+CV], em que CV significa ‘concordância verbal’. Diz-se, então, que um sintagma como *meus sobrinhos* na frase “Meus sobrinhos comeram a melancia.” é marcado, segundo ele, com o traço [+CV] e, os outros sintagmas, que não estão em relação de concordância com o NdP, são marcados [-CV].

Continuando sua exposição, o autor considera sua definição de sujeito ainda falha, pois, a bem dizer, deixa certos casos duvidosos. Cita o exemplo “vendi meu jegue”(p.78) como sendo uma oração sem sujeito, diferentemente da visão tradicional, que a considera como tendo sujeito oculto (no caso: o pronome reto *eu*). Ele justifica sua análise, partindo do pressuposto de que não existe nela nenhum termo explícito que esteja em relação de concordância com o verbo, esse exemplo, portanto, não se enquadra no traço [+CV]. Outro caso polêmico nessa abordagem, é a questão do gerúndio, pois essa forma impessoal do verbo não comporta desinências de pessoa-número, mas, ainda assim, é, usualmente, analisada como

tendo sujeito em frases do tipo: “Marivânia chegando, a farra vai começar” (p.78). Segundo o autor, seria necessário negar a existência de sujeito nessa frase, pois o verbo não concorda com nenhum dos termos, fugindo, portanto, à sua definição de sujeito por sua relação de concordância com o verbo.

Porém, Perini (op.cit.) argumenta que essa definição de sujeito também apresenta alguns outros traços que, se não estão presentes em todos os casos, estão presentes na maioria deles; por conseguinte, esses traços contribuem para delinear o protótipo da função que chamamos *sujeito*. O mais elementar desses traços é a posição logo antes do NdP, ou seja, a posição mais natural do sujeito na maioria das frases. Com isso, justifica-se considerar o termo *Marivânia* como sendo sujeito na frase apresentada acima.

Em outra obra, Perini (2008, p. 105) argumenta que “a rotulação de um sintagma como ‘sujeito’ é normalmente parte do processo de identificação do papel temático desse sintagma”. Ou seja, para ele, o que justifica a eventual postulação de funções sintáticas é que elas permitem estabelecer o relacionamento entre formas e significado. Ainda, em sua discussão, o autor faz a seguinte descrição sobre a função sintática *sujeito*:

Em português, a motivação para se postular a função de sujeito vem basicamente da necessidade de descrever os seguintes fenômenos:

- (a) a atribuição de papéis temáticos aos diversos SNs da oração;
- (b) a concordância verbal;
- (c) a distribuição de itens como *eu*, em oposição a *me*. (2008:105)

Afirma, ainda, que pode haver uma simetria entre as funções de sujeito e de objeto direto, porém, a diferença é que o sujeito está envolvido em uma relação de concordância da qual o objeto não participa.

Mais adiante, o autor postula regras de identificação do sujeito:

Condição prévia: o sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.

- (i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.
- (ii) Se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.
- (iii) Mas se o SN em questão for um clítico (*me*, *te*, *nos*, *se*), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente. (2008, p.108)

Nessa abordagem de identificação de sujeito, salienta-se que cada item da regra se baseia exclusivamente em informação disponível ao usuário da língua, a saber, a seqüência formal e conhecimentos prévios sobre a estrutura da língua. O autor também faz alusão ao que chamamos de *sujeito posposto*. Exemplifica com a frase: “Pulou um gato no meu colo” (p.119). Nesse caso, ele afirma que temos que considerar o SN que vem após o verbo como sujeito, pois ele se comporta de maneira idêntica à dos SNs pré-verbais de “Um gato pulou no meu colo” (p.120). No primeiro exemplo, o autor argumenta que, pela regra “(i)” de identificação (explicitada acima), temos que considerar o SN como sujeito, porque só há um SN na frase.

Passando para outra descrição, abordamos a visão de Pontes (1986) que estuda essa questão, em sua obra, a partir de argumentos semânticos, filosóficos e gramaticais. A autora se posiciona sobre o conceito de sujeito, baseando-se na teoria dos protótipos:

Partindo da ideia de que o conceito de sujeito é estabelecido a partir dos casos típicos, como, por exemplo, *O menino chutou a bola* ou *O menino correu*, teremos como traços definidores: agente e tópico. A posição pré-verbal e a concordância são as contrapartes formais correspondentes à categoria sintática de sujeito. Assim, *O rádio estragou o ponteiro* não é um sujeito prototípico, nem *João operou o estômago*, nem *Eu escorreguei o pé*. Eles não estão entre os exemplos citados pelos falantes, nem se encaixam na definição que eles dão de sujeito (ou melhor, não se encaixam como protótipos). Mas eles apresentam características que se aproximam daquelas que compõem os traços do sujeito típico. O SN inicial destas orações ou se refere a ser humano (mais alto grau na escala de agentividade e topicalidade) ou se refere ao todo em vez da parte (...). Como humanos, eles podem assumir alguma responsabilidade na ação (pessoa toma a decisão de ser operada), embora nem sempre. Há, portanto, uma gradação, tanto na agentividade quanto na topicalidade. O importante é que quando o falante escolhe colocar o SN na posição pré-verbal, ele tem a intenção de mostrar que aquele referente é sujeito, ou seja, é tópico ou agente, ou ambos, em graus variáveis. (1986, p. 277)

Como podemos perceber na citação acima, a autora também considera como sujeito típico aquele que é representado por um SN anteposto ao verbo, ou seja, agente, com maior relevância semântica na construção da oração. Dessa forma, na frase *o menino correu*, teríamos, segundo ela, um exemplo de sujeito típico, pois o SN representa um conteúdo referencial agentivo e anteposto ao verbo. Porém, na frase *João operou o estômago* não se evidencia sujeito típico, pois o referente do SN inicial não é agente da ação expressa pelo verbo.

Cumprido salientar, porém, que, nos exemplos apresentados, a discussão não tem implicação na concordância do verbo com o sujeito, pois, nos dois casos, há um SN, que pode ser substituído por um pronome pessoal, regendo o verbo flexionado na terceira pessoa do singular. Por isso, atribui-se a essa terceira pessoa a função

de sujeito da oração, independentemente da carga semântica denotada pelo conteúdo referencial.

Na obra citada, a autora faz referência também ao sujeito posposto, porém numa abordagem diferente de Perini (2008). Não convém, aqui, explorar exaustivamente essa questão; valemo-nos, apenas, de algumas elucidações que consideramos pertinentes. Em suas explicações a esse respeito, ela analisa o sujeito posposto como apresentando mais traços de objeto do que de sujeito:

A conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal, que é imposta pela gramática e o ensino escolar (...). Deve-se continuar considerando esse SN (posposto) como sujeito? Minha conclusão é que ele não é sentido pelos falantes como sujeito. Por isso, eles não fazem a concordância.
Se o SN posposto não é sujeito, o que é? Se examinarmos os objetos diretos do português, veremos que o SN posposto tem mais traços de objeto do que de sujeito. (1986, p. 172-173)

Entendemos, pela citação acima, que esses traços seriam a posição pós-verbal, estar mais para paciente do que para agente, ser mais tipicamente inanimado e indefinido. Dessa forma, corroboramos com Peixoto Filho (2001) quando diz ser pertinente aplicar uma teoria de base semântica como a dos protótipos ao conceito de sujeito, sendo, portanto uma atitude cientificamente válida, porém desaconselhável como recurso didático.

Complementando nossa abordagem descritiva a respeito de *sujeito*, fazemos alusão a Azeredo (2000), que define esse termo numa visão mais afastada do plano semântico e mais próxima do nível gramatical. Segundo ele, sujeito é “o argumento que mantém com o verbo uma relação de concordância” (p.172). Mais adiante, expõe o seguinte:

O que está claro é que o sujeito não se caracteriza por seu papel semântico na frase, mas por ser um lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais, apto, portanto, a abrigar qualquer noção compatível com o conteúdo do verbo em questão. Um detalhe, contudo, há de merecer atenção especial por sua relevância em certas decisões discursivas do enunciador. Referimo-nos à classe de verbos que admitem um ser humano como sujeito. (2000, p.173)

Em outra obra, Azeredo (2001) aborda, assim como Perini (2002), a estrutura da oração em unidades, ou seja, constituintes imediatos, afirmando que “A função sintática dessas unidades passa a ser interpretada como uma posição estrutural, e não mais como um valor lógico-semântico, como ‘agente’, ‘paciente’, ‘circunstância’,

‘qualidade’” (p.25). Nessa concepção de análise, o autor define sujeito através de uma conceituação que, a nosso ver, se enquadra na maioria dos casos da língua. Segundo sua definição, sujeito seria “(...) o SN que constitui imediatamente a oração, não importando se é agente, paciente ou instrumento do verbo” (p.25).

Por fim, contemplamos, ainda, Azeredo (2008, p. 150), onde o autor reitera algumas concepções de sujeito da obra anterior, pois afirma: “As funções sintáticas são, portanto, posições estruturais preenchidas por palavras e sintagmas na hierarquia interna da oração. Com exceção do sujeito, todas as funções sintáticas constituem expansões de um núcleo”.

Para o autor, palavras e sintagmas são as únicas espécies de unidades aptas a desempenhar uma função sintática. Para tanto, segundo a citação acima, precisam estar contidas numa construção maior a cuja base se anexam. Afirma que, se essa construção for uma oração, sua base é o SV (sintagma verbal), que funciona como predicado, e o SN anexo a esta base funciona como sujeito. Dá como exemplo: “Este relógio pertenceu ao meu avô” (p.150), em que o SV *pertenceu a meu avô* funciona como predicado e o SN *Este relógio* funciona como sujeito.

Confrontando, ainda mais, as definições gramaticais de sujeito, o autor assinala o seguinte:

(...) é um equívoco identificar sujeito com ‘agente do verbo’ e objeto direto com ‘paciente do verbo’, haja vista o que se pode observar na comparação entre as formas ativa e passiva de uma oração, em que os termos têm função sintática alterada, mas mantêm a respectiva função semântica (cf. Marcelo descascou o abacaxi/ O abacaxi foi descascado por Marcelo). Tampouco é correto definir sujeito como ‘termo sobre o qual se faz uma declaração’. Esta definição é válida para a noção textual de tópico, que nem sempre corresponde ao sujeito da oração. (2008, p. 223)

Em relação à questão referente à noção textual de tópico, citada acima, o autor dá o seguinte exemplo: “O corpo do pardalzinho, Sacha enterrou no jardim” (p.223). Nesse exemplo, entende-se que o *corpo do pardalzinho* é o termo sobre o qual se faz a declaração, porém não é o sujeito da oração. Houve, nesse caso, segundo ele, um deslocamento do objeto direto para início do enunciado, de modo que seu sujeito, *Sacha*, ficou na segunda posição. Entendemos, portanto, que esse tipo de análise, assim como outras que foram apresentadas até aqui, não são contemplados pelas gramáticas tradicionais, mostrando, com isso, que a questão da função sintática *sujeito* ainda é polêmica, conduzindo-nos a diversas concepções.

Diante dessas concepções, tanto prescritivas como descritivas, as quais, como vimos, apresentam pontos comuns e pontos divergentes, advogamos por uma definição que consiga, até certo ponto, abranger a maioria dos casos em que se torna difícil identificar o sujeito dentro de um enunciado..

Nessa ótica, corroboramos o enfoque estruturalista de Azeredo (2001), que considera como sujeito da oração o sintagma que constitui imediatamente a oração, não importando se é agente, paciente ou instrumento do verbo. Essa visão se aproxima com a de Perini (2002) quando diz que a noção de sujeito está ligada à organização formal da oração e não à mensagem veiculada pela oração.

Dessa forma, numa oração do tipo “João operou o estômago”, que segundo Pontes (op.cit.) não apresenta um tipo de sujeito prototípico, teríamos o termo *João* como sujeito, pois é o SN que constitui imediatamente a oração, estando ligado à organização formal do enunciado e não à mensagem em si.

Não estamos, aqui, excluindo outras definições que, a nosso ver, em alguns casos, dão conta dessa questão dentro de uma frase, porém reputamos a definição acima por considerá-la, como já dissemos, mais abrangente e segura, sendo mais pertinente ao contexto geral dos enunciados da língua.

Quanto ao caso do sujeito posposto, apesar de Pontes (op.cit.) considerá-lo com mais traços de objeto, não vemos problema nessa questão, pois mesmo não sendo uma construção prototípica, ou seja, representado por um SN antes do verbo, e por não ser sentido pelos falantes como sujeito (por isso, na maioria das vezes, não há a concordância tanto na oralidade como na escrita), entendemos que é fácil recuperá-lo dentro do enunciado quando se tem conhecimentos prévios¹⁵ sobre a estrutura da língua. Nesse ponto, apropriamo-nos das concepções de Perini (2008), que também não vê problema nessa questão, pois segundo ele, em uma frase em que há apenas um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo, mesmo que este SN esteja posposto ao verbo, esse termo será considerado o sujeito.

Assim, uma frase do tipo “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas” teríamos como sujeito o SN *as margens plácidas*, pois há uma concordância com o verbo mesmo estando o SN posposto a esse verbo. Salientamos que nesta oração há outro SN (o Ipiranga), porém vinculado a um Sprep, não podendo, porém, ser o

¹⁵ Segundo Mateus et al. (2003), uma maneira didática e comumente usada na identificação do sujeito de sentenças declarativas, é perguntar ao sintagma verbal: quem é que? O que é que? A resposta será o sujeito.

sujeito por dois motivos: faz parte de um sintagma preposicionado e não faz concordância com o verbo.

Para uma melhor elucidação da questão estudada, apresentamos, abaixo, um quadro geral com as definições de sujeito, segundo os autores citados.

a) O conceito de sujeito: Visão tradicional

Bechara (2005b)	<ul style="list-style-type: none"> • Termo da oração que indica o tópico da comunicação.
Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade ou SN que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração. • É uma noção gramatical e não semântica.
Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • É o ser de quem se diz algo.
Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • É o ser sobre o qual se faz uma declaração. • É representado por um SN que, na ordem direta e lógica do enunciado, vem sempre a esquerda do verbo.
Cegala (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • É o ser do qual se diz algo.
Ernani & Nicola (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • É o elemento sobre o qual se diz alguma coisa. • É o termo que estabelece concordância com o verbo.
Medeiros (2009)	<ul style="list-style-type: none"> • É o termo da oração que pode sofrer uma ação, praticá-la, assumir ambas as posições, ou deixar de praticá-la ou recebe-la. • A definição tradicional de conceituar sujeito como sendo o ser que pratica ação é

	<p>acidental, não faz parte de sua essência.</p> <ul style="list-style-type: none"> • É o único termo que é subordinante, jamais subordinado.
Infante (2001)	<ul style="list-style-type: none"> • É o termo da oração que concorda com o verbo, sendo uma função substantiva da oração.
Sacconi (1994)	<ul style="list-style-type: none"> • É o ser ao qual se atribui a ideia contida no predicado.
Nicola & Infante (1995)	<ul style="list-style-type: none"> • É o termo que concorda com o verbo.
Luft (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • É o ser de quem se diz alguma coisa. • É o elemento com o qual concorda o verbo. • Tem por núcleo um substantivo. • A classe que o manifesta é sempre um sintagma substantivo ou SN.
Cereja & Thereza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • É o assunto da oração, a parte da qual se diz alguma coisa.
Cereja & Thereza (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Termo com o qual o verbo concorda. • Constitui o assunto central. • Tem como núcleo um SN.
Ribeiro (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • É o termo que determina o número e a pessoa do verbo.

Quadro 5: Conceito de sujeito da visão prescritiva

b) O conceito de sujeito: Visão descritiva

Perini (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • É o termo que está em relação de concordância com o NdP (núcleo do predicado).
---------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> • É um dos constituintes da oração, vinculado a ela através de uma relação formal bem definida. • Está ligado à organização formal da oração e não à mensagem veiculada pela oração. • Ocupa a posição antes do NdP.
Perini (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • A rotulação de um sintagma como 'sujeito' é normalmente parte do processo de identificação do papel temático desse sintagma. • Postula o sujeito a partir de três fenômenos: papel temático, concordância verbal e distribuição de itens como <i>eu</i>, em oposição a <i>me</i>. • O autor postula regras de identificação do sujeito.
Pontes (1986)	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalha com argumentos semânticos, filosóficos e gramaticais. • Considera a posição pré-verbal e a concordância contrapontos formais correspondentes à categoria sintática de sujeito. • Postula traços definidores: agente e tópico • Explana sobre os casos de sujeitos não prototípicos. • Analisa o sujeito posposto como apresentando mais traços de objeto (visão diferente de Perini, 2008).
Azeredo (2000)	<ul style="list-style-type: none"> • É o argumento que mantém com o verbo uma relação de concordância. • Caracteriza-se por ser um lugar sintático de preenchimento obrigatório junto aos verbos pessoais, apto a abrigar as noções

	compatíveis com o conteúdo do verbo em questão, e não pelo seu papel semântico.
Azeredo (2001)	<ul style="list-style-type: none"> • É o sintagma que constitui imediatamente a oração, não importando se é agente, paciente ou instrumento do verbo.
Azeredo (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • Considera um equívoco identificar sujeito como ‘agente do verbo’ e como o termo sobre o qual se faz uma declaração, pois segundo o autor, essa noção é válida para a noção textual de tópico, que nem sempre é o sujeito da oração.

Quadro 6: Conceito de sujeito da visão descritiva

Como já dissemos, julgamos pertinente fazer uma abordagem prescritiva e descritiva a respeito da função sintática, *sujeito*. Porém, pelos objetivos desta tese, consideramos as explanações feitas até aqui, a respeito desse tópico, suficientes para darmos prosseguimento às concepções a respeito da concordância verbal, nosso foco principal.

2.3 A regra geral da concordância verbal

Retomando a questão das regras de CV, começamos com uma citação descritiva de Perini (2008, p. 43):

As definições variam, naturalmente: um linguista vê a concordância como um fenômeno sintático, resultado de regras puramente formais, enquanto outro a vê como um fenômeno complexo, parte formal, parte semântico, parte discursivo. Mas, como rótulo de um grupo de fenômenos, “concordância verbal” é eficiente; quando alguém vai fazer uma comunicação sobre esse tema, qualquer profissional do ramo sabe com bastante aproximação do que vai tratar. Ou seja, esses rótulos têm, antes de tudo, um valor extensional, delimitando domínios dentro do campo geral da gramática.

Ainda, segundo esse autor, o fenômeno que denominamos concordância verbal apresenta casos em que um dos papéis temáticos da oração é sinalizado redundantemente em alguns casos. O autor se refere, aqui, ao que tradicionalmente se chama sujeito oculto, como em: *Quebrei a janela*. Para Perini, não é possível captar uma relação de concordância entre o verbo e o único SN da oração, pois a atribuição do papel temático é clara, o que mostra que o receptor parte de algum outro sinal que não a concordância para realizar essa atribuição.

Afirma que uma saída amplamente adotada, principalmente, pela tradição, é a de lançar mão de constituintes abstratos (categorias vazias, vestígios, sujeito oculto). Continua sua descrição expondo que esse fenômeno é essencialmente o resultado de fatores semânticos; continua: “Digo ‘essencialmente’ porque parece haver fatores não semânticos em jogo, de modo que teríamos aqui um fenômeno gramatical complexo...mas a maioria dos modelos gramaticais correntes, como em especial os gerativos, parecem ignorar essa existência” (p.124).

Passemos, agora, às definições mais tradicionais. Segundo Bechara (2005:543), “Em português a concordância consiste em se adequar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”. Continua ainda: “Diz-se concordância verbal a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração”. Explicita com exemplos literários:

Os outros não sabendo o que era, falavam, olhavam, gesticulavam, ao tempo que ela olhava só, ora fixa, ora móvel, levando a astúcia ao ponto de olhar às vezes para dentro de si, porque deixava cair as pálpebras (MA.1,183)
Chegando à rua, arrependi-me de ter saído. (MA.1)
Eram 2 de novembro de 1952 (AH.2,124) (op.cit., p. 543)

O autor ainda postula que a concordância pode ser estabelecida de dois modos: de palavra para palavra ou de palavra para sentido. A de palavra para palavra será total ou parcial (ou atrativa), conforme se leve em conta a totalidade ou o elemento mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação. Já, em relação à concordância de palavra para sentido, o autor corrobora o que outros autores também chamam de *silepse*.

Cunha & Cintra (2007, p. 510) iniciam o tópico referente à CV postulando que “A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e pessoa do sujeito”. Nessa parte inicial, os autores não fazem referência

ao que Bechara (op.cit.) define como concordância de palavra para palavra. Essa definição é feita mais adiante sob o rótulo de “concordância com o sujeito mais próximo” (p.523). Percebe-se, ainda, nesta obra, a não referência ao caso de *silepse* citado por Bechara. Convém ressaltar que, assim como em Bechara, os exemplos apresentados na obra são retirados de obras literárias.

Lima (2005, p. 388) reduz a duas as regras gerais de concordância: “Havendo um só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número: ‘*Eu ouço o canto enorme do Brasil!*’”. E, para os casos de mais de um núcleo no sujeito da construção, o autor postula a seguinte regra:

Havendo mais de um núcleo (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala:

- a) 1ª pessoa pretere todas as outras.
- b) Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe à 2ª.
- c) Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa.

Para os casos de concordância de palavra para palavra, Lima (op.cit.) apresenta a mesma definição de Cunha & Cintra (op.cit.) quando postula a concordância facultativa com sujeito mais próximo. Em relação à concordância de palavra para sentido, a qual não é contemplada na obra de Cunha & Cintra (op.cit.), o autor, mais adiante, refere-se a esse caso como uma “irregularidade de concordância”(p.407), sob o rótulo de concordância ideológica. Assim como os autores anteriores, Lima (ibid) também apresenta exemplos retirados de obras literárias.

Analisando, ainda, a obra dos autores acima citados, verifica-se que a essas regras gerais de concordância verbal, somam-se casos em que a concordância não se efetiva nos moldes previstos e que são tratados como casos de “irregularidades de concordância” (LIMA, 2005, p. 407), ou como “casos de discordância”(BECHARA, 2005, p. 544).

Lima (op.cit.) trata das irregularidades de concordância mostrando que, constantemente, entram em confronto a rigidez da lógica gramatical e os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade. Para o autor, razões de ordem psicológica ou estética anulam as normas estabelecidas pela disciplina gramatical como boas e invioláveis e, quando se diz que certo termo deve concordar com outro, tem-se em vista a forma gramatical do termo de referência. Dessa forma, há

situações em que se despreza a forma e, atendo-se apenas à ideia representada pela palavra, se faz a concordância com aquilo que se tem em mente. Os desvios aparentes de concordância, quase sempre inconscientes, são chamados pelo autor de *síneses*, que se explicam de três formas: a) as palavras concordam não segundo a letra, mas segundo a ideia; b) a concordância varia conforme a posição dos termos do discurso; c) faz-se a concordância com o termo que mais interessa acentuar ou valorizar. Dá como exemplos as seguintes construções:

- (1) A formosura de Páris e Helena **foram** causa da destruição de Troia. (Heitor Pinto)
- (2) Os povos destas ilhas **é** de cor baça e cabelo corredio. (João de Barros)
- (3) **Foi** dom Duardos e Flórida aposentados no aposento que tinha o seu nome. (Francisco de Moraes) (2005, p.408).

Ainda, segundo o autor, esses desvios são quase sempre inconscientes, pois correspondem a matizes do sentimento e da ideia. Afirma, portanto, que o estudo e a explicação dessas irregularidades fazem parte de uma ciência especial chamada Estilística.

Abrimos um parêntese em relação ao parágrafo anterior para voltarmos a Perini (2007), quando postula a existência de uma doutrina gramatical implícita (DGImp), que não é nunca explicitada nem reconhecida como existente, mas que na verdade guia nossas decisões dentro da prática da análise gramatical. Nesse ponto, entendemos que algumas escolhas linguísticas em relação à CV, as quais chamamos de desvios, muitas vezes, estão condicionadas a esta DGImp citada por Perini.

Voltando a Lima (op.cit.), o autor conclui que a concordância portuguesa tem caminhado no sentido de restringir cada vez mais os fenômenos ideológicos e afetivos do seu sistema, devido à força autocrítica coercitiva que a gramática impõe.

Para Bechara (2005, p. 544), é muito comum, principalmente na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, o falante enunciar primeiro o verbo para depois se seguirem os outros termos oracionais. Desta maneira, este falante costuma enunciar o verbo no singular, uma vez que ainda não pensou no sujeito a quem atribuíra a função predicativa contida no verbo. E, nesse caso, se o sujeito for pensado como pluralidade, os “casos de discordância” serão aí frequentes.

Ainda, fazendo referência às gramáticas tradicionais, porém de tradição mais pedagógica, ou seja, escolar, contemplamos a obra de Terra & Nicola (2004), aprovada pelo MEC em seu Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), adotada em muitas escolas de ensino médio. Os autores definem a regra geral de concordância verbal nos mesmos moldes dos autores anteriores, pois, segundo eles, “na concordância verbal o verbo altera as desinências número-pessoais para ajustar-se em pessoa e número ao sujeito” (p.297). Em relação aos outros casos afirmam:

A regra geral não oferece maiores dificuldades. Entretanto, há inúmeros casos em que a concordância não é feita de acordo com a regra geral; **somando-se a eles alguns outros casos para os quais ainda não há uma norma consolidada, pois mesmo em bons autores encontram-se concordâncias divergentes para a mesma ocorrência.** (grifo nosso, p.297)

Fazendo referência a mais uma obra tradicional, aprovada também pelo PNLEM, citamos Amaral (et al, 2003) em sua definição de CV: “...princípio gramatical que determina como o verbo deve flexionar-se (variar de forma) para se ajustar ao sujeito da oração” (p.488). Para os casos que fogem à regra geral, a obra assim os define: “O sujeito de uma oração pode se apresentar sob várias formas, por isso existem inúmeras regras de concordância.” (p.488).

Numa visão mais descritiva, Azeredo (2000), quando se refere ao verbo e à enunciação, descreve o predicado como sendo a parte fundamental da oração, apontando o verbo como sendo o núcleo estruturante do predicado. Nessa ótica, no verbo se concentram, por sua versatilidade mórfica, os conteúdos necessariamente presentes dentro do período: “a referência ao sujeito, formalmente expressa pela flexão número-pessoal do verbo” (p.159).

Em relação à concordância verbo-sujeito, afirma que “o verbo se flexiona para concordar com o número e a pessoa do sujeito (1ª, 2ª e 3ª pessoas, no singular ou no plural)..” (p.159). E como regra geral, o autor discorre da seguinte forma: “O verbo apresenta-se no número e pessoa atribuídos ao núcleo do sintagma nominal da oração” (p.160). Para essa definição, cita como exemplo: *A maioria das pessoas imagina que o importante, no diálogo, é a palavra.* (N .Rodrigues, 1996) (p.160).

O mesmo autor (1997) vê a relação sujeito/verbo como um processo de estabelecimento da harmonia entre os constituintes frasais, não havendo, entre esses constituintes uma coesão hierárquica:

A concordância verbo-sujeito, segundo a qual este comunica àquele suas características gramaticais de número e pessoa, é um meio de exprimir coesão textual, e não um indicador de hierarquia ou subordinação. A concordância com o sujeito não é prova de que o predicado lhe está subordinado, ... (p.52)

De certa forma, entendemos que seja difícil negar, no processamento da concordância, a dependência do verbo em relação ao número e a pessoa do sujeito, como foi definido pelos autores acima, principalmente na modalidade escrita. Talvez, por isso, possamos falar em hierarquia morfossintática e não em coesão textual, segundo afirma Azeredo.

Essa relação morfossintática é corroborada também por Carone (1995, p. 58):

A concordância é, dos fatos gramaticais, o que mais claramente evidencia a imbricação entre morfologia e sintaxe, pois, sendo uma alteração mórfica, que se passa no corpo das palavras, é também de natureza sintática, visto que só concordam entre si termos entre os quais se estabelece uma conexão: verbo e sujeito, substantivo e seus adjuntos (artigo, numeral, pronome adjetivo, adjetivo).

Ainda, nessa mesma visão descritiva, reportamo-nos a Perini (2002). O autor, de certa forma, constrói uma definição geral de CV de acordo com os autores citados acima. Define, portanto, a CV da seguinte forma: “Um dos tipos de concordância, como vimos, resulta em que um dos SNs da oração (o sujeito) apresenta alguns traços em comum com o NdP (núcleo do predicado), onde definimos o sujeito como o termo que está em relação de concordância com o NdP: [+CV]” (p.181). Mais adiante, complementa dizendo: “Tradicionalmente, entende-se a concordância verbal como um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações” (p.186). Em sua análise descritiva, o autor faz algumas críticas sobre os casos que apontamos como de “discordância” em relação às regras de concordância.

Nessa abordagem crítica à GT, ele afirma que as gramáticas consignam certo número de casos particulares em que os princípios gerais não são seguidos e complementa dizendo que alguns desses casos refletem usos arcaicos ou extremamente raros; porém outros merecem menção, por serem mais frequentes. Um dos casos de discordância ao qual o autor faz alusão, dentre outros, é o do sujeito composto posposto (sujeito depois do NdP), em que a gramática tradicional postula a concordância com os núcleos do sujeito (concordância gramatical) ou com o núcleo mais próximo (atrativa). Fundamenta-se nos seguintes exemplos:

(a) Aqui reinam a paz e a alegria.

(b) Aqui reina a paz e a alegria.

Nesse caso, Perini tece argumentos a favor da opção (b), alegando que a *paz* e a *alegria* não formam um SN composto, mas são apenas uma sequência de dois SNs simples, os quais desmembrados formariam uma sequência anaforicamente reduzida de: *Aqui reina a paz e reina a alegria*. Finalizando a sua crítica, faz o seguinte comentário:

A solução tradicional se baseia na noção da concordância verbal como regra: a forma do verbo é modificada para se harmonizar com os traços de número e pessoa do sujeito. Já a solução proposta aqui entende a concordância como um sistema de filtros (independentemente motivados) que suprime certas estruturas por apresentarem má formação de algum tipo. É importante enfatizar que esses filtros nunca são específicos dos casos de concordância verbal, mas são necessários na gramática de qualquer maneira. (p.192)

Ainda em outra obra descritiva, Perini (2008) afirma o seguinte a respeito da CV:

...Tradicionalmente acredita-se que é um fenômeno tipicamente formal, isto é, morfossintático, e que considerações fonológicas, semânticas ou discursivas não teriam lugar em sua análise. No entanto, pesquisas recentes têm abalado essa visão tradicional. Já se argumentou que a concordância verbal é em parte condicionada por elementos do discurso; eu suspeito que o fenômeno é complexo, e que inclui, pelo menos, fatores morfossintáticos e semânticos. (p.27)

O arco teórico-metodológico que foi descrito até aqui revela que, na verdade, a tradição gramatical busca recursos para explicar o fato de que o falante, no uso da língua, não aplica categoricamente a regra geral estipulada. Esses casos apontam a inconsistência do tratamento tradicional que, pouco criteriosamente, estabelece as regras de concordância, atentando para o aspecto morfossintático (o verbo deve acomodar-se à morfologia do sujeito), mas chega a admitir que o verbo fique no singular com sujeitos no plural ou que o verbo fique no plural com sujeito no singular, que o verbo concorde com o sentido do vocábulo, e até com termos da oração que não o sujeito. Tais casos denotam a expressiva variabilidade que envolve a concordância verbal, legitimada pelas gramáticas tradicionais. E isso só contribui, como já dissemos anteriormente, para o fracasso do ensino-aprendizagem do referido tópico da Língua Portuguesa.

Dessa forma, neste trabalho tenta-se minimizar a aplicação de algumas regras referentes à CV, a fim de viabilizar um ensino mais prático e substanciado nas práticas sociais para tornar o discente mais proficiente em relação ao uso da língua materna.

2.4 Alguns casos facultativos de concordância verbal

Como foi visto na seção anterior, abordamos, principalmente, os casos gerais de CV na visão de vários autores, tanto descritivos quanto prescritivos. Inferimos, enfim, que esses autores se assemelham na definição geral de que: o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito, venha ele claro ou subentendido. Não nos atemos especificamente aos casos particulares, pois esse aspecto da CV será visto nesta seção como sendo o ponto principal desta tese, pois é a partir das concepções tradicionais que alguns casos facultativos de CV serão tomados como base para nossas comparações com os dados colhidos em nosso *corpus*, o qual já foi descrito no capítulo 1 e de onde serão extraídas nossas análises e interpretações.

Como sabemos, existem vários casos facultativos de CV, porém não convém aqui descrevê-los segundo as concepções das gramáticas tradicionais, pois, para as pretensões deste estudo, ater-nos-emos a apenas alguns casos de concordância do verbo com:

- I. Sujeitos ligados por "com";
- II. Sujeito iniciado pela expressão quantitativa indefinida "um dos que";
- III. Sujeito ligado por "nem";
- IV. Sujeito ligado por "ou";
- V. Pronomes neutros (tudo – isto – isso – aquilo) em construções estativas com o verbo *ser*.

Abordaremos, agora, algumas prescrições gramaticais a respeito dos casos citados acima. Faremos menção, em cada caso, praticamente, dos mesmos autores, haja vista que estes apresentam uma visão mais geral sobre aspectos da Língua

Portuguesa e por serem, de certa forma, os mais renomados na esfera tradicional. Dessa forma, trataremos de forma abrangente cada regra específica, discutindo as definições de cada autor mencionado, ou seja, em que se assemelham e em que se divergem, complementando com uma tabela geral que resumirá as concepções discutidas.

2.4.1 Sujeitos ligados por “com”

Segundo Lima (op.cit.), no caso dos sujeitos ligados por “com”, “o mais frequente é usar-se o verbo no plural, visto que ambos os sujeitos aparecem em pé de igualdade tal, que se podem considerar como enlaçados por e” (p.396). Cita o seguinte exemplo literário de Camilo Castelo Branco: *D. Maria da Glória firmou a doação, e a milanesa com seu filho partiram para a Itália.*

O autor afirma que, mais raramente, o verbo pode ser empregado no singular quando o segundo sujeito é posto em plano tão inferior, que se degrada à simples condição de um complemento adverbial de companhia. Por este meio, o que ele julga pertencer mais à linguagem afetiva, dá-se relevo especial ao primeiro sujeito. Para exemplificar, usa um trecho clássico, pouco prático, da obra *Os Lusíadas*, referindo-se a Vênus:

Convoca as alvas filhas de Nereu,
Com toda a mais cerúlea companhia:
Que, porque no salgado mar nasceu,
Das águas o poder lhe obedecia:
E propondo-lhe a causa a que desceu
Com todas juntamente se partia,
Pera estorvar que a armada não chegasse
Aonde pera sempre se acabasse. (p.396)

O autor faz uma análise estilística para justificar a construção no singular do verbo “partia” do excerto acima, demonstrando que nessa construção, o poeta consegue alcançar o efeito que buscava, ou seja, dar ênfase, principalmente, à ação da formosa deusa, deixando em segundo plano as que com ela se foram também em auxílio aos bravos nautas do *Gama*. Cita, ainda, outro exemplo da obra de Cyro dos Anjos: “A viúva de Aguinaldo, com os dois filhos, está conseguindo arrombar a caixa-forte (...)” (p.397).

Cunha & Cintra (op.cit.) destacam que, nesse caso, o verbo também pode ser usado no plural ou em concordância com o primeiro sujeito, segundo a valorização expressiva que dermos ao elemento regido de “*com*”. Afirmam que o verbo irá para o plural quando os sujeitos estiverem em pé de igualdade, e a partícula *com* os enlaça como se fosse a conjunção *e*: *o mestre com o boleiro fizeram a emenda* (José Lins do Rego). E o emprego do verbo no singular justifica-se quando se quer realçar o primeiro sujeito em detrimento do segundo, reduzindo-o à condição de adjunto adverbial de companhia. Exemplifica também com José Lins do Rego: “A viúva, com o resto da família, mudara-se para Vila Isabel, desde o rompimento” (p.529).

Rosenthal (2007), apenas, refere-se a esse caso, afirmando que o verbo poderá vir no singular – caso se queira realçar somente o primeiro núcleo – ou no plural, concordando com a soma. Ex: *João com Maria foi (foram) ao teatro*. (p.392)

Cereja & Thereza (2003) são bem diretos ao afirmarem que, se os núcleos do sujeito forem ligados por *com*, o verbo ficará no plural.

Cegalla (1998) compartilha a mesma definição de Rosenthal ao afirmar que “usa-se mais frequente o verbo no plural quando se atribui a mesma importância, no processo verbal, aos elementos do sujeito unidos pela preposição *com*” (p.404). O autor salienta também que quando se deseja dar relevância ao primeiro elemento do sujeito e também quando o verbo vier antes deste, pode-se usar o verbo no singular. Dá como exemplos: “O bispo, com os sacerdotes, **iniciou** solenemente a missa”. “Já num sublime e público teatro **se assenta** o rei inglês com toda a corte” (p.404).

Pimentel (2007) dá uma definição semelhante à de Lima (op.cit.), baseando-se na pontuação da frase. Segundo ele, quando os núcleos estão ligados por *com* ou *como* sem vírgula, o verbo vai para o plural, porque se trata de um sujeito composto. Se, portanto, antes do *com* ou *como* houver vírgula, o verbo fica no singular, porque o sujeito, nesse caso, é simples seguido de uma expressão adverbial de companhia ou comparação. Exemplifica da seguinte forma: “O capitão com o sargento organizaram o grupo”. “O capitão, com o sargento, organizou o grupo” (p.272).

Ribeiro (2003) é mais sucinto em sua definição, pois, apenas, destaca que, como regra para o sujeito ligado por *com*, o mais comum é o verbo ir para o plural, podendo ocorrer o singular quando se quer realçar um dos núcleos. Faz uma ressalva para os casos em que o elemento iniciado por *com* vem entre vírgulas;

nessa situação, o verbo fica no singular: “O guarda, com os colegas, *prende* o bandido” (p.250)

Bechara (2005) também é bem resumitivo em sua definição. Aponta para o fato de que, se o sujeito estiver no singular e for seguido imediatamente de outro no singular ou no plural mediante a preposição *com*, ou locução equivalente, pode o verbo ficar no singular, ou ir para o plural para realçar a participação simultânea na ação. Exemplifica com excertos literários:

El-rei, com toda a corte e toda a nobreza, *estava* fora da cidade, por causa da peste em que então Lisboa ardia.
Estas explicações não evitaram que o desembargador, com seus velhos amigos, *prognosticassem* o derrancamento do morgado da Agra... (2005, p .556)

Percebe-se que os autores citados, exceto Cereja & Thereza (2003), compartilham das mesmas ideias a respeito da CV com sujeitos ligados por *com*, ou seja, dependendo da ênfase da frase, o verbo pode ficar no singular ou no plural. Porém, em relação ao emprego do verbo no singular para realçar um dos núcleos, apenas Bechara e Ribeiro, diferentemente dos outros autores, não explicitam claramente qual dos núcleos o verbo estará se referindo (ao 1º ou ao 2º núcleo).

Salientamos que as gramáticas escolares de Terra & Nicola (2004) e Amaral (et al, 2003) citadas anteriormente neste trabalho, não fazem alusão a questão da CV com sujeitos ligados por *com*. Dessa forma, entendemos que fica uma lacuna a respeito desse tópico para os alunos do ensino médio que têm esses livros adotados em suas escolas.

No quadro abaixo, apresentaremos um resumo geral sobre as definições concernentes aos sujeitos ligados por “com”

Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • O mais frequente é usar-se o verbo no plural, pois os sujeitos aparecem em pé de igualdade, que se podem ser enlaçados por e. • Raramente se usa o verbo no singular quando se coloca o segundo sujeito num plano inferior
Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo irá para o plural quando os sujeitos estiverem em pé de igualdade, e a partícula com os enlaça como se fosse a conjunção e. • Emprega-se o verbo no singular quando se

	quer realçar o primeiro sujeito.
Rosenthal (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular, realçando o primeiro sujeito, ou no plural, concordando com a soma.
Cereja & Thereza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo somente no plural
Cegalla (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural (mais frequente) ou no singular (quando se dá relevância ao primeiro elemento).
Pimentel (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural (quando não houver vírgula antes do <i>com</i>). • Verbo no singular (quando houver vírgula antes do <i>com</i>).
Ribeiro (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural como regra mais comum. • Verbo no singular quando se quer realçar um dos núcleos.
Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo pode ser empregado no singular ou no plural para realçar a participação simultânea na ação.
Terra & Nicola (2004)	<ul style="list-style-type: none"> • Não fazem alusão
Amaral (et al, 2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Não fazem alusão

Quadro 7 :Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “com”

2.4.2 Expressão quantitativa indefinida “um dos que”

Iniciamos este caso com a definição de Bechara (op.cit.). Segundo ele, o verbo da oração adjetiva pode ficar no singular (concordando com o seletivo “um”)¹⁶

¹⁶ O autor afirma que em alguns casos pode dar-se a omissão de *um*: “Foi dos últimos que usaram presilhas, rodapé e gravata de moda” (M. de Assis, D. Casmurro) (p.562).

ou no plural (concordando com o termo sujeito no plural), prática que ele afirma ser mais frequente, se o dito verbo se aplicar não só ao relativo *que* mas ainda ao seletivo *um*. Dá como exemplos: “*Este era um dos que mais se **doíam** do procedimento de D. Leonor.*” e “*Um dos nossos escritores modernos que mais **abusou** do talento, e que mais portentos auferiu do sistema*” (p.562).

Bechara, explicitando melhor essa regra, explana que o singular é de regra quando o verbo da oração só se aplica ao seletivo *um*:

Assim nos dizeres “foi um dos teus filhos que jantou ontem comigo” e “é uma das tragédias de Racine que se representará hoje no teatro”, será incoerente o emprego do número plural; o singular impõe-se imperiosamente pelo sentido do discurso. (2005, p. 562)

Lima (op.cit.) é mais direto na definição da regra, afirmando que há possibilidade de dupla sintaxe: com o verbo no singular, construção, segundo ele, talvez, mais lógica; ou, atendendo-se de preferência à eufonia, com o verbo no plural. Em relação à sua preferência pela construção mais lógica, ou seja, verbo no singular, ele não dá nenhum embasamento teórico para corroborar sua hipótese; entendemos, com isso, que essas incertezas contribuem, mais ainda, para deixar dúvidas no alunado, que já vê nessas regras de concordância grandes dificuldades de aprendizado. O autor exemplifica suas definições com: “Esta cidade foi uma das que mais se *corrompeu* da heresia” e “Patrocínio foi um dos brasileiros que mais *trabalharam* em prol da Abolição” (p.393). A diferença nas definições dos dois autores está no fato de Bechara afirmar que a construção no plural parece ser a mais frequente; e Lima afirma que a construção no singular talvez seja a mais lógica.

Daí, gera-se um impasse para o alunado: que regra seguir, a mais frequente ou a mais lógica? Sem levar em conta a análise que se há de fazer por esse mesmo alunado nos casos de ter que identificar pelo sentido do discurso, segundo Bechara, se o verbo se liga ao seletivo *um* ou também ao relativo *que*. Entendemos que esse impasse deva ser resolvido através da comparação com a prática formal real a qual propomos para este trabalho.

Cunha & Cintra (op.cit.), quando tratam dessa regra, afirmam, nos mesmos moldes dos autores anteriormente citados, que, quando o relativo *que* vem antecedido das expressões *um dos*, *uma das* (+ substantivo), o verbo de que ele é sujeito vai para a 3ª pessoa do plural ou, mais **raramente**, para a 3ª pessoa do singular. Apresentam os seguintes exemplos: “Eis **um dos** raros homens **que têm** o

mundo nas mãos.”, “Foi **um dos** poucos no seu tempo **que reconheceu** a originalidade e importância da literatura brasileira” (p.515).

Complementa, ainda, ressaltando que o verbo no singular destaca o sujeito do grupo em relação ao qual vem mencionado, ao contrário do que ocorre se construirmos a oração com o verbo no plural. O autor afirma também que, por vezes, pode-se omitir o *um*: “eu fui dos que se meteram ao lodo” (P.516).

Ribeiro (op.cit.) também contempla esse caso de CV, porém de maneira pouco elucidativa. Afirma a dupla possibilidade de concordância sem explicações mais plausíveis, ressaltando que, se o sentido exigir, o singular será obrigatório. Dá como exemplo: “É *uma* das obras de Néelson Rodrigues que *será* ensaiada hoje” (p. 264). Nesse exemplo, fica claro que o verbo no singular ressalta o seletivo *uma*, entendendo-se, portanto, que de todas as obras de Néelson Rodrigues, somente essa (uma) será ensaiada. Porém, entendemos também que, na frase exemplificada, há a possibilidade da flexão verbal no plural (*serão*), denotando outro sentido, qual seja: várias obras de Néelson Rodrigues serão ensaiadas naquele dia (hoje) e esta (uma) está enquadrada nesse ensaio.

Talvez, seja difícil para um aluno do ensino médio que ainda não familiarizou-se com os fatos semânticos do discurso, identificar as duas possibilidades de construção com sentidos bem distintos. Entendo que, nesse caso, o falante, mais naturalmente, opta por uma construção com base em sua intuição linguística¹⁷, sem levar em conta os aspectos semânticos envolvidos. Quando aludimos à intuição linguística do falante, entendemos esse fato como sendo a capacidade intuitiva de o falante de uma língua perceber e aceitar a estrutura semântica e gramatical de sentenças, nessa língua, como expressão de determinados significados, de estabelecer analogias com outras formas de expressão desses significados, de reconhecer ambigüidades e indefinições etc.

Cereja & Thereza (2003) são bem sucintos quando fazem alusão a esse caso. Sem maiores embasamentos, os autores postulam a dupla possibilidade de concordância, sendo o plural mais comum e o singular mais raro.

¹⁷ Segundo Vieillard-Baron (2007) **Intuição** é a apreensão imediata da realidade por coincidência com o objeto. Em outras palavras, é a realidade sentida e compreendida absolutamente de modo direto, sem utilizar as ferramentas lógicas do entendimento: a análise e a tradução. Isto é, a intuição é uma forma de conhecimento que penetra no interior do objeto de modo imediato sem o ato de analisar e traduzir. A análise é o recorte da realidade, mediação entre sujeito e objeto. A tradução é a composição de símbolos linguísticos ou numéricos que, analogamente à primeira, também servem de mediadores. Ambas são *meios* falhos e artificiais de acesso a realidade. Somente a intuição pode garantir uma coincidência imediata com a realidade sem símbolos nem repartições.

Pimentel (2007) também é muito ressumitivo, corroborando a dupla possibilidade de concordância, sem se ater ao uso mais comum ou mais raro. Aponta, apenas, que o verbo pode concordar com *um*, no singular, ou com os do *dos*, no plural.

Rosenthal (op.cit.) também se pronuncia mais explicitamente nessa questão. Afirma que, nesse caso, conforme os demais autores citados, o verbo também pode estar tanto na terceira pessoa do singular como na terceira pessoa do plural. Continua, justificando que o motivo de haver dupla possibilidade de concordância se dá em virtude de o pronome relativo *que* poder ter como antecedente *um* ou os (combinado à preposição *de*). O autor faz mais uma ressalva comparando a estrutura “*um dos*” com “*um dos que*”:

Já a estrutura *um dos* só admite a construção com o verbo na terceira pessoa do singular. Isso se justifica através da semântica. Quando se diz ‘*Manoel foi um dos que fez o trabalho*’, não só Manoel fez o trabalho, como outros também o fizeram. No entanto, quando se informa ‘*Um dos alunos fez o trabalho*’, só cabe a interpretação de que *um* fez o trabalho, não os demais.(p.388)

Cegalla (2008), de maneira bem explícita, também se refere a essa questão da concordância verbal. Afirma que quando, em orações adjetivas restritivas, o pronome *que* vem antecedido de *um dos* ou expressão análoga, o verbo da oração adjetiva flexiona-se, em regra, no plural. Dá como exemplos literários: “O príncipe foi um dos que despertaram mais cedo.” (Alexandre Herculano), “A baronesa era uma das pessoas que mais desconfiavam de nós.” (Machado de Assis) (p.457).

O autor, diferentemente de Lima (op.cit.), afirma (sem embasamentos teóricos) que essa é a concordância lógica, geralmente preferida pelos escritores modernos. Porém, faz uma ressalva, ao dizer que, “não é prática condenável fugir ao rigor da lógica gramatical e usar o verbo da oração adjetiva no singular (fazendo-o concordar com a palavra *um*), quando se deseja destacar o indivíduo do grupo, dando-se a entender que ele sobressai aos demais.” (p.457). Cita como exemplo a frase: “Ele é um desses parasitas que vive à custa dos outros.” (p.457). Nesse ponto, ele faz a seguinte observação; “Há gramáticos que condenam tal concordância. Por coerência, deveriam condenar também a comumente aceita em construções anormais do tipo: Quais de vós *sois* isentos de culpa? Quantos de nós *somos* completamente felizes? (p.457).

Explicitando mais ainda essa questão, esse autor salienta que a obrigatoriedade do emprego do verbo no singular se aplica apenas ao indivíduo de que se fala, como no exemplo: “Jairo é um dos meus empregados que não sabe ler [Jairo é o único empregado que não sabe ler]” (p.457). Nesse exemplo, ele ressalva que é preferível construir a frase de outro modo: “Jairo é um empregado meu que não sabe ler.”, “Dos meus empregados, só Jairo não sabe ler.” (p.458). Salienta, porém, que na linguagem culta formal, ao empregar essa expressão, o **mais acertado** é usar no plural o verbo da oração adjetiva.

Pasquale & Ulisses (1998) preconizam a preferência pela concordância no plural. Porém, fazem alusão a tendência da linguagem corrente, que, segundo eles, dá ênfase à concordância no singular, a qual consideram inadequada:

O que se ouve efetivamente é “Ele foi um dos deputados que mais lutou para a aprovação de emenda.”. Faça a comparação com um caso em que se use um adjetivo. Você diria “Ela é uma das alunas mais **brilhante** da sala.”? Claro que não! Das alunas mais **brilhantes** da sala, ela é uma. Do mesmo modo, dos deputados que mais lutaram pela aprovação da emenda, ele é um. Então o raciocínio lógico mostra que o verbo no singular é inaceitável. (p.484, grifo nosso)

Ressaltamos, mais uma vez, que, das gramáticas escolares aprovadas pelo PNLEM consultadas, nenhuma delas abordou esse caso no tópico sobre CV.

Abaixo, apresentamos uma visão geral sobre sujeitos representados pela expressão quantitativa indefinida “um dos que”

Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular, concordando com o seletivo “um” ou no plural, concordando com o termo sujeito no plural (prática mais frequente, segundo o autor)
Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular (construção mais lógica, segundo o autor). • Verbo no plural (atendendo-se à eufonia).
Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural ou mais raramente no singular.
	<ul style="list-style-type: none"> • Afirma a dupla possibilidade de

Ribeiro (2003)	concordância, porém de maneira pouco elucidativa. Se o sentido exigir, o singular será obrigatório.
Cereja & Thereza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmam a dupla possibilidade de concordância, sendo o plural mais comum.
Pimentel (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Postula a dupla possibilidade sem detalhes elucidativos.
Rosenthal (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Dupla possibilidade e concordância em virtude do pronome <i>que</i> poder ter como antecedente um ou os.
Cegalla (2008)	<ul style="list-style-type: none"> • O verbo no plural como regra geral (lógica gramatical) ou no singular quando se deseja destacar um dos núcleos. O autor é bem elucidativo nessa questão, diferenciando-se dos demais.
Pasquale & Ulisses (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência pelo plural. Tendo como base o raciocínio lógico, consideram inaceitável o verbo no singular.

Quadro 8: Visão geral das regras sobre sujeitos representados pela expressão quantitativa indefinida “um dos que”

Pelo que foi exposto, percebemos que, em relação ao sujeito formado pela expressão indefinida *um dos que*, os autores não divergem no que tange à possibilidade de dupla flexão verbal (singular/plural), sem levar em conta algumas ressalvas referentes ao aspecto semântico abordadas por alguns desses autores. Esse aspecto será discutido com maior clareza no próximo capítulo, em que nos valeremos dos dados empíricos para nossas comparações.

2.4.3 Sujeitos ligados por “nem”

Começaremos este item com as prescrições de Cunha & Cintra (op.cit.). Segundo suas definições, quando o sujeito composto é formado de substantivos no singular pelas conjunções *ou* ou *nem*, o verbo costuma ir para o plural, se o fato expresso pelo verbo puder ser atribuído a todos os sujeitos, ou para o singular, se o fato expresso pelo verbo só puder ser atribuído a um dos sujeitos, isto é, se há ideia de alternância. Apresentam os seguintes exemplos literários: “Nem a monotonia nem o tédio a fariam capitular agora” (p.526). “Nem a tormenta nem tormento nos poderia parar” (p.526).

Os autores enfatizam que, na linguagem coloquial, há uma tendência de anular tais distinções, principalmente, quando os sujeitos estão ligados pela conjunção *nem*. Segundo eles, encontra-se normalmente o plural onde seria de esperar o singular: “Nem João nem Carlos serão eleitos presidente do clube” (p.526). Conforme o exemplo, o cargo de presidente é exercido por um só indivíduo; logo, o verbo deveria ser empregado no singular pelo fato de marcar alternância.

Salientam, ainda, que, muitas vezes, a concordância é feita com o sujeito mais próximo, apesar da ação se referir a cada um dos sujeitos. Apresentam o seguinte exemplo literário: “Nem o sol, nem o vento, nem o ruído das águas, nem mesmo a preocupação de que eu pudesse persegui-los *perturbava* a aconchego” (p.527).

Bechara (2005) faz uma pequena alusão a esse tópico, enfatizando que “o sujeito composto ligado pela série aditiva negativa *nem...nem* leva o verbo normalmente ao plural e, às vezes, ao singular” (p.556). Apresenta os seguintes exemplos literários:

É a nobre dama recém-chegada, à qual *nem* o cansaço de trabalhosa jornada, *nem* o hábito dos cômodos do mundo *puderam impedir...*
...nem Deus, nem o mundo lhes dará a mínima recompensa. (p.556)

Lima (op.cit.) é bem mais abrangente em sua explanação a respeito desse tópico. Segundo o autor, esse tipo de sujeito é um caso difícil de disciplinar; podendo ter por norma empregar o verbo no plural quando os sujeitos são de 3ª pessoa. Apresenta para esse caso os seguintes exemplos literários de Manuel Bernardes e Alexandre Herculano, respectivamente: “Nem a natureza, nem o demônio deixaram

a sua antiga posse.”, “Nem a resignação, nem o consolo são possíveis para ti neste momento” (p.399). Salienta, ainda, segundo palavras de Said Ali¹⁸, que quando se quer pôr em relevo a mesma ação se repetindo para cada um dos sujeitos, sucessivamente ou em épocas diferentes, pode-se dar relevo à forma do singular, desde que no singular também estejam os diversos sujeitos. Assim, apresenta outros exemplos literários: “Nem a lisonja, nem a razão, nem o exemplo, nem a esperança *bastava* a lhe moderar as ânsias...” (p.399). “Nem a vista, nem o ouvido, nem o gosto *pode* discernir entre cor, som e sabor” (p.399).

Para esclarecer mais ainda essa questão, o autor assim se expõe:

A verdade é que há certo descritório no uso do singular ou do plural. No desejo de traçarem regras, têm os gramáticos fixado (como Alfredo Gomes, por exemplo) que ‘os sujeitos reunidos por *nem* querem o verbo no singular ou plural, *segundo exprimem especialmente concomitância ou alternativa*’. Mas a exemplificação que aduzem não esclarece devidamente o assunto, por se prestarem muitas frases a mais de uma interpretação. Posto que um tanto sutil, parece-nos corresponder melhor à **realidade dos fatos** a observação de Said Ali, por nós esposada. (p.399. grifo nosso)

Como podemos perceber na citação acima, o autor explora bem esse tipo de sujeito, enfatizando a dificuldade de definição de regras para esse caso, pois, muitas vezes, torna-se difícil, principalmente para um aluno iniciante no ensino médio, escolher a forma verbal adequada, baseando-se na relação de concomitância ou de alternância, segundo postula a regra. A nosso ver, o autor acerta em propor corresponder esse aspecto da CV à realidade dos fatos, ou seja, talvez ao uso formal real da língua, conforme é a proposta deste trabalho.

Lima termina sua explanação a esse respeito postulando que, se algum dos sujeitos for pronome pessoal, a concordância se fará de acordo com os princípios da primazia, salvo se o verbo anteceder os sujeitos. Dá, os seguintes exemplos: “Nem meu primo, nem eu frequentamos tal sociedade.”, “Nem vós, nem eles nos esqueceremos disso.”, “Não seriam eles, nem eu quem pusesse esse remate” (p.399).

Cegalla (1998) é bem direto em sua definição. Segundo ele, usa-se comumente o verbo no plural, admitindo-se a concordância no singular, principalmente quando o verbo vier precedendo o sujeito. Justifica sua definição com os exemplos: “Nem eu nem ele o *convidamos*”. “Nem a riqueza nem o poder o *livraram* de seus inimigos.”, “Não o *convidei* eu nem minha esposa” (p.404).

¹⁸ O autor faz alusão aos exemplos colhidos da Gramática secundária da Língua Portuguesa, de Said Ali.

Pimentel (op.cit.) postula que, nesse caso de CV, o verbo vai normalmente para o plural, só ficando no singular quando se quer informar que as ações acontecem “de per si”, ou seja, em momentos diferentes, sucessivos. Concretiza sua definição com os seguintes exemplos: “Nem a virtude, nem a preguiça o **abandonaram**.”, “Nem o elogio, nem a crítica, nem a recomendação **bastou** para...” (p.272).

Sarmiento & Tufano (op.cit.), no tópico referente à CV, preconizam, de forma bem simples, as mesmas ideias dos autores já citados, ou seja, no caso de o predicado não apresentar a ideia de exclusão, o verbo ficará no plural, e no caso da ação expressa pelo predicado ser atribuída a um único núcleo, o verbo será empregado no singular.

Faraco & Moura (1999) priorizam a construção no plural na seguinte estrutura: “(nem) + 1º elemento + *nem* + 2º elemento...” (p.547). Exemplificam com excerto da revista *Veja*: “Nem motor, nem buzina de carro se *ouvem* nas praias de Tinharé” (p.547). Concordam com o verbo no singular, principalmente quando o sujeito vier posposto: “Nunca se recusa água nem comida a um pedinte” (p.548).

Pasqualle & Ulisses (1998), a exemplo de Cunha & Cintra (op.cit.), não fazem diferenciação entre os casos de sujeitos compostos ligados por *ou* ou por *nem*. Esses autores corroboram a mesma definição de Cunha & Cintra, salientando os casos em que os núcleos do sujeito são excludentes, o que levará o verbo para o singular, conforme em: “Roma ou Buenos Aires **será** a sede da próxima olimpíada” (p.486). Apresentam, ainda, o seguinte exemplo: “Nem o professor nem o aluno **acertaram** a resposta” (p.486). Nesse caso, segundo o autor, a ideia expressa pelo predicado pode ser atribuída aos dois núcleos, não havendo exclusão ou alternância, por isso o verbo no plural.

Rosenthal (op.cit.) é bem sucinto em sua definição, pois, segundo ele, poderá haver também a dupla concordância, ou seja, no singular, destacando-se apenas um dos núcleos, ou no plural, em concordância com a soma. Dá como exemplo: “Nem o professor nem o diretor compreendeu (compreenderam) a reivindicação dos alunos” (p.392). Pelo exemplo apresentado, e pela falta de explicações mais exaustivas, entendemos que, nesse caso, o aluno do ensino médio, na maioria das vezes, quando se apropria da regra da maneira como foi postulada acima, faz a concordância sem se ater aos casos de exclusão ou soma dos núcleos, ou seja, escolhe a forma singular ou plural apenas por saber que é facultativa. Por isso,

corroboramos um ensino voltado para as práticas sociais formais, pois, dessa forma, o alunado se apropriará de formas linguísticas ditas “corretas”, baseando-se em suas vivências e leituras de textos formais de sua realidade social.

Enfatizamos que algumas gramáticas escolares consultadas como Terra & Nicola (2004), Cereja & Thereza (2003), Faraco e Moura (1999) e Maia (2005) não fazem alusão a esse caso de concordância verbal.

Abaixo, apresentamos uma visão geral sobre o caso de sujeitos ligados por “nem”.

Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural, se o fato puder ser atribuído a todos os sujeitos. • Verbo no singular, se o fato só puder ser atribuído a um dos sujeitos (ideia de alternância) • Salientam que na linguagem coloquial essas distinções são anuladas.
Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural (construção mais frequente) e, às vezes, no singular. • Aborda a questão de maneira bem sucinta.
Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • É bastante abrangente, afirmando que esse tipo de sujeito é difícil de disciplinar. • Postula o emprego do verbo no plural quando os sujeitos são de 3ª pessoa. • Salienta o emprego no singular quando se quer pôr em relevo a mesma ação que se repete para cada um dos sujeitos.
Cegala (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Usa-se comumente o verbo no plural, admitindo-se a concordância no singular quando o verbo vier precedendo o sujeito.
	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo, normalmente, no plural, só ficando no singular para enfatizar ações que

Pimentel (2007)	acontecem em momentos diferentes, sucessivos.
Sarmiento & Tufano (2004)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural quando não há ideia de exclusão. • Verbo no singular quando a ação for atribuída a um único núcleo.
Faraco & Moura (1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizam o plural. • Postulam o verbo no singular quando o sujeito vier posposto.
Pasquale & Ulisses (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural quando não se tem ideia de exclusão ou alternância. • Verbo no singular quando os núcleos são excludentes.
Rosenthal (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural, concordando com a soma ou no singular, destacando-se, apenas, um dos núcleos.
Cereja & Thereza (2003) Terra & Nicola (2004) Faraco & Moura (1999) Maia (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Não fazem alusão à regra.

Quadro 9: Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “nem”

Pelo que foi exposto a respeito desse caso de CV, fica evidente que os autores citados, com ressalva para as considerações de Lima (op.cit.), são passivos em relação à concordância, baseando-se na ideia de alternância ou concomitância dos núcleos do sujeito, expressa pelo predicado, o que pode conduzir o verbo para o singular ou plural.

Entendemos, porém, que não é fácil aduzir o aluno a fazer a concordância baseando-se nos critérios apresentados, pois, na verdade, a CV é feita mais pela intuição do que pela apropriação das regras de exclusão ou concomitância dos núcleos, como já mencionamos acima.

2.4.4 Sujeitos ligados por “ou”

Em relação a esse tópico, começamos novamente por Cunha & Cintra (op.cit.), salientando que os autores postulam para esse caso as mesmas regras expostas para o caso de sujeitos ligados por *nem*, dando ênfase ao critério de concomitância ou alternância (exclusão) dos núcleos para a concordância no plural ou singular. Citam os seguintes exemplos literários: “O mal ou o bem dali *teriam* de vir.”, “Fui devagar, mas o pé ou o espelho traiu-me” (p.526).

Bechara (2005) trata desse caso aludindo à ideia de exclusão, retificação de número gramatical e identidade ou equivalência. Segundo ele, o verbo concordará com o sujeito mais próximo se a conjunção indicar exclusão: “a quem a doença *ou* a idade impossibilitou de *ganharem* o sustento...”(p.557). Em relação à retificação do número gramatical, o autor dá como exemplo: “Cantares é o nome que o autor *ou* autores do Cancioneiro chamado do Colégio dos Nobres *dão* a cada um dos poematos...” (p.557). Refere-se à identidade ou equivalência com o seguinte exemplo: “O professor ou o nosso segundo pai merece o respeito da pátria” (p.557).

Por fim, o autor salienta que se a ideia expressa pelo predicado puder referir-se a toda série do sujeito composto, o verbo irá para o plural mais frequentemente, porém pode ocorrer o singular, conforme exemplos: “A nulidade *ou* a validade do contrato...*eram* assunto de direito civil” (p.557). “Mas aí, como se o destino *ou* o acaso, ou o que quer que fosse se *lembrasse* de dar algum pastos aos meus arrombos possessórios” (p.557). Entendemos, assim como Cunha & Cintra (op.cit.), a preferência do autor, talvez para manter o purismo gramatical, em se basear em exemplos literários para corroborar sua teoria, porém, aludir essa teoria a esses tipos de exemplos é colocar o aluno fora de sua realidade, contribuindo, assim, para que o ensino de CV fique prejudicado, pois essa concepção de análise não faz parte do mundo social do discente.

Lima (op.cit.) explora de forma abrangente essa questão. Segundo ele, impõe-se o verbo no singular em dois casos: quando, coordenam dois ou mais substantivos no singular, a partícula *ou* for alternativa, de tal forma que o verbo só se refira a um dos sujeitos, excluindo os demais e, quando, coordenam dois ou mais substantivos no singular, a partícula *ou* exprimir equivalência, de tal forma que o verbo se refira a qualquer um desses sujeitos. Cita como exemplos: “(...) crendo que

Fainamá ou alguma de suas irmãs era morta.”, “*Um cardeal, ou um papa, enquanto homem, não é mais do que uma pessoa...*”(p.(402).

Ou autor enfatiza que, ao revés, o verbo pode ir para o plural quando houver dois ou mais substantivos coordenados no singular e a partícula *ou* for aditiva (= e), de tal forma que a noção indicada pelo verbo abranja, ao mesmo tempo, todos os sujeitos e quando os sujeitos se apresentarem no plural. Dá os seguintes exemplos: “O calor forte ou o frio excessivo eram temperaturas igualmente nocivas ao doente.”, “As penas que são Pedro ou seus sucessores fulminam contra os homens...” (p.403).

No caso de repetir-se depois do *ou* a palavra precedente, porém na forma plural, para denotar que se admite retificação de número, o autor salienta que, nesse caso, o verbo concordará com o termo mais próximo, isto é, ficará no singular, se vier antes dos dois sujeitos, e no plural se vier depois. Exemplifica da seguinte forma: “ Nenhum vestígio de sua presença *deixou* o autor ou autores do crime.”, “O poder ou poderes do homem *eram* sobre todos os peixes” (p.403).

Assim como Bechara e Cunha & Cintra, Lima se vale de exemplos literários para formalizar suas concepções. Dessa forma, mantemos nossa opinião de que, para esse caso de CV, esses exemplos não são os mais elucidativos para os fins que se têm em termos de ensino-aprendizagem de língua materna, ou seja, a aquisição da competência gramatical.

Cegalla (1998) aponta também duas situações a considerar. Se a conjunção *ou* indicar exclusão ou retificação, o verbo concordará com o núcleo mais próximo: “Paulo ou Antônio *será* o presidente.”, “O ladrão ou os ladrões não *deixaram* nenhum vestígio.” , “Ainda não *foi encontrado* o autor ou os autores do crime” (p.403). Porém, o verbo poderá ir para o plural se a ideia por ele expressa se referir a todos os núcleos do sujeito: “Era tão pequena a cidade, que um grito ou gargalhada forte *atravessavam* de ponta a ponta.” , “Naquela crise, só Deus ou Nossa Senhora podiam acudir-lhe” (p.404). O autor argumenta que nesse caso, há exemplos com o verbo no singular: “ A glória ou a vergonha da estirpe *provinha* de atos individuais.” “Um príncipe ou uma princesa não casa sem um vultoso dote” (p.404).

Na mesma linha de análise Cunha & Cintra (op.cit.), Pasqualle & Ulisses (op.cit.) também não fazem diferenciação entre esse caso e o caso de sujeitos

ligados por *nem*. Assim, utilizam-se das mesmas concepções para as duas regras, com já foi explicitada acima.

Terra & Nicola (2004) são sucintos, reiterando as definições expostas até aqui. Segundo eles, quando nos referimos aos núcleos do sujeito ligados por “ou”, há de se distinguir dois casos. Se a conjunção *ou* tiver valor excludente, o verbo ficará no singular, porém se a conjunção não tiver valor excludente o verbo irá para o plural. Apresentam os seguintes exemplos: “ Roma ou Viena *será* a sede das próximas Olimpíadas.”, “Roma ou Viena *são* excelentes locais para as próximas olimpíadas” (p.300).

Cereja & Thereza (2003) também aludem a esse tópico. Segundo os autores, se os elementos do sujeito estiverem unidos por *ou*, o verbo ficará no singular ou no plural, de acordo com o valor semântico da conjunção *ou*. Se ela exprimir exclusão, o verbo ficará no singular: “João ou Pedro *dirigirá* o carro agora” (p.321). No caso de exprimir adição, o verbo ficará no plural: “Cinema ou teatro *agradam-me*” (p.321). Ainda, se a conjunção exprimir retificação, o verbo concordará com o elemento mais próximo: “O pai ou os pais dela *virão* falar com você hoje à tarde” (p.321). Gostaríamos de salientar a exemplificação dos casos através de exemplos não literários, o que, na nossa concepção, aproxima o aluno da sua realidade, facilitando a compreensão.

Amaral. et al. (2003) também abordam esse tópico sob o prisma semântico, isto é, considerando os casos em que a conjunção indica exclusão, conduzindo o verbo para o singular, ou no caso de não indicar exclusão, com o verbo no plural, conforme exemplos: “Marcos *ou* Cláudio se *casará* com Simone.”, “A beleza *ou* a verdade sempre o *emocionam*” (p.494). Os autores não fazem alusão aos casos de retificação.

Sarmiento e Tufano (2004) corroboram a mesma ideia dos autores acima, em relação ao valor semântico da conjunção. Preconizam que, com sujeito composto, o verbo ficará no plural quando os núcleos do sujeito forem ligados pela conjunção *ou*, e não houver ideia de exclusão ou isolamento de nenhum dos núcleos. Assim, exemplificam: “Ou eu *ou* você *participaremos* da eleição” (p.317). Havendo ideia de exclusão de um dos núcleos, o verbo ficará no singular: “Hugo *ou* Carlos *será* o orador da turma” (p.317).

Rosenthal (op.cit.) bem sumariamente afirma que, nesse caso, se houver nítida ideia de exclusão, a concordância do verbo se dará atrativamente. Se ocorrer

a possibilidade de soma dos núcleos, o verbo pode concordar com o termo mais próximo ou com a adição. Exemplifica: “Ele *ou* tu serás eleito para representante da turma. Ele *ou* tu farás (fareis) o trabalho” (p.389).

Outros autores como Maia (2005), Infante (2001), Cadore (1994) e Pimentel (2007) abordam sumariamente esse tipo de concordância, dando, também, ênfase à noção semântica expressa pela conjunção *ou*, nos mesmos moldes dos autores citados acima.

Abaixo, apresentamos uma visão geral sobre o caso de sujeitos ligados por “ou”.

Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural se o fato puder ser atribuído a todos os sujeitos (critério de concomitância). • Verbo no singular se o fato só puder ser atribuído a um dos sujeitos (ideia de alternância ou exclusão)
Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo concorda com o sujeito mais próximo quando se tem a ideia de exclusão. • Verbo no singular quando se tem a ideia de identidade ou equivalência. • Faz alusão ao caso em que se tem a noção de retificação do número gramatical. A concordância será de acordo com a retificação feita. • Verbo no plural, mais frequentemente, se a ideia expressa pelo predicado puder referir-se a toda série do sujeito.
Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular: quando houver dois substantivos no singular coordenados pela partícula ou (alternativa) em que o verbo só se refira a um dos sujeitos ou quando a partícula exprimir equivalência.

	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural: quando houver dois ou mais substantivos no singular e a partícula <i>ou</i> for aditiva (= e) ou quando os sujeitos estiverem no plural. • Concordância com o termo mais próximo no caso de retificação de número através da repetição, depois do <i>ou</i>, da palavra precedente, porém na forma de plural.
Cegalla (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Concordância com o núcleo mais próximo: se a conjunção indicar exclusão ou retificação • Verbo no plural se a ideia por ele expressa se referir a todos os núcleos do sujeito.
Terra & Nicola (2004)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular se a conjunção tiver valor excludente. • Caso contrário, o verbo será empregado no plural.
Cereja & Thereza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Se a conjunção exprimir exclusão, emprega-se o verbo no singular. • No caso de exprimir adição, emprega-se o verbo no plural. • Se o verbo exprimir retificação, concorda-se com o núcleo mais próximo.
Amaral et al. (2003) Sarmiento & Tufano (2004) Rosenthal (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Seguem as mesmas regras de Cereja & Thereza (op.cit.), sem aludirem aos casos de retificação.
Maia (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Abordam a questão sumariamente, dando

Infante (2001) Cadore (1994) Pimentel (2007)	ênfase à noção semântica expressa pela conjunção nos moldes dos autores citados acima.
--	--

Quadro 10: Visão geral das regras sobre sujeitos ligados por “ou”

Como vimos, os autores citados, com algumas ressalvas, partilham as mesmas concepções a respeito desse tipo de CV, pois a maioria deles dá relevo ao valor semântico denotado pela conjunção *ou*. Porém, apesar de considerarmos passivas as definições preconizadas pelas gramáticas escolares apresentadas, no sentido de que os autores não se divergem em suas concepções, alguns expandem com maior clareza os casos, outros são mais sucintos, fica, ainda, uma lacuna quando nos aduzimos ao ensino eficaz e prático de língua materna, pois, em que medida, fica claro para o aluno induzir um valor semântico à conjunção *ou*, no caso de estar ligando núcleos de sujeito composto, para que este mesmo aluno possa fazer a concordância verbal nos moldes das prescrições gramaticais.

Na verdade, entendemos, como já dissemos anteriormente, que, na maioria dos casos, o falante ou, em nosso caso, o discente faz a concordância pela sua intuição linguística, sem se ater às regras sintáticas.

Mais acertado seria, a nosso ver, conduzir o ensino a respeito desse tópico sintático para a realidade formal real da língua, ou seja, orientar-se pela forma culta mais comum utilizada pelos falantes de uma comunidade linguística em suas práticas sociais, sem desprezar, com isso, os casos pontuais (aqueles em que realmente se percebe uma nítida noção semântica de exclusão ou retificação), que, realmente, merecem uma atenção mais acurada do enunciador.

2.4.5 Pronomes neutros (tudo – isto – isso – aquilo) em construções estativas com o verbo *ser*

Este caso específico está incluído na tradição gramatical nos tópicos referentes aos diversos casos de concordância do verbo *ser*.

Chamamos de construções *estativas* aquelas em que tradicionalmente se tem o que chamamos de predicativo do sujeito, ou seja, que apresentam verbos de ligação. Esta nomenclatura está baseada nas concepções de Perini (2008), que a define através de papéis temáticos. Segundo o autor, uma construção do tipo “*Meu avô era italiano*” se reduz a um sintagma (SN ou sintagma adjetivo) com um papel temático (uma característica atribuída ao sujeito) – no caso, vários papéis temáticos, mas pode ser que se trate na verdade de mais de uma construção. Para ele, não interessa fazer menção da função do complemento; basta delimitar sua classe, sua posição e seu papel temático. Dá como exemplos: “*Clara está doente.*”, “*Raquel está aqui.*”, “*Ela está cheia se espinhas*” (p.385).

Esse mesmo critério, segundo ele, vale para o predicativo do sujeito com verbos não de ligação, como em “*A diretora apareceu furiosa*” (p 156). Nessa construção, o constituinte *furiosa* pode ser analisado, para efeito de expressão de valências, como um sintagma adjetivo (que se realiza como um nominal ou uma preposição + SN), com um papel temático de qualidade¹⁹

O autor ressalva que os verbos *ser*, *estar* e *continuar* exprimem qualidade real, enquanto o verbo *parecer* exprime qualidade aparente. Ressaltamos que a opção por esse tipo de nomenclatura visa a evitar controvérsias que se têm a respeito da definição do que seja predicativo.

Para nossa análise, consideramos construções estativas aquelas que apresentam o sujeito representado por um dos pronomes neutros (aquilo – isto – isso – tudo) seguido de verbo *ser* mais predicativo.

Iniciamos as definições gramaticais com Cunha & Cintra (op.cit.). Em relação a esse tipo de concordância, os autores, no tópico referente à concordância do verbo *ser*, postulam que, quando o sujeito do verbo *ser* é um dos pronomes *isto*, *isso*, *aquilo*, *tudo* ou *o* (+ *aquilo*) e o predicativo vem expresso por um substantivo no plural, o verbo concorda com o predicativo. Apresentam os seguintes exemplos literários: “*Tudo isto eram sintomas graves.*”, “*Isto não são conversas para ti, pequena.*”, “*Tudo na vida são verdades de redação*” (p.520). Os autores justificam esse tipo de concordância da seguinte forma: “Tal concordância explica-se pela tendência que tem o nosso espírito de preferir destacar como sujeito o que

¹⁹ O autor afirma que o termo “qualidade” é às vezes analisado como um predicado. Em sua obra, o que interessa é que é uma relação semântica entre um sintagma da oração e o verbo, e portanto funciona, para os atuais objetivos, como um papel temático. (p.156)

representamos por palavra nocional, pois esta alude a realidades mais evidentes” (p.520).

No entanto, afirmam que não é raro aparecer o verbo no singular, em concordância com o pronome demonstrativo ou com o indefinido, conforme exemplos literários: “*Tudo é flores no presente*”, “*Se calhar, tudo é símbolos*” (p.520). Segundo eles, no exemplo dado, a preferência pelo singular (concordando o verbo com o pronome indefinido) é de procurar realçar um conjunto, e não os elementos que o compõem, a fim de sugerir-nos as diferentes realidades transformadas numa só coisa. Assinam, ainda, um efeito estilístico provocado pelo contraste de concordância extraído de um exemplo de Camilo Castelo Branco: “*Há neles muita lágrima, e o que não é lágrimas são algemas*.”

Bechara (2005) também faz alusão a esse tipo de CV, preconizando, de forma mais resumida, que, quando um dos pronomes *isto*, *isso*, *aquilo* e *tudo* é sujeito do verbo *ser*, este verbo se acomoda, em alguns casos, à flexão do predicativo, especialmente quando este se acha no plural. Exemplifica também com exemplo literário: “*Tudo eram alegrias e cânticos*” (p.558). O autor salienta, ainda, que a concordância, nesse caso, pode ser feita com o sujeito, sendo, porém mais rara, segundo ele. Exemplifica da seguinte forma: “*Tudo é alegrias*” (p.558). Como se percebe, Bechara não tece outros comentários como fizeram Cunha & Cintra (op.cit.).

Lima (op. cit.), no tópico concordância especial do verbo *ser*, descreve a regra para esse tipo de CV da seguinte forma:

Tendo por sujeito o pronome interrogativo *quem*, o indefinido *tudo*, ou um dos demonstrativos neutros *isto*, *isso*, *aquilo* e *o (que)*, e por predicativo um substantivo no plural, é costume pôr-se neste número o verbo *ser*, mas não escasseiam exemplos em que ele aparece no singular. (p.404)

O autor, assim como Bechara e Cunha & Cintra, exemplifica os dois casos com exemplos literários. “*Eram tudo travessuras de criança.*”, “*Isto...eram notas que eu havia tomado para uma capítulo triste e vulgar que não escrevo.*”, “*Tudo são sonhos dormidos ou dormentes!*”, “*Aquilo não são vozes, são ecos do coração*” (p.404). No caso do verbo no singular, apresenta os exemplos: “*Tudo é flores no presente.*”, “*Era tudo ameaças de demência.*”, “*Tudo o que aí está é os dotes de meus irmãos*” (p.404).

Cegalla (1998) postula a regra nos mesmos moldes dos autores citados acima. Segundo ele, quando o sujeito for um dos pronomes *tudo*, *isto*, *o*, *isso* ou *aquilo*, o verbo de ligação *ser* concorda com o predicativo. Para justificar sua definição, apresenta também exemplos literários: “Tudo *eram* hipóteses.”, “Tudo isto *eram* sintomas graves.”, “Na mocidade tudo *são* esperanças” (p.412). O autor se refere também a concordância com o sujeito, salientando, porém, ser esta a construção menos comum. Exemplifica: “O que de mim posso oferecer-lhe é espinhos da minha coroa” (p.412). Enfatiza, ainda, que o verbo fica no singular quando o predicativo é formado de dois núcleos singular: “Tudo o mais é soledade e silêncio” (p.412).

Maia (op.cit.), além de se referir à concordância com predicativo plural, faz alusão ao emprego do verbo no singular, quando se quer enfatizar o sujeito, conforme exemplo: “Tudo é sonhos vãos” (p.438).

Cereja & Thereza (op.cit.) dão uma visão sumária sobre esse tópico. Segundo eles, quando o sujeito for um dos pronomes citados acima, o verbo *ser* concordará de preferência com o predicativo. Assim: “Aquilo *eram* os restos da ceia”. (p.323). Os autores não fazem alusão a exemplos com o verbo no singular.

Terra & Nicola (op.cit.) também resumizam essa regra, dando a mesma definição de Cereja & Thereza, sem apresentarem exemplos com o verbo no singular.

Cadore (op.cit.) é mais direto em relação a esse caso de concordância. O autor sumariza a regra sem explanações mais abrangentes, postulando que, nesse caso de CV, o verbo concorda com o sujeito ou com o predicativo, ou seja, torna a regra facultativa para o falante/escritor sem se ater a questões de ênfase ou totalidade. Dá como exemplos: “Nem tudo é (*são*) flores” (p.453).

Tufano & Sarmiento (op.cit.) aludem a esse caso, postulando que, se o predicativo estiver no plural, o verbo concordará, normalmente, com o predicativo. Também não fazem menção a exemplos com a construção concordando com o sujeito, ou seja, no singular.

Faraco & Moura (1999) só fazem referência à concordância com o predicativo, excluindo a possibilidade da concordância com o sujeito (pronomes neutros). Assim exemplificam: “Isso *são* mentiras – disse o advogado” (p.549). Amaral et al. (op.cit.) não faz alusão a esse tipo de concordância verbal em sua obra.

Pasqualle & Ulisses (op.cit.) iniciam o tópico sobre a concordância do verbo *ser*, enfatizando que esse tipo de concordância é absolutamente particular, rica em detalhes. Argumentam que, em várias situações, esse verbo deixa de concordar com o sujeito para concordar com o predicativo, em outras pode concordar com um ou outro, de acordo com o termo que se queira enfatizar. Para o caso que nos diz respeito, eles assim se pronunciam; “Quando colocado entre um substantivo e um pronome que não seja pessoal, o verbo *ser* tende a concordar com o substantivo” (p.490). Exemplificam da seguinte forma: “Tudo eram sorrisos naquele ambiente hipócrita.”, “Isso são manias de quem não tem o que fazer” (p.490).

Por fim, apresentamos a definição de Rosenthal (op.cit.). O autor também sumariza a regra no tópico referente à concordância com o verbo *ser*. Segundo ele, esse caso de CV é postulado da seguinte forma: “Predominância do plural sobre o singular ou palavra invariável” (p.391). Dá como exemplos: “Tudo são flores.” e “A vida eram uns problemas” (p.391). Faz alusão também à concordância no singular: “Greves é algo.” e “Tudo é flores” (p.391).

Das explicações apresentadas acima, sobre a CV do verbo *ser*, nos casos de ter como sujeito os pronomes neutros *tudo*, *isso*, *isto* e *aquilo*, deduzimos que os autores se complementam em suas definições. Apesar de darem maior ênfase à concordância com o predicativo plural, quase todos compartilham a facultatividade de concordância desse verbo no caso apresentado.

Abaixo, apresentamos uma visão geral sobre a concordância com o tipo de sujeito explanado acima.

Cunha & Cintra (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo concordando com o predicativo, se este vier expresso por um substantivo estiver no plural; • Verbo no singular, concordando com o pronome quando se quer realçar um conjunto e não os elementos que o compõem.
Bechara (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo concordando com o predicativo quando este se acha no plural (concordância mais comum);

	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no singular, concordância mais rara com o pronome (sujeito).
Lima (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural concordando com o predicativo no plural; • Concordância com o pronome (sujeito), caso raro.
Cegalla (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Segue a mesma regra de Lima (op.cit.).
Maia (2005)	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo no plural, segundo os moldes dos autores acima; • Verbo no singular quando se quer enfatizar o sujeito.
Cereja & Thereza (2003)	<ul style="list-style-type: none"> • Só fazem alusão à concordância com o predicativo.
Terra & Nicola (2004)	<ul style="list-style-type: none"> • Seguem a mesma regra de Cereja & Thereza (op.cit.).
Cadore (1994)	<ul style="list-style-type: none"> • Torna a regra facultativa sem se ater a questões de ênfase ou totalidade.
Tufano & Sarmiento (2004) Faraco & Moura (1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Só fazem alusão à concordância com o predicativo.
Pasquale & Ulisses (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • Concordância facultativa de acordo com o termo que se queira enfatizar.
Rosenthal (2007)	<ul style="list-style-type: none"> • Predominância do verbo no plural sobre o singular. • Faz alusão ao emprego do verbo no singular sem se ater a detalhes.

Quadro 11: Visão geral das regras sobre sujeitos formados por pronomes neutros em construções estativas com o verbo *ser*

Dessa forma, apresentamos as várias concepções tradicionais sobre alguns casos de facultatividade em relação à CV. A partir dessas concepções, fomentaremos nossas análises no capítulo 3, contrastando a prescrição gramatical com exemplos de uso formal real da língua, extraídos de um *corpus* escrito formal.

2.5 Oposição Língua falada vs Língua escrita

Em virtude de optarmos, nesta tese, por analisarmos *corpora* de natureza escrita, convém aqui, tecer alguns comentários entre língua falada²⁰ e língua escrita, sendo, portanto, viável fazer uma distinção entre essas duas modalidades da língua, mostrando a relevância de se ter estudos linguísticos que, de alguma maneira, contrastem as mesmas para que se possam inferir noções relevantes sobre aspectos constitutivos da língua.

Reportamo-nos um pouco a Saussure, que define como objeto de estudo da linguística a *língua* (Saussure, 1972:28) e não a fala, de modo que uma *língua* é definida como um sistema de elementos. Nesse sentido, define-se sistema como um conjunto organizado em que um elemento se define pelos outros. Um conjunto é uma totalidade de elementos quaisquer e, se eles estão organizados, isso quer dizer que um elemento está em função dos outros, de modo que a sua função se define em relação aos demais elementos do conjunto. A língua é, portanto, um conjunto de signos em que um signo se define pelos demais signos do conjunto.

Saussure (op.cit.) estabelece uma dicotomia entre língua *versus* fala, em que *língua* opõe-se à *fala*, porque a *língua* é coletiva e a *fala* é particular; a *língua* é um dado social e a *fala* é um dado individual. Além disso, considera a *língua* sistemática e a *fala* assistemática. Nessa dicotomia, Saussure separa também os fatos da língua dos fatos da fala, que os fatos da língua dizem respeito à estrutura do sistema linguístico e os fatos da fala dizem respeito ao uso desse sistema. Diz, ainda, que os fatos da língua podem ser estudados separadamente dos fatos da fala

²⁰ Concordamos com Travaglia ao definir que “Para alguns estudiosos tanto faz dizer língua oral quanto falada. Para outros a expressão língua oral pode referir-se mais especificamente ao meio sonoro de produção da sequência linguística e podemos ter no oral coisas como a leitura de textos escritos. Assim sendo, a expressão “língua falada” identificaria melhor essa variedade da língua com suas características próprias, distintas da língua escrita, cujas características permaneceriam na leitura de um texto escrito.” (TRAVAGLIA, 2000:51)

e considera também as interferências entre esses dois tipos de fatos. Para ele, uma mudança no sistema pode advir de fatos da fala, porém só são pertinentes para o estudo do sistema da língua quando interferem diretamente nas relações internas entre seus elementos sistematizados.

Observa-se, portanto, que, para Saussure, a fala, como prática da língua, está ligada à inteligência e à vontade de cada indivíduo, comportando suas características físicas e psicológicas e as restrições impostas pelo canal e contexto real de comunicação. Tomada em seu conjunto, essa concepção postula a língua como um fenômeno homogêneo, como um produto que deve ser examinado independentemente de suas condições de produção, adotando um modelo teórico de língua como estrutura e fala (ou seja, língua em uso) como idiossincrática.

Numa abordagem mais contemporânea, Mattoso Câmara (2001:19) considera uma tremenda ilusão o fato dos professores acreditarem que, ao se ensinar a técnica da língua escrita, ensina-se ao mesmo tempo uma fala satisfatória. Segundo o autor, a língua escrita se manifesta em condições muito diversas da língua oral, porém, é somente a escrita que as gramáticas normativas escolares focalizam explícita ou implicitamente. A fala, porém, segundo o autor, se desdobra numa situação concreta, sob o estímulo de um falante ou vários falantes outros, bem individualizados.

Afirma, ainda, que a escrita não reproduz fielmente a fala, como sugere a metáfora tantas vezes repetida de que “ela é a roupagem da língua oral”. Para ele, a língua escrita tem suas leis e caminhos próprios, motivo pelo qual muitos linguistas relegam a língua escrita para fora de suas cogitações. Nesse sentido, “...há uma diferença fundamental entre esses dois tipos de linguagem”. (Mattoso Câmara, 2001:20).

Segundo Castilho (2003) a constituição da língua falada (*parole*) como objeto científico só se deu muito recentemente na Linguística. Mais relevante, ainda, é a importância desse objeto científico para os linguistas de *corpus*, que se deu durante a segunda metade do século XX.

Castilho (op.cit.) vê a língua como uma atividade social por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua é um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente

negociado. Assim, uma gramática que entenda a língua dessa forma (como é o caso da Gramática Funcional) procura os pontos de contato entre as estruturas identificadas pelo modelo anterior e as situações sociais em que elas emergem, contextualizando a língua no meio social.

Ainda, segundo esse autor, a linguagem humana é fundamentalmente dialógica, mesmo em sua modalidade escrita. Uma diferença, entretanto, é que na língua falada os usuários estão em presença, e a construção do enunciado se ressent de maneira acentuada da interação que aí se desencadeia. Uma das óbvias consequências disso é que, na língua escrita, é necessário explicitar as coordenadas espaço-temporais em que se movem os interlocutores, ao passo que, na língua falada, tais coordenadas já estão dadas pela própria situação da fala. Nesse sentido, mesmo não tendo sido abordado pelo autor, enfatizamos, porém, que, mesmo numa conversação por telefone ou por e.mail, apesar de os interlocutores não estarem em presença um do outro, podem-se observar algumas das características da língua oral apresentadas acima.

Para Castilho (op.cit.), é habitual reconhecer a existência de duas fases constitutivas da linguagem: uma fase de planejamento pré-verbal, de natureza cognitiva, em que selecionamos o que vai ser dito e analisamos as condições da interação para a veiculação do que vai ser dito, e uma fase de execução, ou fase verbal, em que codificamos através do léxico e da gramática as ideias consideradas adequadas àquele ato da fala. Uma vez engajada a conversação, procedemos constantemente a ajustes no planejamento anterior.

Na fala, portanto, essas fases de planejamento e execução ocorrem simultaneamente, no tempo real. Elas se dão numa situação discursiva plena, isto é, com todos os usuários em presença, o que interfere diretamente na organização e na execução dos atos da fala. Já na língua escrita, a “audiência” tem uma atuação muito discreta, com pouca probabilidade de interferir nessa organização. Nessa modalidade, como observa Pécora (1980:80, apud Castilho 2003:19) “a primeira pessoa é obrigada a desdobrar-se na segunda”. Em consequência disso, conforme Castilho (ibid), na língua falada “tudo vai para o ar”, por assim dizer, fazendo dessa modalidade um excelente meio de reflexão sobre os processos constitutivos da língua. Na língua falada nada se apaga, nem mesmo a própria maquinaria da linguagem, permitindo uma inspeção privilegiada.

Convém, ainda, dar uma noção, sobretudo, de situação interlocutiva e situação monolocutiva, segundo Castilho (op.cit.), em virtude de essas noções estarem ligadas, de alguma forma, aos conceitos de fala e escrita.

Em situação interlocutiva, há a percepção imediata das reações do interlocutor pelo locutor, que interage com o interlocutor, o que o leva a antecipar o que quer dizer, a hesitar, a se retificar. O locutor pode fazer uso, também, de gestos e mímicas para complementar o que está dizendo. Nesse caso, a configuração verbal comporta algumas características: ordem das palavras, considerada afetiva; construção segmentada da sequência de palavras em acumulação, quase sem laços lógicos; alternância de termos de valor genérico/específico; economia de palavras e superposição de signos. Tudo isso concorre para a construção de uma configuração verbal.

Em situação monolocutiva, o locutor não está à mercê do interlocutor e pode organizar o que vai dizer de maneira lógica e progressiva. Isso implica que a configuração verbal correspondente a essa situação apresenta particularidades opostas à situação precedente: ordem das palavras, dita progressiva; construção contínua e hierarquizada; sucessão de termos de valor semântico progressivo; explicitação, ou não, da entonação e dos gestos, no caso de o canal de transmissão ser gráfico.

Segundo Maingueneau (2002), as velhas oposições entre o oral e o escrito, ou entre o escrito manuscrito e o escrito impresso, não mais subsistem, atualmente, em sua forma tradicional. As técnicas cada vez mais sofisticadas de gravação e de transporte de informações têm modificado os dispositivos de comunicação e, portanto, o estatuto dos enunciados verbais. De acordo com esse autor, o mundo contemporâneo caracteriza-se pelo surgimento de novas formas de oralidade que diferem totalmente da oralidade tradicional.

Maingueneau (op.cit.) considera que a distinção entre o oral e o escrito é a categoria “midiológica” mais antiga e mais solidamente ancorada na cultura, porém, ainda segundo ele, essa distinção não é tão simples quanto poderíamos pensar, pois, ao utilizá-la, misturamos, na realidade, oposições situadas em planos distintos. Essa oposição refere-se aos suportes físicos: o oral se transmite por ondas sonoras, e o gráfico, por signos escritos em um suporte sólido (outrora, em argila, papiros, pergaminhos e, atualmente, em papel).

Tradicionalmente, segundo o mesmo autor, associamos oralidade e instabilidade, escritura e estabilidade: as palavras voam, o escrito permanece. Porém, na realidade, nem todo enunciado oral é necessariamente instável; tudo depende de seu estatuto pragmático, isto é, daquilo para que serve. Para ele, o importante não é tanto o caráter oral ou gráfico dos enunciados, mas sim, sua inscrição em formas que assegurem sua preservação.

Maingueneau (op.cit.) diz, ainda, que a distinção entre oral e escrito envolve igualmente uma distinção entre enunciados *dependentes* e enunciados *independentes* do ambiente verbal. No primeiro caso, os enunciados são dirigidos a um coenunciador presente no mesmo ambiente físico do enunciador; no segundo, os enunciados são diferidos, ou seja, concebidos em função de um destinatário que se encontra em um outro ambiente. Os enunciados dependentes do ambiente encontram-se sob ameaça constante do co-enunciador, que, a todo momento, pode intervir na enunciação em curso. Ele pode também dar força à posição do enunciador, expressando sua aprovação (com sua atitude e com comentários: “Ah!”, “veja só!” etc.

Essa noção de enunciados dependentes e independentes pode, a nosso ver, ser comparada à noção de Castilho (op.cit.) quanto à situação interlocutiva e monolocutiva e, assim como esse autor faz uma distinção entre essas duas situações comunicativas, Maingueneau (2002) também aponta algumas características entre os enunciados dependentes e independentes do ambiente.

No enunciado dependente do ambiente, como já dissemos, os coenunciadores se encontram no mesmo ambiente e estão vendo um ao outro; verifica-se, portanto, segundo Maingueneau (2002:75), a ocorrência de: “indicadores não verbais, (a mímica, os gestos) acompanhando a fala; elipses quando um objeto está presente no ambiente (você viu...?); inúmeros embreantes²¹, cujos referentes são identificados em relação à situação de enunciação (*eu, aqui, amanhã...*)”. Nos enunciados independentes do ambiente, tende a haver uma autossuficiência, e há a construção de um sistema de referências intratextual (no interior do texto).

²¹ Diz-se de ou palavra cuja significação só se precisa quando relacionada a uma situação, e que só adquire valor referencial quando incluída numa mensagem; assim, palavras como *ele, ontem, aqui* têm valor na medida em que se relacionam a algum referente, a um determinado tempo e local da enunciação. (Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0)

Esses enunciados não se apoiam em um ambiente partilhado com o coenunciador, que não pode interferir na enunciação. O autor aponta algumas propriedades evidentes do texto escrito tais como:

- ele pode circular longe de sua origem, encontrar públicos imprevisíveis sem precisar ser modificado a cada vez. Como que escreve não pode controlar a recepção de seu enunciado, é obrigado a estruturá-lo de maneira a torná-lo compreensível, ou seja, é obrigado a fazer de seu enunciado um texto, no sentido mais pleno do termo;
- no oral, o coenunciador partilha o mesmo ambiente que o locutor, reage imediatamente à sua entonação, às suas atitudes etc. Não podendo percorrer a arquitetura do enunciado em seu conjunto, ele vai tomando conhecimento dele aos poucos e tem uma consciência muito vaga de sua estrutura. No escrito, por outro lado, ele deve proceder a uma leitura pessoal. Se o locutor encontra dificuldade em controlar o curso de uma interação oral, que implica minimamente a participação de pelo menos duas pessoas, no escrito ele pode impor seu modo de consumo, seu ritmo de apropriação: ler com rapidez que lhe convém, silenciosamente ou em voz alta, com atenção ou diagonal, interromper-se quando quiser;
- a distância que assim se estabelece entre coenunciador e texto escrito abre um espaço para um comentário crítico ou para análises: o leitor pode sondar o texto, comparar certas partes, de forma a elaborar interpretações;
- um texto escrito pode também ser copiado, arquivado, classificado; a estocagem permite confrontar textos variados e estabelecer princípios de classificação (por temas, gêneros, autores, datas etc.).” (MAINGENEAU, 2002:79)

Travaglia (2000) também contrapõe a linguagem falada e a linguagem escrita, considerando-as como variação de modo. Para o autor, a língua escrita constitui um sistema à parte, com características próprias que marcam como um estilo diferente da língua falada, “de tal modo que alguns autores acham que a dificuldade que os alunos têm para escrever não advém do desconhecimento da norma culta ou padrão, mas sim do desconhecimento dessas características próprias do escrito”. (cf. PERINI, 1980 apud TRAVAGLIA, 2000:52). Para o autor, a língua escrita e a oral apresentam cada uma um conjunto próprio de variedades de grau de formalismo.

Travaglia (op.cit.) afirma ainda, porém sem evidência empírica, que as variedades de grau de formalismo da língua escrita apresentam uma tendência para maior regularidade e geralmente maior formalidade que as da língua falada, todavia o autor ressalta que, em cada caso, existe uma mesma relação entre os níveis de grau de formalismo propostos para a língua falada e para a escrita. Também lembra que não é válida a distinção que frequentemente se encontra enunciada por professores de que a língua falada seria informal e a escrita formal.

Afirma, portanto, que isso não é verdadeiro, pois podemos ter textos altamente formais na língua falada e textos totalmente informais na língua escrita. O autor também ressalva que a língua escrita pode apresentar variantes dialetais, embora estas sejam usualmente pouco numerosas e menos marcantes que na língua falada, porque no escrito desaparecem as diferenças fonéticas, prosódicas e outras. O autor aponta uma série de diferenças entre essas duas modalidades, as quais, a nosso ver, assemelham-se à dos autores já referenciados.

Ainda, como pressuposto teórico para a relação língua falada/língua escrita, podemos citar Marcuschi (2000). O autor faz uma relação entre textos falados e textos escritos, apontando que os mesmos se diferenciam nas dimensões linguística e funcional²². A dimensão funcional é constituída por uma série de parâmetros situacionais a ela associados. Esses parâmetros são estabelecidos a partir de um conjunto de características obtidas das formas prototípicas da fala e da escrita.

O autor observa, ainda, que alguns textos orais participam de propriedades relativas a parâmetros da escrita e alguns textos escritos participam de propriedades de parâmetros da fala. Estabelece, portanto, os seguintes parâmetros situacionais segundo Biber (1988:44-46):

(1) canal físico caracterizado como unicanal no caso da escrita e multicanal na fala já que ali há também a prosódia e os elementos paralinguísticos ao lado dos linguísticos; (2) uso cultural definido pela natureza da aquisição, valor social e influência no *status*; (3) relação entre os participantes sob o ponto de vista da possibilidade de interação face a face, relações pessoais e grau de conhecimento mútuo; (4) relação dos participantes com o contexto; (5) relação dos participantes com o texto e (6) propósitos primários da comunicação que podem ser ou ideacionais no caso da escrita e interacional no caso da fala. (BIBER 1988, apud MARCUSCHI, 2000: 55)

Marcuschi apresenta também uma questão instigante, de solução estritamente empírica, que é levantada por Biber (1988:24) quando este autor indaga: “será que existe uma dimensão linguística de traços co-ocorrentes que distingue os textos escritos dos textos falados?” Se uma tal dimensão existir, poderemos distinguir com precisão entre todos os textos escritos de um lado e todos os textos falados de outro. Até aquele momento não se obteve uma prova empírica

²² O autor entende como dimensão funcional a que diz respeito às características da situacionalidade e discursividade do texto, e a dimensão linguística a que se reporta à presença de traços gramaticais, fonológicos e lexicais.

que desse uma resposta consistente a essa questão²³. E tudo indica que a diferença entre fala e escrita se dá como um contínuo de diferenças que formam um contínuo de variação entre as duas modalidades.

Baseando-se nos pressupostos acima em relação à língua falada e língua escrita, percebe-se que, para os autores apresentados, há concordância, mesmo que haja algumas diferenças entre terminologias ou conceituações, em dizer que existe uma diferença nítida entre esses dois tipos de modalidade da língua, o que tem levado, muitas vezes, a infundados debates sobre a preponderância ou não da fala sobre a escrita e, principalmente, quando alguns estudiosos da língua enxergam como uma atitude preconceituosa o privilégio dado, pelos gramáticos, à língua escrita em detrimento da modalidade oral.

Segundo Pontes (1987 apud PEIXOTO FILHO, 2001, p.17), esse preconceito, herdado da tradição greco-latina, se mantém em nossos dias:

Existem certos preconceitos herdados pela tradição gramatical greco-latina que, apesar de peremptoriamente combatidos pelos manuais introdutórios de Linguística, parecem persistir ao tempo e aparecem, às vezes, sub-reptícia ou mesmo claramente em trabalhos de linguistas renomados. Um deles é o de que a língua escrita, formal, seria de alguma forma “superior”, à língua oral.

Convém enfatizar, porém, que foge ao objetivo deste trabalho tecer argumentos sobre a superioridade ou não da escrita sobre a fala. Abordamos, apenas, esse tema, em virtude de optarmos por trabalhar com um *corpus* de natureza escrita e, dessa forma, é viável defender a preferência, neste trabalho, por essa modalidade da língua, pois estamos evidenciando conceitos relacionados à tradição escolar, tradição esta que tem como objetivo primordial o ensino da compreensão e da produção de textos escritos em sua variedade formal.

Há de se argumentar, contudo, que a gramática escolar, em muitos casos, mostra-se radical à tradição de se manter o ensino da modalidade escrita formal ao paradigma escrito literário, sem levar em conta as vivências e o dia a dia do aluno, pois basear-se em exemplos ultrapassados e irreais não contribui para a eficiência da prática social do uso da língua nos diversos contextos.

Assim, faz-se necessário voltar o ensino de língua materna, tanto nas modalidades oral ou escrita, para uma postura mais dinâmica que possibilite o uso

²³ Atualmente, esse tipo de dúvida não é mais pertinente, pois o próprio Biber (2004), com colaboradores, produziu, por exemplo, uma Gramática da fala e da escrita da língua inglesa, através de exame de *corpora* eletrônicos, na qual atesta que tais diferenças existem e são quantificáveis.

de acontecimentos do cotidiano dos aprendizes, para que estes escrevam tomando como ponto de partida os fatos, os gêneros textuais que são relevantes no seu dia, ou seja, em suas vidas.

Nesse contexto de ensino, não podemos deixar de salientar as práticas ou metodologias que valorizem as duas modalidades da língua (oral e escrita), preparando o discente para a realidade da interação social, que pressupõe sempre uma norma comum a quem fala ou escreve e a quem ouve ou lê. Por isso, conforme Pauliukonis (2005), corroboramos a ideia de que não podemos negar a importância de um padrão linguístico ou paradigma, em todo ato interativo da linguagem, tendo sempre em mente a noção de como pode e deve variar esse paradigma, pois também entendemos que:

É consenso, por exemplo, hoje, que a língua é um Sistema, ou Código Social, formado por um conjunto de regras “obrigatórias” que garantem a sua unidade, através dos tempos, mas que possui vários subcódigos, ou subconjuntos de normas de realização, que se interpenetram e, por isso, preveem variedades de usos linguísticos, considerados válidos desde que estejam adequados a diferentes situações de formalidade ou informalidade e sejam aceitos como tais, em uma mesma coletividade. (PAULIUKONIS, 2005, p. 104)

Com isso, salientamos que nossa escolha em fazer alusão às modalidades escrita e oral é puramente de cunho didático, pois é através do padrão escrito formal real que iremos confrontar o padrão formal escolar como já foi dito na introdução desta tese. Passamos agora ao nosso capítulo analítico.

3 ANÁLISE E RESULTADOS

Este capítulo visa a descrever os passos da análise empreendida, bem como, o resultado das concordâncias, quando submetemos os dados aos processos de quantificação através do programa *WordSmith Tools*.

Nosso objetivo consiste em coletar, dentro dos *corpora*, as ocorrências, em relação aos casos facultativos de concordância verbal, conforme descrito no capítulo 2, e analisá-las de acordo com os propósitos descritos na introdução, quais sejam: a) investigar, quantitativamente, em *corpora* de natureza escrita formal do gênero jornalístico (opinião) a frequência em relação a alguns casos de facultatividade da concordância verbal, ou seja, do emprego do verbo no singular ou no plural; b) identificar que tipo de concordância prevalece e como se distribuem nos casos analisados; c) verificar como se comporta a concordância, contrastivamente, em termos de frequência e distribuição nos dois *corpora* (O Globo e Folha de S. Paulo).

3.1 Contornos estruturais para identificação das concordâncias

Analisaremos cada caso descrito no capítulo anterior de acordo com sua frequência e distribuição em relação a cada *corpora* (jornal *O Globo* e *Folha de S. Paulo*), comparando-os, a fim de testar a hipótese inicial descrita na introdução.

Enfatizamos, ainda, que referenciamos os exemplos retirados dos *corpora* com a indicação F ou G, correspondentes aos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, respectivamente.

Assim, começamos com as análises referentes à concordância do verbo com núcleos do sujeito ligados por “com”. Como explicitado no Referencial Teórico, os autores não se divergem no que tange à possibilidade de dupla flexão verbal (singular/plural), sem levar em conta algumas ressalvas referentes ao aspecto semântico abordadas por alguns desses autores.

Preferimos, para sermos mais didáticos, analisar as ocorrências de cada *corpus* separadamente, para depois contrastarmos as mesmas.

3.2 O caso I

Quando submetemos a palavra de busca “com” ao concordanciador do programa WordSmith Tools em cada *corpus*, separadamente, evidenciaram-se mais de 30.000 ocorrências para o jornal *Folha de S. Paulo* e mais de 8.000 ocorrências para o jornal *O Globo*. Porém, após depurarmos todas essas ocorrências, ou seja, selecionar as em que o “com” representa, realmente, a ligação entre núcleos de sujeito, verificamos que nos dois *corpora* não se evidenciou nenhuma ocorrência. Num primeiro momento, pensamos em invalidar de nossa pesquisa esse tipo de caso de concordância verbal, porém, consideramos pertinente mantê-lo em nossa análise, pois, como já dissemos nesta tese, nosso objetivo é colher, através do uso formal real da língua, dados empíricos que possam contrastar algumas prescrições gramaticais que, a nosso ver, já há muito se tornaram inconsistentes.

Dessa forma, esse caso de CV se tornou tão relevante quanto os outros que serão analisados adiante. Esse fato nos levou a indagar por que razão, em um *corpus* tão grande como o nosso, que representa o uso formal da língua, não houve nenhuma ocorrência em relação a esse tipo de sujeito.

Reportamo-nos a Lima (op.cit.) quando diz que, no caso dos sujeitos ligados por “com”, “o mais frequente é usar-se o verbo no plural, visto que ambos os sujeitos aparecem em pé de igualdade tal, que se podem considerar como enlaçados por “e” (p.396). Tal visão é compartilhada por Cunha & Cintra (op.cit., p. 503), já explicitada neste trabalho, pois esses autores também afirmam que o verbo irá para o plural quando os sujeitos estiverem em pé de igualdade, e a partícula *com* os enlaçar como se fosse a conjunção *e*.

Por esses pressupostos, e pelos dados empíricos colhidos, chegamos a conclusão de que, talvez, haja uma tendência para a supressão, principalmente, no uso formal real da língua, das construções em que aparecem núcleos de sujeitos ligados por *com*.

Em uma análise mais acurada, percebemos que essa tendência, a princípio, justifica-se, principalmente, pelo fato de haver uma semelhança da construção utilizando-se a partícula *com* em pé de igualdade com a conjunção *e*, ou seja, o *com* tem o mesmo papel do *e*, que no caso serve para enlaçar, unir os núcleos do sujeito.

Essa nossa análise se comprova pelos exemplos abaixo, retirados dos dois *corpora*.

- (1) Tony Blair, primeiro-ministro britânico, dizendo que a população de seu país **e** os líderes do G8 não se **intimidarão** depois dos atentados à rede de transporte de Londres na quinta-feira. (F)
- (2) Minha querida, João Alfredo **e** os outros municípios de minha base não me **faltarão**. (F)
- (3) Roque Carneiro, secretário particular de Paulo Maluf, após visitar o ex-prefeito no domingo pela manhã no prédio da Polícia Federal, explicando que Maluf **e** seu filho Flávio **estavam** bem, cada um deles em uma cela com banheiro, copa, telefone fixo e TV. (G)
- (4) Serra **e** Aécio já **negociam** com governo Lula", a compensação sugerida por Guido Mantega (Fazenda) entre a União e Minas Gerais seria por meio de repasses maiores. (G)
- (5) Diferentemente do que foi publicado no texto "Samba **e** ópera **são** opções alternativas" (Ilustrada, pág. E6, 1º/5) e no quadro que o acompanhou, a ópera "Orfeu" não tinha início às 20h30, e sim às 17h. (F)
- (6) O PT **e** o PSDB **têm** a mesma política econômica. (G)
- (7) Diferentemente do que foi publicado na reportagem "Os mais caros da cidade" (caderno Imóveis, 5/3), as ruas Curitiba **e** Joinville não **ficam** no Ibirapuera, e sim nos bairros do Paraíso e de Vila Mariana, respectivamente. (F)
- (8) "Geraldo Alckmin **e** Marco Maciel **visitam** a chácara da candidata do PFL ao Senado Kátia Abreu". (G)

(9)Diferentemente do que informou legenda de foto que acompanhou o texto "Mesa e cultura gaúcha **mesclam** influência de povos", a cidade de Passo Fundo (RS) não tem litoral. (G)

Nos exemplos apresentados acima, percebemos o emprego dos verbos sempre no plural com núcleos do sujeito ligados pela conjunção *e*. Entendemos que, nesses exemplos, seria pertinente o escritor do jornal empregar a partícula *com* que teria o papel de também unir os núcleos do sujeito, pois essa opção não invalidaria o conteúdo semântico da frase.

Corroboramos, com isso, as argumentações de Lima (op.cit.) e Cunha & Cintra (op.cit.) quando dizem que o *e* pode exercer a função do *com* em relação a esse tipo de sujeito.

Pelo que foi exposto, comprova-se que a tendência para esse caso de facultatividade de concordância verbal não está ligada ao emprego do verbo no singular ou no plural, mas sim, à substituição da construção prescrita pelas gramáticas tradicionais, ou seja, o uso do *com* como ligação entre os núcleos do sujeito para o uso do *e* que, como vimos, é a tendência formal real do uso da língua nas práticas sociais.

Partindo dos pressupostos apresentados, fica evidente que, em alguns casos, a prescrição gramatical dita regras que há muito não se concretiza na prática social. Assim, torna-se viável uma revisão em alguns aspectos relacionados ao ensino de língua materna, visto que, a escola prepara o aluno para conviver como um cidadão, não só integrante, mas participante da sua comunidade e, com isso, deve aprender, no que tange a Língua Portuguesa, os aspectos com os quais irá vivenciar no seu dia a dia.

No cerne dessa questão, entendemos, pelos dados empíricos, que não é válido prescrever esse tipo de regra nos compêndios gramaticais, visto que, na realidade formal, há uma outra tendência no uso da língua para esse tipo de sujeito.

3.3 O caso II

Passemos, agora, às análises referentes ao sujeito representado pela expressão quantitativa indefinida “um dos que”. Como explicitado no Referencial Teórico, os autores não divergem no que tange à possibilidade de dupla flexão verbal (singular/plural), sem levar em conta também algumas ressalvas referentes ao aspecto semântico abordadas por alguns desses autores.

Nossa análise evidencia algumas peculiaridades quanto ao emprego dessa expressão como sujeito, as quais não são contempladas nas abordagens tradicionais.

Iniciamos, então, com o *corpus* de textos de cadernos de opinião do jornal Folha de S. Paulo. Como já dissemos no capítulo 1, tendo por base a conceituação Hallidayana (HALLIDAY,1985) da língua como um sistema probabilístico, concordamos que, nessa teoria, a linguagem também é considerada um sistema formado por estruturas lexicais e gramaticais que estão à disposição do falante de uma língua e cuja probabilidade de ocorrência dependerá do contexto onde acontecem. Dessa forma, embora muitas formas linguísticas sejam possíveis teoricamente, na prática, elas são pouco comuns ou até mesmo não ocorrem.

Partindo desse princípio teórico, entendemos que não é necessário analisarem-se todas as instâncias de determinado padrão linguístico para se poder calcular a probabilidade de esse padrão ocorrer numa língua como um todo. Uma amostra representativa da variedade que se quer estudar pode servir para dimensionar como o léxico se comporta e como se distribui dentro da língua como um todo.

Com isso, de todas as ocorrências que o *concordanciador* do programa WordSmith Tools extraiu, selecionamos um número relevante para que seja substancial para nossa pretensão de análise. Os dados desse *corpus* revelaram, num primeiro momento, que a expressão quantitativa “um dos que”, raramente se apresenta como descrito nas gramáticas tradicionais, ou seja, como uma expressão única, isto é, sem nenhuma outra palavra entre o termo “um dos” e o “que”, como por exemplo: “*um dos motivos que* torna a negociação viável”. Das 104 (cento e quatro) ocorrências selecionadas nesse tipo de *corpus*, apenas 09 (nove) seguem essa estrutura. Salientamos que, em relação à estrutura variante “uma das que”, não

houve nenhuma ocorrência como expressão única. Abaixo, seguem alguns exemplos dessas ocorrências:

- (10) que preferem não ser identificados. Direito autoral "Em relação ao artigo "Carta a Zezé di Camargo" ("Tendências/Debates", 21/4), de Walkíria Barbosa, informo que o projeto de lei 532, se aprovado, institucionalizaria o "calote" de um setor **que é um dos que mais devem** direitos autorais há quase 20 anos. (F)
- 11) Tomemos um eleitor fictício - alguém que teve o esforço de cavar informação para definir seu candidato a deputado, **um dos que preenchem os requisitos** mínimos para o exercício de um cargo público. (F)
- (12) Qualquer que seja, o espírito da coisa foi muito bem retratado em frase do deputado Givaldo Carimbão (PSB-ES), **um dos que votaram a favor** da obscenidade, na reunião da Mesa com os líderes(F)
- (13) Por um erro de edição, o deputado Paulo Magalhães (PFL-BA) foi citado no quadro dos parlamentares suspeitos do caso dos sanguessugas **como um dos que teriam recebido 10%** de propina. (F)
- (14) É uma vergonha o que fazem esses parlamentares indignos, que envergonham a todos os brasileiros. Não prego o fechamento do Congresso porque **fui um dos que lutaram** pela redemocratização no nosso país. (F)
- (15) A TV Nacional, emissora da Radiobrás, estreou uma nova grade de programação no dia 13 de fevereiro. Novos programas entraram no ar e outros saíram. **Um dos que saíram** foi o "Notícias de Brasília". (F)

(16) No Congresso, no frigir dos ovos podres, ninguém é punido, a contravenção é contemplada pela generosidade suspeita de cada **um dos que deveriam** nos representar, tudo "por falta de provas". (F)

(17) Acho que estaríamos bem servidos com Serra, Aécio ou Tasso, nem por isso irei votar neles entre outras razões porque não votarei em ninguém. Mas que são bons, são. O que não me parece boa é a reunião dos quatro para decidir pelo partido, **um dos que podem**, com alianças espúrias ou não, chegar lá. (F)

(18) ... liquidez daqui para frente, os agentes serão mais seletivos, separando o joio do trigo: como na fábula da cigarra e da formiga, quem aproveitou os anos de bonança para "arrumar a casa" estará mais seguro e sofrerá menos. Sem dúvida, o Brasil **foi um dos que mais bem aproveitou** os ventos externos para melhorar seus fundamentos, especialmente no que diz respeito ao balanço de pagamentos. (F)

Em relação à facultatividade na concordância, percebe-se que há a preferência pelo emprego do verbo no plural, pois, de todas as ocorrências, apenas em 23 (vinte e três) o verbo foi empregado no singular, conforme os exemplos:

(19) Ninguém ignora que o excesso de legendas -muitas delas de aluguel- é **um dos motivos que torna as negociações** parlamentares no Brasil tão complexas, difíceis e permeáveis à corrupção. (F)

(20) **Sou um dos otários que, na década de 80, entusiasmado com o motor a álcool, comprei** um modelo que usava esse combustível. Muito decepcionado com o seu funcionamento, jurei nunca mais ter outro. (F)

- (21) Quadro sobre Ronaldinho na revista "O Escreta" não listou Vanderlei Luxemburgo como **um dos técnicos que o dirigiu** na seleção brasileira. (F)
- (22) Vem a propósito ressaltar esse ponto, porque **um dos fatos que, segundo se sabe, seria** divulgado é a participação do ex-ministro da Saúde José Serra na distribuição de ambulâncias. (F)
- (23) Depósitos de companhias de transporte urbano em favor de Sérgio Gomes da Silva -o assessor que conduzia o veículo com Celso Daniel na noite em que este foi seqüestrado- confirmaram o que dissera **um dos empresários que denunciou o esquema** em Santo André. . (F)
- (24) O quixotesco **Oscar Niemeyer, um dos "problemáticos" que ainda insiste em ser de esquerda**, recebeu uma homenagem inglória ao completar 99 anos. . (F)

Como já dissemos, na maioria das ocorrências, o verbo foi empregado no plural. Esse fato denota que há uma consciência sintática muito firme entre os escritores do jornal em relação à língua padrão, pois suas escolhas corroboram a lógica gramatical (a concordância com o relativo *que*) segundo Cegala (2008) e Bechara (2005). Com isso, os dados provam que o uso do verbo no singular não é a tendência de uso formal da língua, confrontando, dessa forma, a visão de Lima (2005), que afirma ser essa a construção, talvez, mais lógica.

Convém enfatizar, ainda, a afirmação de Cunha & Cintra (2007, p. 515) quando dizem: “nos casos em que o relativo *que* vem antecedido das expressões *um dos, uma das* (+ substantivo), o verbo de que ele é sujeito vai para a 3ª pessoa do plural ou, mais **raramente**, para a 3ª pessoa do singular”.

Verificamos, portanto, que essa postulação dos autores se concretiza nos dados colhidos, pois a tendência na construção *um dos, uma das* (+substantivo) é o emprego do verbo no plural, conforme exemplos 25 a 30 abaixo.

- (25) **Uma das coisas que mais impressionam** quem se interessa pela escolha profissional dos economistas estrangeiros nascidos entre 1930 e 1950, e que, posteriormente, ganharam notoriedade pelo calibre de sua contribuição teórica e rigor na investigação empírica, é a quase unanimidade da resposta: sofreram, junto com suas famílias... (F)
- (26) A frase é de Roger Peyrefitte, descrevendo o ambiente da Universidade do **Cairo por ocasião de uma das crises que envolviam** o nacionalismo árabe. (F)
- (27) Proposta como essa beneficiaria **uma das facções que disputam as eleições**. (F)
- (28) O banho é **uma das coisas que minimizariam** o contato com a doença. Jacob Zuma, ex-vice-presidente da África do Sul, acusado de estuprar uma portadora do HIV, dizendo que tomou uma ducha após a relação sexual com a intenção de diminuir a chance de contrair o vírus causador da Aids, ontem na Folha. (F)
- (29) **Uma das coisas que me faziam adorar** ler a Folha era poder apreciar as belas ilustrações que vinham com os textos. (F)
- (30) **Uma das acusações que perseguem o governo** Lula, reforçada por recentes acontecimentos, é que houve um aparelhamento do Estado brasileiro com a ocupação dos cargos de confiança por pessoas identificadas com o projeto vencedor nas eleições de 2002, ou seja, por petistas e aliados. . (F)

Os dados mostraram, ainda, que esse tipo de sujeito apresenta alguns tipos de construções padronizadas, tais como:

- a) *um dos, uma das* + substantivo + que:

(31) Aborto: um dilema para o eleitorado católico BERTRAND DE ORLEANS E BRAGANÇA Os candidatos não viram todo o potencial político que teriam à disposição caso se opusessem à esquerdização que vai arruinando **o país um dos fenômenos que** mais se **têm** generalizado na realidade político-social das sociedades modernas é o divórcio profundo entre o público, de um lado, e o mundo político, a mídia e a publicidade, de outro. (F)

(32) Onde a oferta de vagas nas escolas atendeu à demanda, podemos dizer que os dois objetivos, bem ou mal, foram atingidos. A ideia do emprego é **um dos anacronismos que persistem** no processo de formação de nossos universitários (F)

(33) Filmes são raros e, quase todos, elitistas, na abordagem direta das atividades daquela época recente -sejam elas da esquerda ou da direita. Uma das boas exceções é "Vlado", de João Batista de Andrade. **Uma das seqüências que mais impressionam** no brilhante filme foi rodada na praça da Sé, onde o cineasta faz perguntas sobre os fatos que envergonharam o Brasil. (F)

b) *um dos, uma das* + substantivo + advérbio + adjetivo + que:

(34) Não fosse a ação do aparelho judicial e policial isento -que ainda existe-, a imprensa estaria destruindo **uma das reputações mais corretas** que existe no meio político brasileiro. Merece um ato de desagravo de todos os brasileiros de bem a nefasta atitude de pé. (F.01)

(35) Quero falar **de um dos caras mais chatos que** já andaram por nossas plagas. Usa chapéu, parece que de palha, que faz parte de seu visual básico, como o báculo e a mitra fazem parte do equipamento profissional de um bispo. (F)

Em relação aos exemplos (34) e (35), entendemos que a noção de advérbio de intensidade não existe em teorias mais recentes, para as quais só é advérbio aquilo que modifica o verbo. Não convém, aqui, entrar nos pormenores a respeito dessa questão por não fazer parte de nosso objetivo de análise. Porém, fizemos questão de apresentar esse tipo de construção, a título de ilustração, baseando-se, ainda, na teoria gramatical escolar.

c) *um dos, uma das* + adjetivo + substantivo + adjetivo + que:

(36) Além da questão estética, é importante destacar que a publicidade de rua é o motor de **uma das principais atividades criminosas que ameaçam** o tecido do poder público: com leis confusas, obscuras e contraditórias, o mercado é regulado por uma...(F)

(37) Será mais **uma das infinitas informações jornalísticas que** nos assediam todos os dias e que passam com a velocidade das notícias sensacionalistas. (F)

d) *um dos, uma das* + adjetivo + substantivo + que:

(38) O Brasil é **uma das poucas exceções que utiliza** como indicador a relação dívida líquida do setor público/PIB. Esses indicadores evoluíram diferentemente nos últimos anos: a dívida bruta/ PIB tem crescido 7,4% ao ano, enquanto a dívida líquida/PIB revela um crescimento de 5,2%. (F)

e) *um dos, uma das* + advérbio + adjetivo + substantivo + que:

(39) O fato é que todos desceram dos ônibus enfurecidos. Avançaram com paus e pedras. **Foi uma das mais violentas manifestações que** se tem notícia dentro das dependências do Congresso. O estouro de uma boiada, sabe-se, ocorre por (F)

Em relação ao *corpus* de textos de cadernos de opinião do jornal *O Globo*, em relação às concordâncias extraídas pelo programa *WordSmith*, foram selecionadas 48 (quarenta e quatro) ocorrências.

Primeiramente, um dado relevante a se notar, é a preferência também pelo emprego do verbo no plural. Das ocorrências, 38 (trinta e oito) foram construídas com o verbo no plural e 10 (dez) com o verbo no singular. Abaixo, apresentamos as ocorrências com o verbo no singular:

- (40) incompetente governo de George Bush e pela baixa popularidade das 'coisas americanas' no mundo, **foi apenas um dos fatores que proporcionou** um ambiente ideal para que se buscasse uma mudança...(G)
- (41) **Ontem, um dos PMs que executou** João Roberto foi absolvido pela Justiça. A mesma que decidiu indenizar a família, ...(G)
- (42) Minha mãe foi levada para o quartel da PE na Barão de Mesquita, onde foi **humilhada e um dos "patriotas" que a conduziu** assumiu de forma permanente a guarda do relógio que entrou com ela ...(G)
- (43) De todos os subsídios embutidos na conta de luz do brasileiro, o programa Baixa **Renda é um dos poucos que merece** ser preservado e aprimorado pela sua relevância social. (G)
- (44) ...na história do país a partir da crença de que a escola precisa "formar talentos esportivos", afinal, **este foi um dos assuntos que mais me chamou** a atenção na matéria feita pelo jornal. Será este o foco: incentivar...(G)
- 45) **É um dos poucos assuntos que mobiliza** o povo brasileiro e talvez o único que coloca em pé de igualdade...(G)

- (46) Nacional voltou a discutir **um dos temas mais polêmicos que continua provocando** acalorados debates: o financiamento público das campanhas eleitorais. (G)
- (47) Relaxem, essa é só **mais uma das incoerências que se somará** às muitas outras da contraditória, mas "imperdível, sob qualquer circunstância... (G)
- (48) **Em uma das muitas avaliações que faz de seu trabalho**, ele declara: ...(G)
- (49) Ainda que o Rio encontre-se envolto sob o contexto **de uma das mais violentas guerras urbanas que já se teve notícia** na história policial, não se pode negar que o sólido modelo da UPPs é capaz de enfraquecer o poder paralelo, situação inimaginável até então...(G)

Nesse *corpus*, percebemos o mesmo padrão de emprego desse tipo de sujeito como no *corpus* do jornal *Folha de S. Paulo*, conforme:

a) *um dos que, uma das que* como expressão única e verbo no plural:

- (50) Artigo do leitor Eliel Martins **Sou um dos que estão** sofrendo com a falta das vans. (G)
- (51) Crítica: erro na forma do verbo Certo: **...foi um dos que desapareceram** sem deixar rastros. (G)
- (52) Contudo, **um dos que figuram entre os gritantemente** graves e que mais **assustam** é o da agressão aos professores. (G)
- (53) o Adelson Rodrigues, morador do Tauá, **é um dos que reclamam da** pressão fraca da água, o que ocorre com frequência. (G)

(54) **Eu fui um dos que votaram** em Collor para presidente da República, infelizmente. E sofri prejuízos financeiros. Lamentavelmente. (G)

(55) As questões foram consideradas fáceis por eles. Anna Bandim, de 19 anos, **foi uma das que responderam às questões.** (G)

b) *um dos que, uma das que* + substantivo + que com verbo no plural.

(56) **Um dos problemas que tiram o** sono de Obama é seu plano de reforma do sistema de saúde, cuja meta é não... (G)

(57) A grande maioria desses administradores municipais irá migrar **para um dos partidos que venham** a compor a base aliada, preferencialmente o partido do presidente da República. (G)

(58) Quer dizer que uma menina de 9 anos é violentada pelo padrasto - **um dos bichos que convivem conosco** sem sabermos -, corre risco de morte por uma gravidez tão precoce. (G)

(59) A construção da Avenida **Central foi um dos eventos que marcam** o período republicano. (G)

(60) "juízes" xingaram a estudante e a ameaçaram, provocando **mais um dos alvoroços que muitas vezes ficam** por aquilo mesmo, impunes e arquivados . São atitudes que crescem... (G)

(61) Eram funcionários da Cetro, **uma das empresas que formavam** o consórcio responsável... (G)

(62) Com o escambo e o trabalho escravo indígena, se inicia o ominoso processo de aniquilamento e desmoralização **de uma das raças que formaram o povo brasileiro**, e o que é mais grave, seu genocídio físico e cultural sob o olhar do... (G)

(63) Uma vez completado o mosaico, torna-se extremamente difícil retirar qualquer **uma das pedras que o compõem**. (G)

c) *um dos que, uma das que* + adjetivo + *que* com verbo no plural.

(64) No futuro, analfabeto será quem não souber usar o computador. Por incrível que pareça, **eu fui um dos medrosos que temiam** o uso do computador! (G)

(65) Como o prefeito Eduardo Paes é recém-empossado, suponho que este indivíduo seja **mais um dos apadrinhados que vão loteando** a máquina pública e que nada entendem do que significa um parque público. (G)

d) *um dos, uma das* + adjetivo + substantivo + *que* com verbo no plural:

(66)...é o nome escolhido, "por acaso", para **uma das modernas pistas que estão sendo construídas ligando** o centro da cidade a Taguatinga. (G)

(67) inclusive em Angra dos Reis, pode ser apontado com uma **das principais razões que favorecem este** e tantos outros problemas com o solo. (G)

Convém aludir, aqui, a Pasquale & Ulisses (1998, p. 484) quando afirmam que “A tendência, na linguagem corrente, é a concordância no singular”. A afirmação dos autores não se comprova, pois fica evidente, nos exemplos acima, que o eixo em torno do qual gira a CV é o gramatical, ou seja, a concordância com o relativo *que*, conduzindo o escritor a empregar o verbo no plural, tipo de construção que apresentou, no *corpus* da *Folha de S. Paulo* 78% de ocorrências e no jornal *O Globo* 79%. Isso, talvez, autoriza não se aludir mais, nas gramáticas normativas, regras facultativas a esse respeito, pois, a tendência colhida dos dados empíricos nos

mostra a irrelevância de se continuar postulando duas regras de concordância para esse caso.

3.4 O caso III

A terceira análise que faremos refere-se a núcleos do sujeito ligados pela conjunção “nem”. Segundo os autores apresentados no Referencial Teórico, esse tipo de sujeito, normalmente, conduz o verbo para o plural, sendo, porém, explicitado que, às vezes, pode-se empregá-lo no singular, se o fato expresso pelo verbo só puder ser atribuído a um dos sujeitos, isto é, se houver a ideia alternativa ou quando se quer destacar apenas um dos núcleos.

Porém, as evidências dos dados revelaram que essa 2ª hipótese (sujeito no singular) não é relevante, mesmo nos casos em que se pode ter a ideia de alternância ou quando se pode enfatizar um dos núcleos. Em relação a esse tipo de concordância, o *corpus Folha de S. Paulo*, apesar de ser considerado grande, apresentou, apenas 30 (trinta) ocorrências, das quais, apenas em 02 (duas) evidenciou-se o emprego do verbo no singular, conforme exemplos abaixo:

- (68) A perda de arrecadação é o motivo alegado para não fazer esse reajuste. **No entanto nem este nem nenhum governo pós-1988 teve a iniciativa** ou seria a coragem? de instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto pela Constituição. (F)
- (69) O poder incumbente leva uma vantagem imensa sobre seus contendores, resumida na segunda lei de Tancredo: "Na eleição, **não interessa nem a Bíblia, nem o "Das Kapital"**, apenas o "Diário Oficial"..." (F)

No exemplo (68) acima, fica evidente que o escritor dá ênfase ao substantivo “governo”, que é elíptico após o pronome “este”, por isso, há a ideia de um só núcleo, conduzindo-o, talvez, com isso, a fazer a concordância no singular.

Nos demais exemplos, verificamos todas as concordâncias no plural:

(70) Nessa hora, vale lembrar do narrador João Guimarães Rosa, cujo "Grande Sertão: Veredas" completa agora 50 anos de vida, que um dia anteviu a "terceira margem do rio". É um lugar imune ao binarismo, onde não **existem nem vencidos nem vencedores**. (F)

(71) Nessas hipóteses, **nem lei nem emenda podem** ser objeto de deliberação para modificar a Constituição. (F)

(72) Se tem dinheiro caindo do céu, para que perguntar a origem? Se caiu supostamente do céu, para que devolver? **Nem Deus nem o diabo**, afinal, **têm** um tesoureiro devidamente nomeado e fácil de reconhecer na praça da Sé ou em qualquer outra. (F)

(73) Como chegar lá, que é o que faz a diferença numa eleição com dois candidatos, ninguém diz. Fica a sensação de que **nem Lula nem Alckmin têm** noção exata de quais seriam suas prioridades de governo a partir do ano que vem. (F)

(74) O leitor fica sabendo na entrevista que **nem FHC nem o ex-prefeito José Serra**, pré-candidato à sucessão estadual, **telefonaram** a Lembo na fase aguda da ação criminosa. (F)

(75) Cada um tem os seus ídolos quando se trata propriamente de futebol, mas, durante uma Copa, valor mais alto se levanta. Não é Ronaldinho Gaúcho, nem o outro Ronaldo, **nem Kaká nem Cafu nem Parreira que contam e cantarão vitória** - se ela vier mesmo. (F)

(76) **Nem Lula nem o tucano Geraldo Alckmin**, segundo colocado nas pesquisas para a eleição de outubro, **prenciam** inflexão

rumo a um modelo heterodoxo de conduzir a economia nos próximos quatro anos. (F)

(77) Mesmo que Alckmin quisesse fazê-lo, quisesse aumentar para cem anos a idade mínima de aposentadoria ou outras maldades do gênero, **nem ele nem nenhum outro presidente (nem Margaret Thatcher, tida como símbolo-mór do liberalismo) teriam** coragem de fazê-lo. (F)

(78) Digo isso me lembrando do que ouvia nas ruas quando João Figueiredo era o presidente da República e do fracasso de sua política agrícola, com o famoso: "Plante que o João garante!". **Nem ele nem Delfim garantiram** coisa nenhuma. (F)

(79) Esse, porém, é um assunto que **nem Bush nem os democratas querem** debater abertamente. Nos EUA ou no Brasil, eleições tornaram-se o momento de calar sobre temas importantes. (F)

(80) Praticamente um por dia, sempre com a presença de repórteres desse jornal, que nunca registraram qualquer ação semelhante. No entanto, **nem isso, nem reiteradas** explicações desta assessoria **evitaram** que o título ("Gestão Serra leva...") tratasse injustamente o caso como se fosse ação do governo Serra. (F)

(81) **Mas nem Serra nem Aécio vão** endossar o jogo do tapetão, que o primeiro, a amigos, chama de "golpe". (F)

(82) Lembro que foram seqüestradas pela Justiça milhares de peças, diversas delas de grande valor, o que mostra que **nem eu nem a Cid Collection** jamais **tivemos** a intenção de dissipar a coleção. (F)

(83) Dizem não ter ouvido soluções para os gargalos na área de transportes e energia **nem PT nem PSDB deram** conta do recado. (F)

Nos casos de sujeito posposto, é comum também o verbo ser empregado no plural, isto é, concordando com a totalidade dos termos:

(84) Aí, a história do Brasil e a da Varig se encontraram, para azar da Varig. **Não deram certo nem gestão privada nem apoio estatal** (de diferentes maneiras) nem se deixou dar a solução sempre cruel de mercado...(F)

Pelos exemplos 70 a 77 acima, podemos perceber que o verbo poderia ser empregado no singular, pois enfatizaria um dos núcleos, sem prejuízo do conteúdo semântico da frase. Porém, como já dissemos, há uma preferência pelo emprego do verbo no plural, ou seja, a tendência formal real é, talvez, conduzir, intuitivamente, a concordância do verbo com a totalidade dos termos ligados pela conjunção *nem*, perdendo-se, com isso, a noção de ênfase a apenas um dos núcleos.

Em relação ao *corpus* do jornal *O Globo*, após a extração das concordâncias, evidenciaram-se, apenas, 12 (doze) ocorrências, das quais apenas em 01 (uma) o verbo foi empregado no singular, conforme exemplo:

(85) Nem pensar. **Não sou eu, nem meu vizinho que decide** a hora de dormir, e sim os moços que tocam na banda do bar. (G)

No exemplo (85), via de regra, o verbo poderia também ser empregado no plural, enfatizando a totalidade dos núcleos. A construção acima justifica-se, talvez, pela presença do pronome relativo *que*, o qual, segundo a regra, conduz o verbo a concordar com o antecedente quando este for sujeito da oração. No caso apresentado, temos dois núcleos do sujeito, por isso, a construção no plural, como já dissemos, seria gramaticalmente válida. Porém, aprouve ao escritor escolher a forma singular, talvez, induzido pelo termo mais próximo ao pronome relativo.

Nos demais exemplos, há a predominância do verbo no plural, de acordo com os exemplos abaixo:

- (86) **Nem o código nem o instituto penal contemplam** a figura milícia. O que caracteriza a milícia carioca, o fenômeno que está acontecendo aqui, é uma série de desvios de (G)
- (87) Há a necessidade de um órgão que tenha autoridade, que a exerça, que multe realmente, que prenda os recalcitrantes, pois como está **nem a Marinha, nem a PF ou as polícias estaduais têm** meios suficientes para tal missão. (G)
- (88) E o que falar da potencialidade enorme da energia solar? **Nem o vento, nem o sol vão** cobrar royalties pelo uso de suas energias! (G)
- (89) **Nem um nem outro exemplo são** os melhores para nós. Devemos proteger nossos filhos e morrer por eles, mas até o limite que isso não ponha em xeque (G)
- (90) **Nem o texto da chamada nem a manchete interna são** tão afirmativos: (G)
- (91) e hoje segue sendo uma terra de ninguém, onde **nem o governo de Islamabad nem as forças dos EUA conseguem** entrar. (G)
- (92) ...e trocariam votos e favores com visões bem mais prosaicas a que **nem Obama nem "o cara" poderiam atender.** (G)
- (93) Se de um lado temos um pai que não conseguiu proteger a filha, temos do outro aquele que protege o filho do Estado e desacredita as leis. **Nem um nem outro exemplo são** os melhores para nós. (G)
- (94) **Nem o vento, nem o sol vão** cobrar royalties pelo uso de suas energias! (G)
- (95)...e trocariam votos e favores com visões bem mais prosaicas **que nem Obama nem "o cara" poderiam atender.** (G)

(96) **está nem a Marinha, nem a PF ou as polícias estaduais têm**
meios suficientes para tal missão. (G)

Com isso, fica evidente, no caso apresentado, que há sempre uma preferência pela lógica gramatical, ou seja, verbo concordando com os dois núcleos e não com a ideia de alternância. Entendemos, talvez, que a construção gramatical, principalmente em textos formais, parece já estar na intuição do falante.

Atemo-nos à afirmação de Cunha & Cintra (op.cit.), já mencionada no capítulo 2, em que há uma tendência, na linguagem coloquial, de anular as distinções entre a concordância com os dois núcleos ou com a ideia de alternância. Nesse caso, percebemos que existe, realmente, a anulação dessas distinções, porém, como vimos, é na linguagem formal.

Da mesma forma que o caso I e II, porém com mais ênfase, postulamos a incoerência gramatical em aludir duas regras para o caso exposto, pois, mais uma vez, como vimos, há uma tendência, ou seja, uma opção de escolha para o emprego do verbo no plural que, nesse caso, sobrepõe, sobremaneira, a opção pelo uso no singular.

Salientamos, ainda, que o número pequeno de ocorrências em relação a esse tipo de sujeito, apesar de estarmos diante de um *corpus* considerado médio-grande, em nenhum momento invalida nossa hipótese de contrastar a prescrição gramatical com a realidade formal da língua. Pelo contrário, as evidências nos mostram que a prescrição em relação a essa questão gramatical se torna inconsistente, a nosso ver, por dois motivos:

- i. a forma do verbo no singular, pelo critério de probabilidade na análise linguística, não é relevante, devendo, portanto, não ser aludido nos compêndios gramaticais, ou talvez, apenas, os casos pontuais;
- ii. a pouca representatividade em relação ao número de ocorrências dentro desse tipo de *corpus* aponta para o fato de que esse tipo de concordância não é representativo no uso da língua em contextos

formais reais, por isso não se sustenta mais a sua prescrição nas gramáticas atuais.

Dessa forma, entendemos que os compêndios gramaticais não retratam uma realidade e, no que tange a suas prescrições em relação a essa questão, a maioria deles exemplificam os casos com exemplos literários e, quando se utilizam de outros tipos de exemplos, a nosso ver, parecem ter sido criados pelo próprio gramático. Esse fato se justifica, talvez, por não haver, na realidade, um número satisfatório de exemplos para que sejam citados como nessas obras.

3.5 O caso IV

Analisaremos neste subitem o quarto caso, que se refere à concordância do verbo com núcleos do sujeito ligados pela conjunção disjuntiva “ou”. Conforme explicitado no capítulo 2, de forma geral, a maioria dos autores referenciados nesta tese são passivos em relação à prescrição de regras para esse tipo de sujeito. Assim, tratam desse caso, aludindo à ideia de exclusão ou de soma dos núcleos. Bechara (2005) acrescenta, ainda, a noção de retificação de número gramatical e identidade ou equivalência.

Portanto, passemos à análise dos dados colhidos através do nosso programa de extração de concordâncias. Seguindo a mesma linha, começemos com os exemplos retirados do *corpus* extraído do jornal *Folha de S. Paulo*.

Após submetermos o *corpus* ao concordanciador, o programa listou uma relação com cerca de 12000 (doze mil) concordâncias com a palavra de busca “ou”. Em virtude de ser exaustiva a apreciação de cada um desses itens, e pelo critério de probabilidade na análise linguística, verificamos, apenas, 2000 (duas mil) dessas concordâncias, para extrairmos somente aquelas ocorrências em que, verdadeiramente, o *ou* liga núcleos de sujeito composto.

Da análise feita, evidenciamos 31 (trinta e uma) ocorrências da conjunção disjuntiva *ou* ligando núcleos de sujeito composto.

No que tange ao aspecto ligado à facultatividade da concordância nesse tipo de caso, o *corpus* evidenciou, diferentemente dos casos analisados anteriormente,

uma equiparação entre a construção no singular, priorizando a ideia de exclusão, ou no plural, concordando com os dois núcleos. Com isso, tivemos 15 (quinze) ocorrências com o verbo no singular e 16 (dezesesseis) com o verbo no plural. Seguem, abaixo, os exemplos no plural:

(97) O mundo é hoje mais perigoso que em 2001. Mas, se **a ameaça do terrorismo da Al Qaeda ou o risco da arma atômica de Pyongyang ou Teerã** são maiores que antes, a culpa não é da ONU. (F)

(98) Chegou a hora de as injustiças realmente diminuïrem com a participação justa de todos. **As cotas e/ou uma política de partilha podem ajudar** a alcançar essa meta num prazo mais curto. Cotas por carência e mérito e a contribuição possível para financiemen. (F)

No exemplo (98), entendemos que, pela lógica, (no sentido restrito) “e/ou” tenderia a ser plural. “A e/ou b” correspondem a: i) ou é A; ii) ou é B e iii) ou são A e B. Como “e/ou” exprime disjunção inclusiva, é quase aditivo, o que talvez faça o falante “pensar” em plural.

(99) em regime disciplinar diferenciado, de forma indefinida, por questões de segurança. Talvez fosse oportuno que, antes de proclamar erros, **a reportagem ou o editor tentassem** contato com o Tribunal de Justiça. (F)

(100) Secretários de segurança, **chefes de polícia ou comandantes da PM têm** poder para mexer com comandos, titularidades e contingentes policiais em 92 municípios. (F)

(101) É apenas um espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia, coragem e sorte para desfechar o golpe. **O ladrão ou o**

assassino típicos sabem que apelarão para a violência na fase final de suas ações. (F)

(102) Claro que **um caseiro Francenildo ou o motorista Francisco Chagas da Costa**, no caso atualíssimo, não **deveriam**, para nosso maior conforto, **desconfiar ou se interessar** pelo porquê. (F)

(103) É apenas um espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia, coragem e sorte para desfechar o golpe. **O ladrão ou o** (97) (97) **assassino típicos sabem** que apelarão para a violência na fase final de suas ações. (F)

(104) A economia fala alto na avaliação. Mas a fidelidade a **um "contrato político" ou a oferta de esperanças** realistas **são** essenciais ao candidato. (F)

(105) Desejam o tempo de propaganda gratuita a que **a aliança ou a candidatura própria dariam** direito e, subsidiariamente, o aumento da capilaridade da campanha com arranjos regionais. (F)

(106) Sempre que há oportunidade, e **a polícia ou a mídia** não se **intrometem**, a tendência humana é se livrar dos problemas que ela mesma cria e mantém. (F)

(107) Dá para imaginar o que **Quentin Tarantino ou Oliver Stone** **fariam** com o texto de Sergio Costa de 7/9 ("Cidade sitiada")? Claro, um filme de ficção! Único plano em que se poderia imaginar tal conjuntura. (F)

(108) Um ponto que fica evidente é que, à falta de provas, se abusou de suposições e insinuações, não se afirmando que **uma prática ou um recurso** utilizado **eram** destinados a alguma finalidade ilegal, mas que seriam, provavelmente ou supostamente, destinados a isso. (F)

- (109) o que sua eleição se deva às alianças feitas em torno de seu nome, de seu passado e da atual conjuntura econômica e social do Chile. **Um homem ou uma mulher seriam** a mesma coisa desde que representassem a vontade de um povo soberano e livre. (F)
- (110) Espera-se que apresentem logo os seus argumentos e os seus próprios cálculos a fim de que o **conselho ou a corte** suprema **possam** dirimir todas as dúvidas. (F)
- (111) Sempre que há oportunidade, e **a polícia ou a mídia** não se **intrometem**, a tendência humana é se livrar dos problemas que ela mesma cria e mantém: mata-se e rouba-se. (F)
- (112) Devem ainda tentar um basta nas eternas briguinhas de tendências que impediram **José Eduardo Cardozo ou Sigmaringa Seixas** de **disputarem** a presidência da Câmara. Além disso, Lula deverá contar no Executivo, se for reeleito, com reforços. (F)

Dos exemplos apresentados acima, é nítida a possibilidade de o fato expresso pelo verbo poder ser atribuído aos dois núcleos, por isso é prático e, talvez, mais intuitivo, fazer a concordância com o verbo no plural. Nesse caso, entendemos que não é difícil para um aluno do ensino fundamental ou médio apropriar-se dessa regra, visto que, a opção pela forma do verbo no singular é de cunho puramente semântico e enfatizador, pois, em nenhum dos exemplos apresentados, o fato expresso pelo verbo refere-se, única e exclusivamente, a um dos núcleos do sujeito.

Abaixo, apresentamos as ocorrências com o verbo no singular:

- (113) Só pessoas equivocadas quanto à natureza do fato literário repudiam um livro por sua casuística religiosa. **O enredo ou tema de um livro não é** o que o torna bom ou mau.

Em (113), justificamos o emprego do verbo no singular, pois entendemos que, se temos termos sinônimos ou quase sinônimos ligados por “ou”, é “natural” que prevaleça o singular.

- (114) **Quando um cidadão comum ou um político presta** depoimento na Polícia Federal, lá estão os jornalistas com seus gravadores e seus microfones para registrar tudo.
- (115) Não sei **se o repórter fotográfico ou o jornal pensou** na repercussão que essa foto terá no mundo e que imagem fará do Brasil.
- 116) Continua em vigor a regra: toda vez que **um deputado ou senador não tem** uma ideia, o Brasil melhora. Infelizmente, não foi o caso agora.
- 117) O enredo ou tema de um livro não é o que o torna bom ou mau. Seu valor e desvalor têm a ver com forma, apenas. **A maturidade literária ou a maturidade crítica exige** conhecimento.
- 118) ter posição dominante no mercado mundial e mais que 90% das reservas em exploração é antes um obstáculo, e não uma vantagem, **pois nenhum país ou empresa aceita** uma dependência exagerada em relação a um único fornecedor.
- 119) Nossa federação, na verdade, é um império disfarçado. **Para que uma região ou cidade obtenha** o retorno dos impostos pagos pelos seus habitantes, ela se torna refém dos deputados e senadores que, intermediários de luxo, entre...

- (120) A essas questões se junta, agora, uma nova: **deve o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ou o governo intervir** nessa crise?

Em relação ao exemplo (120), salientamos que nas locuções verbais (no caso “deve intervir”) o infinitivo não se flexiona. É uma regra geral, aplicável com ou sem “ou”. Apesar de não ser um exemplo aplicável ao nosso tipo de análise, fizemos questão de mantê-lo como ilustração de um caso a parte.

- 121) Após duas ou três horas de apelos emocionados, parece **que o baterista, ou outro qualquer, dignou-se** a aparecer na sacada.
- 122) Porque o povo é condenado à ignorância. Porque a Justiça não dá cadeia para o lobby da propina empresarial e política. Casuísmo, **político ou financeiro, move** a maioria.
- 123) Penso o mesmo sobre mulheres de presidentes anteriores ou maridos de presidentas do futuro. É claro que **qualquer cidadão ou qualquer cidadã deve** atuar publicamente.
- 124) Portanto nem o trecho citado nem qualquer outra parte do depoimento a que tive acesso na CPMI dos Sanguessugas **faz menção a nenhuma data ou gestor que estava** à frente da pasta.
- (125) E o pasmo é maior quando fico sabendo que **determinado técnico ou político está** cotado para dirigir as finanças, as obras públicas, as endemias rurais, a reforma agrária, a segurança pública e a Previdência Social.
- (126) A autoridade lacra um estabelecimento como um bar, tem em vista proibir que ali se exerçam atividades comerciais, não

impedir que **o proprietário ou o locatário tenha** acesso ao imóvel.

- (127) **Quando um cidadão comum ou um político presta** depoimento na Polícia Federal, lá estão os jornalistas com seus gravadores e seus microfones para registrar tudo.

Segundo a maioria dos autores citados no Referencial Teórico, o verbo, nesse caso de CV, pode concordar com o sujeito mais próximo se a conjunção indicar exclusão, alternância ou retificação. Em relação a essa regra, entendemos que somente os exemplos (115), (124) e (125) acima, se enquadram nessa prescrição.

Se analisarmos as frases semanticamente, verificaremos que, em (124) somente o *gestor* poderia estar à frente da pasta. Em (125), a atribuição de dirigir as finanças, as obras públicas etc. recairá a apenas um dos elementos, por isso, temos um caso de exclusão. E em (115) "Não sei **se o repórter fotográfico ou o jornal pensou..**" entendemos que há uma exclusão do núcleo *jornal*, enfatizando a ação de pensar, que só pode ser atribuída a algo (+animado). Porém, nossa análise não invalida o emprego do verbo também no plural, pois a ideia que o escritor quis veicular quando faz menção a *jornal*, é de querer, talvez, se referir a um ser também (+animado), ou seja, ao editor-chefe ou a outras pessoas que estejam diretamente ligadas à veiculação da matéria.

No que se refere ao *corpus* referente ao jornal O Globo, o concordanciador listou 4360 (quatro mil trezentas e sessenta) concordâncias com a palavra de busca "ou". Pelos mesmos motivos explicitados para o *corpus* do jornal **Folha de S. Paulo**, analisamos, apenas, 2000 (duas mil) dessas concordâncias, para extrairmos somente aquelas ocorrências em que, verdadeiramente, o *ou* liga núcleos de sujeito composto. Com isso, contemplamos 23 (vinte e três) casos da conjunção disjuntiva *ou* ligando núcleos de sujeito composto.

Dessa forma, tivemos 14 (quatorze) ocorrências com o verbo no singular e 08 (oito) com o verbo no plural. Segue, abaixo, os exemplos no singular:

- (128) Será esta a fotografia que **um prefeito ou um governador deseja** hastear como bandeira em sua velhice? O mercado

não tem ética porque apenas reflete o que nele é colocado pelo valor que tenha para compra, venda ou troca. (G)

- (129) As pessoas, quando não querem ser convencidas de algo, não há **gênio, pedagogo ou mestre espiritual que as convença** que a verdade que elas enxergam não é, de fato, a verdade absoluta. (G)
- (130) **O dono do bar, da loja, do pequeno ou grande comércio que invade** o espaço público: fiscalização neles! O fiscal da prefeitura que não fecha o bar que vende bebida alcoólica as crianças e jovens. (G)
- (131) O Governo, mediante oferta pública inicial de ações; saída gradual da Infraero, total ou parcial, do mercado e concessão pública dos serviços de cada aeroporto ou sob a forma de "blocos", **nos quais a empresa ou o consórcio vencedor é** obrigado a assumir simultaneamente a administração de aeroportos lucrativos e deficitários. (G)
- (132) A defesa, tornado nossas jogadoras dependentes de sobras em "bate-rebate" e de lances individuais, cansando-as, já que "se moviam mais que a bola" para atacar. **Nossa escassez de bons passes longos e curtos ou cruzamentos também colaborou** para a derrota. Não digo que isso explique sumariamente porque um time ganha e outro perde, já que o futebol também é feito de imprevistos, injustiças e lances inusitados. (G)
- (133) **A pessoa ou um dos seus parentes está** sendo ameaçado de morte, a segurança precisa fazer de tudo para tornar sua rotina o mais próximo da realidade. (G)
- (134) Após 30 anos de conferencias e militância ambiental, **poucas ou quase nenhuma universidade do Brasil tem** sequer uma disciplina na graduação voltada ao meio ambiente. (G)

- (135) Mais um aspecto importante nesta delimitação é compreender que as relações entre os cônjuges e entre cada um deles e os filhos envolve papéis sociais diferentes, **e que um mau marido ou uma má esposa pode** ser, ao mesmo tempo, bom pai ou boa mãe. (G)
- (136) O "pedágio" é um trote que ultrapassa os muros das universidades, facilmente controlável pela proibição de sua prática. Está na hora de **algum vereador ou deputado propor** uma lei que proíba essa "brincadeira" humilhante e imoral. (G)
- (137) Decorridos alguns anos de vida em comum, acumulando mágoas e decepções, **um dos cônjuges, ou os dois, chega** à conclusão de que "o outro é o culpado" pelo fracasso do casamento, buscando a separação. (G)
- (138) Apareceu quem fez o vazamento, mas ele disse que **nenhum chefe ou a ministra Dilma o mandara fazer**. (G)
- (139) Mas sempre que o Estado não se faz presente, **alguém ou algum grupo vai** assumir esta posição. (G)
- (140) Seria uma regra: o agredido ou lesionado saiu, **o agressor ou o "jogador impulsivo" que participou** da jogada sai também. (G)
- (141) De lá para cá, porém, aparentemente **nada ou muito pouca coisa foi** feita. E o resultado aí está: uma cidade dividida entre grupos de traficantes e grupos de milicianos. (G)

Analisando os exemplos acima, em que se evidencia a preferência do emprego do verbo no singular, constatamos que, em quase todas as ocorrências, a escolha por esse tipo de concordância não é condicionada pela obrigatoriedade da prescrição gramatical, ou seja, por ser um caso de exclusão ou alternância, que nos conduz ao emprego do verbo no singular. Excetuando-se os exemplos (131), (136),

(140) e (141), em todas as outras construções, seria válido também o uso do verbo no plural, valorizando a totalidade dos núcleos, conforme e o exemplo (135) “...**e que um mau marido ou uma má esposa pode** ser, ao mesmo tempo, bom pai ou boa mãe”. Nesse excerto, entendemos que o mais viável, em termos semânticos, seria a construção com o verbo no plural, pois a ideia expressa (a qualidade de ser boa mãe ou bom pai) se atribui, claramente, aos dois núcleos. Contudo, estamos diante de um caso em que o falante/escritor opta por uma das regras facultativas, muitas vezes, sem levar em conta o conteúdo semântico do texto.

No caso dos exemplos (131), (136) e (140), evidenciamos algo diferente, pois fica claro, aqui, a obrigatoriedade do uso do verbo no singular, em virtude de, claramente, haver a ideia de exclusão ou alternância. Assim, temos, então, a seguinte análise: em (131) “...nos quais a empresa ou o consórcio vencedor é...”, a ideia de exclusão está no fato de que somente um dos núcleos poderá ser vencedor, por isso a obrigatoriedade do verbo no singular. Em (136) “Está na hora de **algum vereador ou deputado propor** uma lei...”, estamos diante da mesma situação, pois é função de um vereador ou deputado propor leis na vigência de seus cargos políticos, porém, no exemplo apresentado, fica clara a intenção do escritor em enfatizar que, somente, um dos dois irá propor a lei. Em (140), temos a ideia de retificação, por isso, talvez, a escolha pelo emprego do verbo no singular. Já, em (141), aludimos à mesma explanação dada ao exemplo (113).

Convém enfatizar que, no concerne aos exemplos (141) e (113), podemos propor para o ensino escolar a seguinte regra: quando o sujeito tem dois núcleos sinônimos ligados por “ou”, o verbo fica no singular. Isso se explica pelo fato de que os dois sintagmas se referem a uma única entidade. Trata-se de metalinguagem. Em casos assim, “X” ou “Y” equivale a “X”, que significa (aproximadamente) o mesmo que “Y”.

Apresentamos, ainda, os exemplos com o verbo no plural.

(142) **O protesto contra o governo e a falta de investimento ou coisa assim, claro também vêem cabeça.** Mas o que mais me assusta em tudo isso, é a falta de capacidade dos brasileiros, pelo menos em sua maioria, de entenderem o Espírito Olímpico. (G)

- (143) Como também **enganam-se professores ou funcionários** - que considerem ser o estabelecimento de sua propriedade. (G)
- (144) **invadir laboratórios (arriscando inclusive a se contaminar e gerar contaminação para terceiros) ou qualquer ato similar de terrorismo são** atitudes de quem não tem capacidade de argumentar. (G)
- (145) Para isso, bastaria que **cada atleta ou equipe brasileira informassem**, antes de iniciada a competição, qual seria o seu patrocinador oficial/principal e, a cada medalha obtida, fosse alocado ao respectivo patrocinador. (G)
- (146) Ah! Ah! Ah! Nem Chico Anísio, **Jô Soares ou Tom Cavalcante seriam** capazes de produzir peça tão hilária... (G)
- (147) Como fica a autoestima de um trabalhador que exerce seu ofício nessas condições? **Se um professor ou bombeiro não se envergonham** das suas profissões diante de suas famílias, por que isso ocorre com um policial? (G)
- (148) Se um inocente é atingido por uma bala perdida, fica determinado que não tem a quem reclamar, ou recorrer, pois **o tráfico, ou seu tribunal, não contemplam** situações como essa, só foi mais um que não tinha condições de fugir daquela área. (G)
- (149) Por conseguinte, e ainda no liame do permissivo, servidores outros que se aproveitam do que lhes é oferecido e buscam lotações para trabalho em **que pouco ou nada irão executar** da atividade policial, em uma dita, carreira, que se vai do início ao topo quando transcorrido apenas um terço do seu tempo. (G)

Nesses excertos em que predomina o emprego do verbo no plural, podemos também considerar, excetuando-se o item (143), a validade da construção no singular, embora, em nenhum dos exemplos, seja nítida a ideia de exclusão. No

exemplo (143), percebe-se que cada núcleo “professores” e “funcionários” está no plural, por isso o verbo só poderia ser empregado no plural, mesmo fazendo alusão a, apenas, um desses núcleos.

Pelos dados apresentados em relação a esse tipo de concordância verbal nos dois *corpora*, fica evidente que há uma predominância pelo uso do verbo no singular, mesmo nos casos em que se poderia empregá-lo no plural, como explicitado acima. Esse fato nos leva a três conclusões:

- i. a prescrição gramatical, que aponta para o emprego do verbo no singular somente nos casos em que a conjunção *ou* indicar exclusão ou retificação, não é válida, pois há casos em que não se evidencia essa condição e, mesmo assim, o verbo é empregado no singular.
- ii. a prescrição gramatical, que aponta para o emprego do verbo no plural, nos casos em que a ideia expressa pelo verbo se refira a todos os núcleos do sujeito, não é consistente, pois há exemplos reais em que se evidencia essa condição e, mesmo assim, o verbo é empregado no singular.
- iii. Não de se manter as regras facultativas em relação a esse tipo de concordância, pois os dados empíricos nos mostram que isso é uma realidade do português formal real. Porém, a ressalva deve ater-se apenas, aos casos do emprego do verbo singular cuja escolha deve ficar a cargo do enunciador, exceto naqueles casos em que se evidencia, nitidamente, a ideia de exclusão ou retificação em que haverá essa obrigatoriedade.

Como vimos, a análise dos fatos linguísticos a partir de dados empíricos, mostra-nos, muitas vezes, outras regularidades que não são previstas nas prescrições gramaticais. Com isso, veremos mais adiante nossas conclusões sobre esse fato. Passemos, agora, ao caso V.

3.6 O caso V

A última construção analisada foi a do sujeito formado pelos pronomes neutros (tudo – isto – isso – aquilo) em construções estativas com o verbo *ser*. O exemplo clássico no ensino escolar, é “Tudo são flores”.

Relativamente a essa construção, a maioria dos autores, como vimos no capítulo 2, postulam, preferencialmente, a concordância com o predicativo; no caso em que este vem expresso por um sintagma nominal no plural, mas admitem que, às vezes, aparece o verbo no singular, em concordância com o pronome. Para a construção com o verbo no singular, tais autores corroboram suas prescrições, com exemplos literários, ou seja, fora do uso formal real. Nossa pesquisa, no entanto, revelou que a concordância, nessa construção, é sempre com o sintagma posposto ao verbo *ser*.

Nos mesmos moldes das análises anteriores, começaremos pelo *corpus* do jornal *Folha de S. Paulo*, passando depois ao do jornal *O Globo*. Nossa intenção, no que tange a esse caso, foi tentar verificar se há casos de concordância do verbo *ser* com o pronome neutro, estando no plural o sintagma nominal posposto ao verbo.

Para extrair as concordâncias, para esse tipo de sujeito, selecionamos, separadamente, as palavras de busca *tudo*, *isso*, *isto* e *aquilo* no concordanciador do programa *WordWsmth Tools* e seguimos os procedimentos de praxe.

Para o pronome neutro *tudo*, analisamos 1670 (mil seiscentas e setenta) linhas de ocorrências; para *isso*, 1800 (mil e oitocentas), para *isto*, 438 (quatrocentos e trinta e oito) e para *aquilo*, 487 (quatrocentos e oitenta e sete). Após a eliminação dos itens não condizentes com a pesquisa, obtivemos o seguinte resultado.

- nenhuma ocorrência de pronome neutro + é (era , foi etc.) + SN no plural;
- três ocorrências com a concordância entre o verbo *ser* e o SN plural a ele posposto.

Listamos a seguir os três exemplos acima referidos:

(150) **Tudo isso são custos**, ainda que não tenham clara expressão financeira. (F)

(151) Muitos linhas-duras defenderão que o problema da Febem se resolve com mais repressão, mas eu tenho certeza de que os culpados por **tudo isso somos nós** e de que a perversidade das atuais regras econômicas e sociais é que empurra a juventude para esse abismo. (F)

(152) Los Angeles, periferia de Paris... **tudo isso são eventos** que se sucedem cada vez mais rapidamente, como que prontos para surpreender ou espantar um coração brasileiro. (F)

Em um primeiro momento, consideramos irrelevante o número de ocorrências em razão da quantidade de linhas de concordâncias que foram extraídas pelo programa. Porém, a existência de três exemplos comprobatórios da hipótese de plural “obrigatório” na mídia impressa e a inexistência de casos com o SN no plural e o verbo ser no singular é quanto basta para validar a hipótese. Com isso, chegamos a seguinte conclusão: pode-se banir das gramáticas a referência a uma possibilidade de concordância com o pronome neutro, em tais casos.

Fica, assim, demonstrado, mais uma vez, que algumas prescrições gramaticais não são comprovadas quando as submetemos à análise do uso formal da língua.

Isso se deve ao fato de a maioria dos compêndios estarem baseados em exemplos literários que, há muito, já não correspondem ao uso formal da língua.

Em relação ao jornal *O Globo*, totalizamos para o pronome neutro *tudo*, 969 (novecentos e sessenta e nove) linhas de concordâncias; para *isso*, 1800 (mil e oitocentas), para *isto*, 1664 (mil seiscentas e sessenta e quatro) e para *aquilo*, 97 (noventa e sete). Após a análise e eliminação dos itens não condizentes com a pesquisa, obtivemos o seguinte resultado.

- nenhuma ocorrência de pronome neutro + é (era , foi etc.) + SN no plural;

- nenhuma ocorrência com a concordância entre o verbo *ser* e o SN plural a ele posposto.

Pelo exposto até aqui, sobre a concordância verbal com os pronomes neutros (tudo – isto – isso – aquilo) em construções estativas com o verbo *ser* + SN no plural, fica evidente que não são consistentes e reais os parâmetros postulados pela tradição gramatical escolar, visto que, apenas em 03 (três) casos de nossa análise, em relação aos *corpora*, corroborou-se a realidade dos nossos dados com aquilo que é prescrito nos compêndios gramaticais.

Mais uma vez, contrastamos a realidade formal no uso da língua com as prescrições gramaticais, corroborando nosso argumento a favor de um ensino prático, voltado para o uso real da linguagem, o que levaria o aluno à aquisição mais apropriada dos conceitos gramaticais, evitando, com isso, o aprendizado de regras que só se encontram em um ambiente “virtual”, isto é, fora da realidade, como é o caso dos exemplos literários aludidos por diversos gramáticos como forma de apropriação da variedade formal da língua.

Partindo dessa premissa, asseveramos uma postura mais abrangente, no que tange ao ensino de língua materna, em que a abordagem das regras gramaticais, seja postulada e exemplificada com fatos que envolvem o uso formal real das práticas da linguagem como instrumento de comunicação e interação social, principalmente, quando se trata de alguns casos facultativos de concordância verbal, dentre outros.

Das análises de todos os casos facultativos de concordância verbal que foram expostos neste capítulo, podemos fazer a seguinte depuração:

1) Sujeito representado por “um dos que”

<i>Corpus</i> /ocorrências	singular	%	plural	%	total
O Globo	10	21	38	79	48
Folha de S. Paulo	23	22	79	78	102

Tabela 1: Número de ocorrências por tipo de *corpus* com sujeito “um dos que”

Os dados da tabela acima demonstram que, em relação aos sujeitos representados pela expressão *um dos que*, fica evidente, nos dois *corpora*, uma preferência quase que unânime, na modalidade escrita formal real, de se empregar

o verbo no plural. Esse fato evidencia, como já dissemos nas análises acima, uma tendência natural da prática da linguagem em contextos formais. Dessa forma, mantemos nossa posição em asseverar uma visão mais ampla do que as prescritas nos compêndios gramaticais, em que se elimine a facultatividade em relação a essa regra de CV, pois conforme os dados mostram, essa prática de ensino da língua é inconsistente com o que a realidade nos apresenta.

2) Sujeitos ligados por “nem”

Corpus/ocorrências	singular	%	plural	%	total
O Globo	01	09	11	91	12
Folha de S. Paulo	02	07	28	93	30

Tabela 2: Número de ocorrências por tipo de *corpus* com sujeitos ligados por “nem”

Os dados dos *corpora* representados na tabela acima também corroboram a preferência por apenas uma das opções em relação à concordância facultativa. Nesse tipo de CV, não há de se negar que o falante/escritor opta pela tendência natural de concordar o verbo com a totalidade dos núcleos do sujeito, isto é, pela lógica gramatical, mesmo quando, como já foi visto na análise das ocorrências referentes a esse tipo de sujeito, se tem a possibilidade de se referir a um só núcleo.

Com isso, entendemos, também, que os compêndios gramaticais estão ultrapassados em relação à concordância com esse tipo de sujeito, pois os exemplos apresentados por essas mesmas gramáticas, como padrões a serem seguidos, muitas vezes, não refletem a prática real do uso formal da língua, por isso, não cabe mais postular nesses compêndios a facultatividade para essa regra, pois os fatos nos permitem conduzir o ensino desse tipo de caso de CV para uma única possibilidade, a concordância com o verbo no plural, excetuando-se os casos em que se evidencia uma ideia de exclusão nítida, em que prevalecerá o singular.

Com certeza, essa nova prática de ensino, a respeito dessa regra, contribuirá para a eficiência do aluno, tanto no uso corrente quanto no uso formal da língua, pois, assim, este mesmo aluno estará traduzindo o que a realidade da língua nos fornece em relação às práticas sociais.

3) Sujeitos ligados por “ou”

Corpus/ocorrências	singular	%	plural	%	total
O Globo	15	65	08	35	23
Folha de S. Paulo	15	48	16	52	31

Tabela 3: Número de ocorrências por tipo de *corpus* com sujeitos ligados por “ou”

Os dados referentes a esse tipo de sujeito revelaram, conforme tabela acima, uma tendência diferente dos casos anteriores, pois evidenciou-se a preferência pela concordância no singular, mais notória no *corpus* do jornal *O Globo* em que a mesma atingiu 65% dos casos analisados.

No *corpus* do jornal *Folha de S. Paulo*, essa tendência é amenizada, pois as preferências ficaram próximas, porém prevalecendo o plural.

Esses dados nos levam a duas conclusões, já explanadas na página 125, às quais fazemos alusão novamente:

- i. a prescrição gramatical, que aponta para o emprego do verbo no singular somente nos casos em que a conjunção *ou* indicar exclusão ou retificação, não é válida, pois há casos em que não se evidencia essa condição e, mesmo assim, o verbo é empregado no singular.
- ii. a prescrição gramatical, que aponta para o emprego do verbo no plural, nos casos em que a ideia expressa pelo verbo se refira a todos os núcleos do sujeito, não é consistente, pois há exemplos reais em que se evidencia essa condição e, mesmo assim, o verbo é empregado no singular.

Por esses motivos, entendemos a predominância pela forma do verbo no singular, visto que, mesmo nos casos em que a tradição gramatical postula uma regra para o plural, o singular é a tendência geral, por isso e aplicado a qualquer situação.

Dessa forma, apontamos para uma reanálise na conceituação da regra gramatical para esse tipo caso, pois, os dados empíricos, como já dissemos, nos conduzem a uma visão mais abrangente, a qual, pode, facilmente, ser aplicada nos compêndios gramaticais.

Em relação ao caso de sujeitos ligados por “com”, os dados mostraram que essa tendência não ocorre na linguagem formal real, pois de todas as análises feitas através do concordanciador do programa *WordSmith Tools*, não houve nenhuma ocorrência para esse tipo de sujeito. Isso nos mostra que é um purismo gramatical continuar aludindo essa regra em nossas gramáticas, pois, como já dissemos nesta tese, os autores se baseiam em exemplos literários para corroborarem suas argumentações a respeito das diversas regras gramaticais, porém, como é de se notar, esse tipo de abordagem não é condizente com o que se espera para a formação de um cidadão proficiente em sua língua materna.

Argumentamos, portanto, a favor de não mais se referir a esse tipo de sujeito nos compêndios gramaticais, com isso, só quem tem a ganhar é o aluno, que não será mais obrigado a aprender algo que nunca, talvez, vá usar em sua prática formal de uso da língua.

Outro caso que apresentou exemplos fora daquilo que é prescrito nas gramáticas tradicionais é a questão dos pronomes neutros como sujeito com predicativo no plural. Como vimos na seção anterior, esse tipo de concordância apresentou, apenas, 03 (três) ocorrências dentro dos *corpora* analisados através do concordanciador do programa com o qual estamos trabalhando. Os exemplos que colhemos referem-se a outro tipo de concordância com o verbo *ser* e não a esse caso específico. Fizemos questão de apresentá-los neste trabalho para demonstrar, mais uma vez, que as gramáticas normativas postulam regras baseadas em exemplos literários que, como vimos, não contribuem, de maneira alguma, para que o alunado se aproprie dos aspectos concernentes ao domínio formal e culto da língua.

Esse caso de concordância verbal, como um dos tópicos aludidos em relação ao verbo *ser*, postulado em nossas escolas, a nosso ver, não condiz com as expectativas de um discente do ensino fundamental e médio, pois sabemos que, para esses alunos, aprender gramática já é difícil, e se torna pior ainda, quando aquilo que está sendo ensinado não tem nenhuma aplicação prática em seu convívio social formal.

Dessa forma, nossa proposta metodológica é não mais se ater a esse caso de CV em nossa prática docente, mesmo que os compêndios continuem mantendo essas regras supérfluas que se desviam da nossa prática da linguagem no cotidiano.

Após as análises apresentadas acima sobre os diversos casos analisados sobre a facultatividade da concordância verbal, passemos as nossas considerações finais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e interpretações dos dados e das teorias pertinentes ao tema proposto, neste capítulo, evidenciaremos nossas conclusões a respeito de tudo que foi explanado e comparado no que se refere à facultatividade da CV nos estudos de Língua Portuguesa, a fim de propormos, através das evidências desta pesquisa, um ensino mais eficaz que vislumbre a prática social na análise formal real da linguagem.

Entendemos que descrever gramaticalmente a língua é uma atividade científica, que tem como uma de suas principais características a diversidade de apreciação dos fatos linguísticos. Daí, cria-se um problema: o que realmente se deve ou não exigir de um aluno do ensino fundamental e médio?

Diante desse questionamento, é cada vez mais dramática a necessidade de atender a um público crescente que chega ao curso fundamental no desejo de, não só aprender a ler escrever, mas também de adquirir o letramento. Com efeito, existem diversas nuances para que esse sonho, muitas vezes, não se realize, porém, enquanto professores de língua materna que somos, devemos dar lugar, da melhor maneira possível, para que de alguma forma, o desejo desses discentes se concretize. Nesse ponto, ensinar Língua Portuguesa fora de um contexto formal real trará certo trauma aos iniciantes, pois, dessa forma, em que medida esse ensino desvinculado da realidade trará subsídios para torná-los mais evoluídos para as práticas linguísticas?

A resposta, talvez, esteja, segundo Halliday et alii (1974), no conteúdo real do ensino da aula e nos métodos pelos quais o docente mostra a língua em funcionamento, os aspectos que escolhe para ilustrá-la e o tipo de língua que ele próprio usa para falar sobre tais aspectos.

Por isso, salientamos que a base de questionamento desta tese, como se pôde observar pelas explicações feitas, centrou-se, única e exclusivamente, na situação de ensino de língua materna, em que se buscou demonstrar, de forma abrangente, em que aspecto a tradição gramatical escolar se torna irrelevante em relação a algumas regras de bom uso da língua e, em nosso caso, àquelas que dizem respeito a alguns casos facultativos de concordância verbal.

Nesse ponto, enfatizamos que, entre as habilidades e competências apontadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais a serem desenvolvidos em Língua Portuguesa, está o fato de compreender e usar essa mesma língua, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade e, ainda, “entender os impactos das tecnologias da comunicação, em especial da língua escrita, na vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social” (1999, p. 145).

Como foi salientado neste estudo, corroboramos mais uma abordagem dos PCNs (apud MOURA, 2000, p.13) que sugerem a importância do ensino em:

romper com a prática pedagógica voltada para o ensino de um saber linguístico que não tem função fora da própria escola e não contribui para o desenvolvimento intelectual do sujeito. O conhecimento linguístico para ler e produzir textos só ocorrerá de forma eficiente se for levado em conta o processo pelo qual ele pode se dar, partindo do texto e chegando ao texto, nunca de forma fragmentada e automatizada.

Entendemos que, para atingir os objetivos apontados acima, torna-se necessário desmistificar o ensino das técnicas gramaticais e, nesse aspecto, entram, a nosso ver, os casos de concordância verbal com os quais estamos lidando nesta tese, pois acreditamos que, a partir dos resultados obtidos neste trabalho, poder-se-á desmistificar, através de estudos semelhantes, outros aspectos do ensino de língua materna que já se tornaram irrelevantes para as práticas sociais formais.

Dessa forma, como já dissemos na Introdução deste trabalho, as práticas de ensino de língua materna devem levar em conta, sempre, as configurações singulares que os diferentes sistemas semióticos adquirem nos eventos de interação nos quais emergem, numa visão integradora, que procure entender o que os sujeitos fazem quando selecionam, estrategicamente, determinados recursos, dentre os disponíveis numa dada linguagem ou na língua.

Para nós, um dos motivos que contribuem para aumentar o hiato entre a prática docente na sala de aula e a aprendizagem ineficaz da linguagem é o fato de não se aludir aos conceitos da língua numa postura mais dinâmica, vinculada aos processos de ensino de leitura e escrita de textos que estejam ligados à realidade do aluno. Essa abordagem tem um cunho didático que visa à compreensão e à produção, saindo das regras pré-estabelecidas, como é o caso dos exemplos literários aludidos por diversos gramáticos como forma de apropriação dos conceitos

gramaticais da língua, e partindo para a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem em uso.

Partindo do exposto acima, tivemos como objetivo, nesta tese, descrever o uso formal real da língua a partir da observação de um *corpus* extraído do caderno opinião de jornais de grande circulação, a fim de confrontar os resultados com as prescrições gramaticais.

Baseamos nossas análises na Linguística de *Corpus*, a qual está calcada em uma visão empírica e probabilística do sistema linguístico. Com isso, foi possível perceber a relevância da utilização de um *corpus* representativo do uso formal real da linguagem que o aprendiz irá encontrar no seu dia a dia, pois, acreditamos que a simples intuição na análise linguística, sem o respaldo de um *corpus*, não é suficiente para perceber as pequenas nuances que estruturam o sistema.

Com isso, nossa hipótese inicial, de que os casos facultativos em relação à concordância verbal tendem a ser minimizados no português formal real com predominância para uma das opções, foi comprovada pelas evidências retiradas de nossos *corpora* de análise.

Nossas perguntas de pesquisa foram respondidas satisfatoriamente, pois os dados nos revelaram que, realmente, há uma predominância, nos casos facultativos, para uma das opções: verbo no singular ou plural. Foi demonstrada, também, a grande defasagem entre o português formal real e aquilo que é postulado pelas gramáticas tradicionais. Ainda, assim, na comparação entre os dois *corpora*, não houve diferenças pontuais, pois ficou revelado que, por pertencerem ao mesmo gênero jornalístico, os dados de análise e de ocorrências foram equivalentes, dadas as proporções de cada *corpus*.

Assim, pudemos generalizar os resultados, pois entendemos que, o estudo aqui apresentado, como já dissemos, parte de um sistema probabilístico, portanto, não é necessário analisarem-se todas as instâncias de determinado padrão linguístico para se poder calcular a probabilidade de esse padrão ocorrer numa língua como um todo. Por isso, valemo-nos dos resultados desta pesquisa para contrastar as abordagens gramaticais tradicionais com a realidade formal, através de dados empíricos que comprovam uma tendência, em certos aspectos da língua, diferente do que é postulado pelos compêndios gramaticais escolares.

Diante dos resultados obtidos, este trabalho aponta para a uniformidade no ensino de Língua Portuguesa, salientando, que essa uniformidade favorece a

elaboração de regras mais precisas e menos expostas às famosas exceções; diferentes, portanto, das que aparecem em nossos livros didáticos de Língua Portuguesa.

Convém frisar que a prescrição gramatical, muitas vezes, limita nosso entendimento sobre certos aspectos da linguagem, por isso, é de suma importância apontar outra perspectiva na compreensão dos fenômenos da língua com vistas a fomentar estratégias de ensino–aprendizagem que busquem levar o aluno a se apropriar, satisfatória e prazerosamente, dos conceitos linguísticos os quais ele irá utilizar em suas práticas sociais do cotidiano.

Considerando esse aspecto, provamos que a delimitação de um *corpus* serviu de base para a formulação de regras que aludem, principalmente, à modalidade escrita formal, desmistificando algumas vertentes arcaicas presentes nos compêndios gramaticais.

Portanto, os resultados apresentados são somente alguns indicativos de que uma abordagem mais funcional, em relação ao ensino de Língua Portuguesa, deve ser levada em consideração, pois ao contrastarmos a realidade formal no uso da língua com as prescrições gramaticais, asseveramos nosso argumento a favor de um ensino prático, voltado para o uso real da linguagem, levando, com isso, o aluno a se apropriar das diversas regras gramaticais de maneira saudável e espontânea, o que contribuiria para a melhoria do ensino de língua materna.

Diante dessas explanações, nossa sugestão parte do princípio de que, no que concerne ao ensino da concordância verbal em seus casos facultativos, é importante não desvincular o ensino das regras gramaticais da realidade formal, a qual é encontrada em vários gêneros de textos à disposição do professor para se trabalhar em sala de aula. No que tange às regras que só ocorrem em exemplos literários, ou seja, àquelas que não foram evidenciadas pela análise dos dados desta pesquisa, é viável que as mesmas não sejam postuladas, pois não terão uma utilidade prática.

Partindo das explanações feitas até aqui, propomos as seguintes metodologias de ensino em relação aos casos de CV analisados nesta tese:

- a) Para o sujeito formado pela expressão quantitativa indefinida “um dos que”, convém postular, apenas, como regra geral, aquela que alude ao emprego do verbo no plural, concordando com o termo

sujeito no plural; com referência aos casos raros em que, semanticamente, se obriga empregar o verbo no singular;

- b) Para o caso de núcleos de sujeito ligados por “com”, não mais prescrever essa regra para o uso formal da linguagem, salientado que permanece a regra com núcleos de sujeito ligados por “e”;
- c) Para o caso de núcleos de sujeito ligados por “ou”, continuar prescrevendo a facultatividade em relação a esse tipo de concordância, salientando a preferência, no uso formal real, pelo emprego do verbo no singular;
- d) Para o caso de núcleos de sujeito ligados por “nem”, enfatizar a tendência natural, no uso formal real, de concordar o verbo com a totalidade dos núcleos do sujeito, isto é, emprego do verbo no plural, mesmo quando, como já foi visto na análise das ocorrências referentes a esse tipo de sujeito, se tem a possibilidade de se referir a um só núcleo;
- e) Para o caso de sujeito formado pelos pronomes neutros (tudo – isto – isso – aquilo) em construções estativas com o verbo *ser* e predicativo formado por um SN no plural, não mais prescrever essa regra nos compêndios escolares, pois é irrelevante para o contexto formal real de uso da língua.

Assim, concluímos esta tese que, com certeza, trouxe um outro prisma de análise em relação a CV, apontando para novas perspectivas no ensino, com quebra de paradigmas, com o intuito de valorizar o que é mais importante nesse processo, o aluno. É claro que não esgotamos todos os aspectos concernentes ao tema em questão e nem, tampouco, tivemos a pretensão de resolver os problemas relacionados à ineficácia, em alguns casos, do ensino de língua materna no que tange à variedade padrão. Nossa pretensão foi apontar um caminho mais eficaz para o ensino-aprendizagem da língua, facilitando a apropriação, pelo aluno, de

competências ligadas a alguns tópicos relacionados ao ensino da concordância verbal.

Com isso, esperamos ter contribuído para o desenvolvimento de estudos que busquem a interface entre o ensino gramatical e a realidade formal real da língua em seus vários aspectos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. et al. *Novas palavras: português*. 2.ed. São Paulo: FTD, 2003.

AZEREDO, J.C. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. 4 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática da Língua Portuguesa*. 37. ed.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005a.

_____. *Lições de Português pela análise sintática*. 17.ed. rev. ampl. com exercícios resolvidos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b.

BELLAGUARDA, M. R. *O ensino aprendizagem da língua materna no 1º e 2º graus: o caso da concordância verbal*. 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.1983.

BIBER, D. et al. *Corpus linguistics – Investigating Language Structure and use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CADORE, L. A. *Curso prático de português: literatura, gramática e redação*. 2.ed. São Paulo: Ática,1994.

CAMARA JR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 34. ed. Petrópolis,RJ : Vozes, 2001.

CARONE, F. B. (1995) *Morfossintaxe*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *A constituição da norma pedagógica do português*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 22, p.9-18,1980.

CEREJA, W. R. ; THEREZA, C. M. *Português: linguagens: volume 2: ensino médio*. 5.ed. São Paulo: Atual, 2005.

_____. *Português: linguagens: volume único: ensino médio*. 5.ed. São Paulo: Atual, 2003.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 30 ed. São Paulo: Nacional, 1998.

CHOMSKY, N. (1957) *Syntactic Structures*. New York: Mouton. 1957.

CORBEIL, J. *Éléments d'une théorie de régulation linguistique*. In: BEDARD, E. ; J. MAURIS (Orgs.) *La norme linguistique*. Quebec : Le Robert, 1972. p.281-303.

CUNHA, C., CINTRA. L. F.L. *Nova gramática do português contemporâneo*.4. ed. Rio de Janeiro:Lexikon 2007.

Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, versão 1.0: São Paulo: Objetiva, 2001. CD-ROM

FARACO & MOURA. *Língua e literatura*. Volume. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Gramática*. São Paulo: Ática, 1999.

FÁVERO, L. L. & KOCH, I. G. V. *Linguística textual : introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 2002.

FONSECA, I & FONSECA. Joaquim. *Pragmática linguística e ensino de português*. Coimbra: Almedina, 1997.

GONZALEZ, Z. M.G. *Linguística de corpus na análise do internetês*. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALVES, V. F. *A ausência da concordância verbal no Vale do Rio Doce*. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2007.

GRANGER, S. (org.). *Leaner english on computer*. New York: Longman, 1998.

HALLIDAY, M. A. K. *An introducion to funccional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. et al. *As ciências linguísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis, RJ Janeiro: Vozes, 1974.

HOEY, M. From concordance to text atructure: New uses for computer corpora. In: LEWAANDOWSKA – TOMASZCZYK, B.; MELLA, P. J. (Orgs.) *PALC 97 – Pratical applications in language corpora*. Lodz: Lodz University Press, 1997.

KENNEDY, G. *An introducion to corpus linguistics*. Londres: Longman, 1998.

KLEIMAN, A. B. (org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KOCH, I. G. V. ; FÁVERO, L. L. *Contribuição a uma tipologia textual*. Uberlândia, MG : Letras & Letras, 1987.

LEECH, G. Corpora. In K. Malmkjaer (Ed.) *The Linguistics encyclopedia*. London: Routledge, 1991. p.73-80

LIMA, C. H. R. (2005) *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 32. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 2005.

LUFT, C.P. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed.rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

MAIA, J. D. *Português: Volume único: livro do professor*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSHI, L. A. *Gêneros textuais: O que são e como se classificam*. Recife: [s.n.], 2000. Mimeografado.

MATEUS, M.H. M. et al. – *Gramática da Língua Portuguesa*. 5ª ed, rev. e aum. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

Mc ENERRY, T. E Wilson, A. *Corpus linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

MEDEIROS, J.B. *Português instrumental*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, M. C. Língua e ensino: política de fechamento. In: FERNANDA, M. BENTES, A. C. (Orgs) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, M. D. Os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de português. In: Moura, M. D. ; MORAES, G. *Ler e escrever: para quê?* Maceió: Edufal: Fapeal, 2000.

OLIVEIRA, H. F. de. Como e quando interferir no comportamento linguístico do aluno. In: JÚDICE, N. ; GAVAZZI, S. ; TROUCHE, L. *Português em debate*. Niterói,RJ: Ed. da UFF, 1999. p. 65-85.

OLIVEIRA, Ednei N. de. *A linguística de corpus no ensino-aprendizagem de línguas: um estudo de caso das práticas de professores da educação básica de dourados (MS)*. 2005. 235 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de letras, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PASQUALE, C. N. & ULISSES, I. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

PAULIUKONIS, M. A. L. Ensino do léxico: seleção e adequação ao contexto. In: _____; GAVAZZI, S. (Orgs). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.103-128.

PCN – TERCEIRO QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: LÍNGUA PORTUGUESA. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC, 1998.

PARÂMETROS curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: NEC/SEMT, 1999.

PÉCORA, A. *Problemas de Redação na Universidade*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1980.

PEIXOTO FILHO, V. P. F. *A concordância verbal na gramática escolar*. 2001.129 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PERRENOUD, J. I. (org.) *As competências para ensinar no século XXI – A formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed.,2007.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Para uma nova gramática do português*. 11ed. São Paulo: Ática. 2007.

_____. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *A contribuição da linguística no ensino da Língua Portuguesa*. Belo Horizonte: Vigília, 1980.

PIMENTEL, E. *Gramática pela prática*.11. ed. Brasília: Vestcon, 2007.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas,SP: Pontes, 1987.

_____. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

POSSENTI, S. *Porque (não) ensinar gramática na escola*. Campinas.São Paulo: ALB/Mercado de Letras, 1996.

RIBEIRO, M. P. *Gramática aplicada da Língua Portuguesa*. 10. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 1998.

_____. *Gramática aplicada da Língua Portuguesa*. 13. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Metáfora, 2003.

RICHARDS, C. et al. *Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics*. London: Longman, 1992.

ROSENTHAL, M. *Gramática para concursos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática*. Teoria e prática. 18.ed. São Paulo: Atual, 1994.

SANCHES, A. Definición e historia de los *corpus*. In: SANCHEZ, A. et al. (Orgs.) *CUMBRE – Curso de Español*. Madrid: SGEL, 1995.

_____. & P. C. *CUMBRE: corpus lingüístico de Español contemporaneo*. Madri: SGEL, 1995. p.7-24.

SARDINHA, A. P. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.

SARMENTO, L. L., TUFANO, D. *Português: literatura, gramática, produção de texto*. São Paulo: Moderna, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.

SCOTT, M. *WordSmith Tools version 3*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SILVA, J. A. A. *A concordância verbal de terceira pessoa de plural popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. 2005. 126 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, R.V.M. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala vs a língua que se ensina*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SINCLAIR, J. McH (et al.). *Cobuild English grammar*. Londres ; Birmingham : Collins Cobuild, 1987.

SINCLAIR, J. McH. *Corpus, concordance, collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

TERRA, E., NICOLA, J. D. *Português de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione, 2004.

TOGNINI-BONELLI, E. *Corpus linguistics at work*. Amesterdã : J. Benjamins, 2001

TRAVAGLIA, L.C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VALENTE. A. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

VIEILLARD-BARON, J. L. *Compreender Bérqson*. Petrópolis:Vozes, 2007.